

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	27.082	244.111	826.971	924.146
Títulos a receber	9	2.970	2.939	5.606	4.965
Consumidores e concessionárias	7			1.352.161	1.126.547
Impostos e contribuições sociais	10	117.328	102.481	235.154	195.291
Partes relacionadas	12	7.777	24.051	7.705	12.359
Dividendos a receber	30	320.509	213.382		
Cauções e depósitos vinculados	13	3.436	222	12.277	4.642
Rendas a receber				4.974	4.758
Ativos financeiros disponíveis para venda	15		11.026		11.026
Ativos financeiros setoriais	8			383.378	
Outros créditos	16	681	1.026	188.339	95.577
		479.783	599.238	3.016.565	2.379.311
Ativos não circulantes mantidos para venda	14	107.054	449.134	107.054	2.327.633
Total do Ativo Circulante		586.837	1.048.372	3.123.619	4.706.944
Não Circulante					
Títulos a receber	9	22.040	21.537	5.037	17.049
Ativo financeiro indenizável	19			940.160	779.354
Consumidores e concessionárias	7			284.759	54.908
Impostos e contribuições sociais	10			70.719	55.327
Tributos diferidos	11			347.770	552.573
Partes relacionadas	12	277.632	172.375	203.667	171.074
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	3.909	5.141		
Cauções e depósitos vinculados	13	9.841	10.714	232.210	242.704
Ativos financeiros setoriais	8			218.164	
Outros créditos	16	14.175	14.898	26.413	60.078
		327.597	224.665	2.328.899	1.933.067
Investimentos	17	5.222.120	4.515.166	1.111.675	672.337
Propriedades para investimentos		5.000	5.000	13.453	13.583
Imobilizado	20	23.114	19.121	3.941.235	4.026.216
Intangível	21	3.915	2.277	2.652.918	2.789.347
		5.254.149	4.541.564	7.719.281	7.501.483
Total do Ativo Não Circulante		5.581.746	4.766.229	10.048.180	9.434.550
TOTAL DO ATIVO		6.168.583	5.814.601	13.171.799	14.141.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	22	14.010	13.237	1.098.703	802.129
Impostos e contribuições sociais	10	40.816	26.008	304.173	351.487
Tributos diferidos	11			32.114	
Dividendos	30	180.668	88.247	305.922	160.718
Partes Relacionadas	12	25.436		25.436	
Debêntures	23	592.698	510.893	790.154	699.122
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	24			675.539	432.943
Benefícios pós-emprego	25	84	55	42.998	24.667
Encargos regulamentares e setoriais	26			86.695	74.858
Uso do bem público	27			25.835	23.723
Provisões	28	10.771	9.010	22.672	21.021
Outras contas a pagar	16	15.526	15.464	146.117	128.870
		<u>880.009</u>	<u>662.914</u>	<u>3.556.358</u>	<u>2.719.538</u>
Passivos não circulantes mantidos para venda	14				1.878.499
Total do Passivo Circulante		<u>880.009</u>	<u>662.914</u>	<u>3.556.358</u>	<u>4.598.037</u>
Não Circulante					
Fornecedores	22			3.065	
Impostos e contribuições sociais	10	41.509	42.562	71.446	88.289
Tributos diferidos	11	69.151	1.392	254.992	173.720
Debêntures	23	249.839	499.645	1.447.364	1.377.907
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	24			445.408	749.474
Benefícios pós-emprego	25			336.574	432.145
Partes relacionadas	12	2	14		
Encargos regulamentares e setoriais	26			7.019	12.871
Uso do bem público	27			258.344	253.945
Provisões	28	35.061	33.887	195.573	173.701
Provisão para passivo a descoberto	17.3	1.323	287	912	9
Outras contas a pagar	16	676	683	27.941	28.223
Total do Passivo Não Circulante		<u>397.561</u>	<u>578.470</u>	<u>3.048.638</u>	<u>3.290.284</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	29.1	3.182.716	3.182.716	3.182.716	3.182.716
Reservas de capital	29.3	141.327	142.932	141.327	142.932
Reservas de lucros	29.3	1.766.171	1.500.066	1.766.171	1.500.066
Outros resultados abrangentes	29.3.3	(192.587)	(245.883)	(192.587)	(245.883)
Ações em tesouraria		(6.614)	(6.614)	(6.614)	(6.614)
Total do Patrimônio Líquido		<u>4.891.013</u>	<u>4.573.217</u>	<u>4.891.013</u>	<u>4.573.217</u>
Participações não controladores				1.675.790	1.679.956
Total do patrimônio líquido e participações dos acionistas não controladores		<u>4.891.013</u>	<u>4.573.217</u>	<u>6.566.803</u>	<u>6.253.173</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>6.168.583</u>	<u>5.814.601</u>	<u>13.171.799</u>	<u>14.141.494</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2014	2013	2014	2013
Receitas	31	7.840	992	8.898.728	7.096.492
Custo da produção e do serviço de energia elétrica					
Custo do serviço de energia elétrica	32				
Energia elétrica comprada para revenda				(5.598.839)	(3.799.926)
Encargos de uso da rede elétrica				(401.728)	(309.583)
Outros custos do serviço de energia elétrica				(13.240)	
		-	-	(6.013.807)	(4.109.509)
Custo de operação	32				
Pessoal				(227.842)	(217.017)
Materiais e serviços de terceiros				(231.828)	(220.571)
Depreciações e amortizações				(274.705)	(337.919)
Outros custos de operação				(34.919)	(30.498)
		-	-	(769.294)	(806.005)
		-	-	(6.783.101)	(4.915.514)
Custo do serviço prestado a terceiros	32			(300.269)	(332.221)
Lucro bruto		7.840	992	1.815.358	1.848.757
Despesas e Receitas operacionais					
Despesas com vendas	32			(27.438)	(52.438)
Despesas gerais e administrativas	32	(138.190)	(102.102)	(412.531)	(444.552)
Depreciações e amortizações	32	(7.460)	(6.563)	(65.553)	(64.683)
Ganho na alienação de investimento	5.6	408.416		408.416	
Outras despesas e receitas operacionais	32	(1.639)	(1.887)	(143.934)	(33.989)
		261.127	(110.552)	(241.040)	(595.662)
Resultado das participações societárias					
Equivalência patrimonial	17	601.786	557.474	(71.449)	(140.427)
		601.786	557.474	(71.449)	(140.427)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		870.753	447.914	1.502.869	1.112.668
Resultado financeiro	33				
Receitas financeiras		68.134	37.541	258.769	182.135
Despesas financeiras		(122.200)	(109.698)	(574.758)	(481.194)
		(54.066)	(72.157)	(315.989)	(299.059)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		816.687	375.757	1.186.880	813.609
Imposto de renda e contribuição social correntes		(5.948)	(1.995)	(108.643)	(253.993)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(67.237)	2.006	(239.876)	(5.526)
	34	(73.185)	11	(348.519)	(259.519)
Resultado líquido do exercício		743.502	375.768	838.361	554.090
Atribuível aos acionistas controladores				743.502	375.768
Atribuível aos acionistas não controladores				94.859	178.322
Resultado por ação atribuível aos acionistas					
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)	35				
ON		1,563375	0,790134	1,563375	0,790134

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado líquido do exercício	743.502	375.768	838.361	554.090
Outros Resultados Abrangentes				
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.093)	(1.519)	(4.093)	(1.519)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	55.997	92.047	56.052	92.063
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.392	517	1.392	517
Resultado Abrangente do exercício	796.798	466.813	891.712	645.151
Atribuível aos acionistas controladores			796.798	466.813
Atribuível aos acionistas não controladores			94.914	178.338

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
		Reapresentado		Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	816.687	375.757	1.186.880	813.609
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos			51.468	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			27.438	
Valor justo do ativo financeiro indenizável			2.967	(14.193)
Depreciações e amortizações	7.460	6.561	341.607	404.764
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	(479)	976	14.118	24.467
Ganhos e perdas na alienação de bens e direitos			69.413	(48.763)
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos			8.586	
Ativos financeiros setoriais			(629.800)	
Fornecedores - atualização monetária - Energia livre			7.538	5.231
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	91.869	74.989	401.512	290.225
Uso do bem público - atualização monetária e AVP			23.056	31.144
Provisão para plano de benefícios pós-emprego			52.745	57.868
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	6.534	12.161	57.733	77.154
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP			397	556
Ajuste a valor presente	(1.823)	(6.712)	2.542	7.047
Participações societárias	(601.786)	(557.474)	71.449	140.427
(Ganhos) Perdas com investimentos	(401.687)	6.726	(401.687)	(12.567)
Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária			57.981	56.461
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária			(9.749)	(7.347)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária			(17.302)	1.888
Atualização (reversão) monetária contraprestação contingente				(4.222)
Outros			(504)	17.795
	<u>(83.225)</u>	<u>(87.016)</u>	<u>1.318.388</u>	<u>1.893.982</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Consumidores e concessionárias			(510.417)	43.328
Ativos financeiros setoriais			28.258	
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(34.259)	(18.397)	(64.467)	27.097
Cauções e depósitos vinculados	(2.341)	1.499	13.243	23.914
Rendas a receber				1.392
Caixa e equivalentes de caixa - Investimento mantido para venda				(502.840)
Outros ativos operacionais	1.068	219	(58.112)	(33.187)
	<u>(35.532)</u>	<u>(16.679)</u>	<u>(591.495)</u>	<u>(440.296)</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(126)	4.240	317.806	(58.609)
Outros tributos e contribuições sociais	24.566	26.040	14.356	(77.186)
Benefícios pós-emprego			(48.127)	(32.451)
Encargos regulamentares e setoriais			(51.996)	(91.984)
Provisões	(3.599)	(7.262)	(44.148)	(83.913)
Uso do bem público			(22.218)	(11.364)
Outros passivos operacionais	84	(353)	10.866	(17.903)
	<u>20.925</u>	<u>22.665</u>	<u>176.539</u>	<u>(373.410)</u>
Caixa aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	<u>(97.832)</u>	<u>(81.030)</u>	<u>903.432</u>	<u>1.080.276</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos			(189.859)	(230.385)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades operacionais	<u>(97.832)</u>	<u>(81.030)</u>	<u>713.573</u>	<u>849.891</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Alienação (adição) de investimento	420.645	(7.017)	421.846	(6.463)
Dividendos recebidos	357.987	381.168		
Títulos recebidos	5.273	6.240	5.881	
Adiantamento para futuro aumento de capital	(12.582)	(465.234)	(5.800)	(98.600)
(Aumento) redução de capital em subsidiárias	(190.688)	251.449	(189.688)	(198.619)
Adições ao Imobilizado e Intangível	(6.854)	(16.145)	(355.065)	(1.044.894)
Alienação de bens e direitos			3.211	64.551
Partes relacionadas			(16.000)	
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento	<u>573.781</u>	<u>150.461</u>	<u>(135.615)</u>	<u>(1.284.025)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	(63.559)	(47.144)	4.911	(43.213)
Cauções e depósitos vinculados			(643)	4.940
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(365.565)	(352.105)	(407.897)	(548.538)
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	298.633	716.170	1.177.488	3.021.373
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	(562.487)	(218.000)	(1.199.819)	(1.427.883)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos		(23.295)	(249.173)	(213.597)
Contraprestação contingente				(6.177)
Caixa líquido aplicado nas (proveniente das) atividades de financiamento	<u>(692.978)</u>	<u>75.626</u>	<u>(675.133)</u>	<u>786.905</u>
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(217.029)</u>	<u>145.057</u>	<u>(97.175)</u>	<u>352.771</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.082	244.111	826.971	924.146
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	244.111	99.054	924.146	571.375
	<u>(217.029)</u>	<u>145.057</u>	<u>(97.175)</u>	<u>352.771</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.182.716	144.540	1.194.422	(6.614)	(51.721)	-	4.463.343	1.886.860	6.350.203
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	285.207	-	(285.207)	(17.659)	(17.659)	(158)	(17.817)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	3.182.716	144.540	1.479.629	(6.614)	(336.928)	(17.659)	4.445.684	1.886.702	6.332.386
Transação de capital			(8.417)				(8.417)	1.418	(6.999)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.608)					(1.608)	1.608	
Dividendo adicional aprovado - AGO 10/04/2013			(194.140)				(194.140)		(194.140)
Distribuição de Reserva de Lucros - AGE de 03/05/2013			(45.686)				(45.686)		(45.686)
Lucro líquido do exercício						375.768	375.768	178.322	554.090
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			17.905			(17.905)			
Dividendos intermediários (JSCP)						(29.190)	(29.190)	(388.110)	(417.300)
Dividendo adicional aprovado						(60.239)	(60.239)		(60.239)
Lucros retidos à deliberar			250.775			(250.775)			
Outros resultados abrangentes									
Ativos financeiros disponíveis para venda					(1.519)		(1.519)		(1.519)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					92.047		92.047	16	92.063
Imposto de renda e contribuição social diferidos					517		517		517
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.182.716	142.932	1.500.066	(6.614)	(245.883)	-	4.573.217	1.679.956	6.253.173
	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Ações em tesouraria	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2013	3.182.716	142.932	1.500.066	(6.614)	(245.883)	-	4.573.217	1.679.956	6.253.173
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.605)					(1.605)	1.605	-
Dividendo adicional aprovado - AGO 10/04/2013			(250.775)				(250.775)	(100.685)	(351.460)
Distribuição de Reserva de Lucros - AGO 10/04/2013			(30.045)				(30.045)		(30.045)
Lucro líquido do exercício						743.502	743.502	94.859	838.361
Destinação do lucro									
Constituição de reserva legal			37.175			(37.175)	-		-
Dividendos intermediários (JSCP)						(133.300)	(133.300)		(133.300)
Dividendos propostos						(63.277)	(63.277)		(63.277)
Lucros retidos à deliberar			509.750			(509.750)	-		-
Outros resultados abrangentes									
Ativos financeiros disponíveis para venda					(4.093)		(4.093)		(4.093)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias					55.997		55.997	55	56.052
Imposto de renda e contribuição social diferidos					1.392		1.392		1.392
Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.182.716	141.327	1.766.171	(6.614)	(192.587)	-	4.891.013	1.675.790	6.566.803

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Geração do valor adicionado	418.839	5.856	12.550.024	10.496.510
Receita operacional	7.840	1.168	11.513.432	9.332.253
Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas			(28.274)	(52.437)
Receita relativa à construção de ativos próprios	6.855	16.145	311.823	754.972
Receita de Construção			294.055	325.725
Outras receitas	404.144	(11.457)	458.988	135.997
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(87.801)	(69.147)	(7.828.404)	(6.221.430)
Custos da energia comprada			(6.150.314)	(4.176.839)
Encargos de uso da rede elétrica			(438.721)	(340.511)
Materiais	(2.190)	(11.744)	(128.663)	(369.134)
Serviços de terceiros	(70.458)	(50.050)	(578.175)	(765.725)
Custo com construção da infraestrutura			(294.055)	(325.725)
Outros custos operacionais	(15.153)	(7.353)	(238.476)	(243.496)
Valor adicionado bruto	331.038	(63.291)	4.721.620	4.275.080
Retenções	(7.460)	(6.563)	(349.333)	(410.624)
Depreciações e amortizações				
Valor adicionado líquido produzido	323.578	(69.854)	4.372.287	3.864.456
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	68.134	37.541	279.763	199.783
Resultado da equivalência patrimonial	601.786	557.474	(71.449)	(140.427)
Valor adicionado total a distribuir	993.498	525.161	4.580.601	3.923.812
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	27.142	18.370	246.210	239.162
Benefícios	4.366	3.982	66.705	71.368
FGTS	2.727	1.886	22.150	22.261
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	84.726	21.667	1.078.241	959.277
Estaduais	7.076	639	1.665.762	1.522.561
Municipais	974	839	7.385	7.210
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	116.171	92.695	636.303	526.472
Aluguéis	6.814	9.315	19.484	21.411
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	133.300	29.190	133.300	29.190
Participações dos não controladores			91.079	160.983
Dividendos	63.277	60.239	44.715	60.239
Partes beneficiárias			3.780	17.339
	446.573	238.822	4.015.114	3.637.473
Lucros retidos	546.925	286.339	565.487	286.339
	993.498	525.161	4.580.601	3.923.812

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

EDP - Energias do Brasil S.A. (Companhia ou EDP - Energias do Brasil ou Controladora), sociedade anônima de capital aberto, constituída em 24 de julho de 2000, com sede no município de São Paulo, tem como objeto social: (i) participar em outras sociedades, como acionista ou quotista, bem como prestar serviços em negócios e empreendimentos do setor energético, no Brasil ou no exterior; (ii) gerir ativos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades; e (iii) estudar, planejar, desenvolver e implantar projetos de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, em suas diversas formas e modalidades.

A Companhia possui as seguintes participações nas controladas, empreendimentos controlados em conjunto e coligadas:

Empresas	Classificação	Consolidação	% Participação			
			31/12/2014		31/12/2013	
			Direta	Indireta	Direta	Indireta
Distribuição						
Bandeirante Energia S.A. (EDP Bandeirante)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (EDP Escelsa)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Geração						
Energest S.A. (Energest)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Costa Rica Energética Ltda. (Costa Rica)	Controlada	integral		51,00		51,00
Pantanal Energética Ltda. (Pantanal)	Controlada	integral		100,00		100,00
Santa Fé Energia S.A. (Santa Fé)	Controlada	integral		100,00		100,00
Lajeado Energia S.A. (Lajeado)	Controlada	integral	55,86		55,86	
Companhia Energética do Jari - (CEJA)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		100,00	
ECE Participações S.A. (ECE Participações)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial		50,00		100,00
Investco S.A. (Investco)	Controlada	integral		40,78		40,78
Enerpeixe S.A. (Enerpeixe)	Controlada	integral	60,00		60,00	
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Cachoeira Caldeirão)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		100,00	
Terra Verde Bioenergia Participações S.A. (Terra Verde)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Porto do Pecém Transportadora de Minérios S.A. (Pecém TM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Pecém Operação e Manutenção de Unidades de Geração Elétrica S.A. (Pecém OM)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Empresa de Energia São Manoel S.A. (São Manoel)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	33,334			
EDP Renováveis Brasil S.A. (EDP Renováveis)	Coligada	por equivalência patrimonial	45,00		45,00	
Central Nacional de Energia Eólica S.A. (Cenaeel)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Elebrás Projetos S.A. (Elebrás)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão I S.A. (Feijão I)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão II S.A. (Feijão II)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão III S.A. (Feijão III)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Baixa do Feijão IV S.A. (Feijão IV)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Aventura I S.A. (Aventura I)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Central Eólica Jaú S.A. (Jaú)	Coligada	por equivalência patrimonial pela EDP Renováveis		45,00		45,00
Comercialização						
EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (EDP Comercializadora)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Outras						
Enercouth S.A. (Enercouth)	Controlada	integral	100,00		100,00	
EDP GRID Gestão de Redes Inteligentes de Distribuição S.A. (EDP GRID)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Resende Engenharia e Assessoria Ltda. (Resende)	Controlada	integral	100,00		100,00	
Mabe Construções e Administração de Projetos Ltda. (Mabe)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial	50,00		50,00	
Comercializadora de equipamentos y materiales Mabe Ltda. (Mabe Chile)	Empreendimento controlado em conjunto	por equivalência patrimonial pela Mabe Construções		50,00		50,00

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2 Concessões, Autorizações e Registros

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões/autorizações/permissões de geração e de distribuição de energia:

Em operação

Empresas Distribuição	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Concessão / Autorização / Registro		Prorrogação	Indenização
							Início	Término		
EDP Bandeirante		Serviço Público	Concessão	SP			23/10/1998	23/10/2028	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
EDP Escelsa		Serviço Público	Concessão	ES			17/07/1995	17/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Geração										
Energest	UHE Mascarenhas	Serviço Público	Concessão	ES/MG	198,00	138,50	14/07/1995	16/07/2025	20 anos	(i)
Energest	PCH's Viçosa e São João	Produtor Independente	Autorização	ES	29,50	16,15	19/05/1999	19/05/2029	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Energest	UHE Suiça/ PCH's Alegre, Fruteiras, Jucu e Rio Bonito	Produtor Independente	Concessão	ES / MG	72,03	37,02	14/07/1995	16/07/2025	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Pantanal	PCH Paraíso	Produtor Independente	Autorização	MS	21,60	12,59	23/12/1999	23/12/2029	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Pantanal	UHE Assis Chateaubriand	Produtor Independente	Concessão	MS	29,50	20,90	04/12/1997	04/12/2027	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(ii)
Santa Fé	PCH Francisco Gros	Produtor Independente	Autorização	ES	29,00	16,40	13/11/2001	13/11/2031	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Costa Rica	PCH Costa Rica	Produtor Independente	Autorização	MS	16,00	11,06	05/11/2001	05/11/2031	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Enerpeixe	UHE Peixe Angical	Produtor Independente	Concessão	TO	498,75	280,50	07/11/2001	07/11/2036	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
Investco	UHE Luiz Eduardo Magalhães	Produtor Independente	Concessão	TO	902,50	526,60	15/01/1998	15/01/2033	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	(i)
ECE Participações	UHE Santo Antônio do Jari	Produtor Independente	Concessão	PA/AP	373,40	217,70	21/12/1987	31/12/2044	20 anos	(i)
Porto do Pecém	UTE Porto do Pecém I	Produtor Independente	Autorização	CE	720,27	631,00	01/07/2008	01/07/2043	-	-
Cenaeel	UEE Horizonte	Produtor Independente	Registro	SC	4,80	1,01	29/05/2013	01/07/2043	-	-
Cenaeel	UEE Água Doce	Produtor Independente	Autorização	SC	9,00	2,35	01/07/2008	Indefinida	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	-
Elebrás	UEE Elebrás Cidreira I	Produtor Independente	Autorização	RS	70,00	24,14	05/09/2002	05/09/2032	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente	-

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Em fase de construção

Empresas Geração	Usina	Modalidade	Outorga	Estado	Capacidade Instalada (MWm) (*)	Energia assegurada (MWm) (*)	Concessão / Autorização / Registro		Prorrogação	Indenização
							Início	Término		
Cachoeira Caldeirão	UHE Cachoeira Caldeirão	Produtor Independente	Concessão	AP	219,00	129,70	29/05/2013	29/05/2048	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)
Baixa do Feijão I	UEE Baixa do Feijão I	Produtor Independente	Autorização	RN	30,00	14,80	14/08/2012	14/08/2047	-	-
Baixa do Feijão II	UEE Baixa do Feijão II	Produtor Independente	Autorização	RN	30,00	14,40	14/08/2012	14/08/2047	-	-
Baixa do Feijão III	UEE Baixa do Feijão III	Produtor Independente	Autorização	RN	30,00	14,30	14/08/2012	14/08/2047	-	-
Baixa do Feijão IV	UEE Baixa do Feijão IV	Produtor Independente	Autorização	RN	30,00	13,70	14/08/2012	14/08/2047	-	-
Jaú	UEE Aroeira/ UEE Umbuzeiros/ UEE Jericó	Produtor Independente	Autorização	RN	90,00	35,60	23/09/2014	02/10/2049	-	-
Aventura I	UEE Aventura I	Produtor Independente	Autorização	RN	26,00	10,50	21/10/2014	21/10/2049	-	-
São Manoel	UHE São Manoel	Produtor Independente	Concessão	PA	700,00	421,70	10/04/2014	10/04/2049	Sem previsão de prorrogação na legislação atual	(ii)

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

(i) No advento do termo final da Concessão, todos os bens e instalações vinculados passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

(ii) No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados às UHEs passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.1 Distribuição

Contratos de Concessão das controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa

As principais obrigações estipuladas nos contratos de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalização do cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela EDP Bandeirante e EDP Escelsa.

A EDP Bandeirante e EDP Escelsa têm por obrigação: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

2.2 Geração

Nas concessões, registros e autorizações de geração as companhias têm ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições constantes nos contratos de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

Também é estabelecido que, extinta a concessão a autorização ou o registro, operar-se-á, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente, dos bens e instalações vinculados a exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, procedendo-se os levantamentos e as avaliações.

2.2.1 Concessões

Além das informações destacadas na nota 2, segue abaixo informações adicionais referente as seguintes outorgas:

UHE Suíça e PCHs Alegre, Fruteiras, Jucú e Rio Bonito (Controlada Energest)

Por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 4.020/13 e 3.926/13, a UHE e as PCHs, respectivamente, tiveram seu regime de exploração alterados de "Serviço Público" para "Produtor Independente". Nos dias 9 e 17 de julho de 2014, respectivamente, foram assinados os Contratos de Concessão nº 01/2013 e nº 04/2013 formalizando a alteração do regime de exploração.

UHE Assis Chateaubriand (Controlada indireta Pantanal)

Por meio do Despacho ANEEL nº 896/13 a UHE teve seu regime de exploração alterado de "Serviço Público" para "Produtor Independente", resultando na assinatura do 2º termo aditivo ao contrato de concessão.

UHE Luiz Eduardo Magalhães (Controlada Lajeado e Controlada indireta Investco)

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE é compartilhada entre a CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, a Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93%, a Lajeado, titular de 72,27% e a Investco, titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias do Consórcio UHE Lajeado, nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação, a Investco tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

UHE Cachoeira Caldeirão (Controlada em conjunto Cachoeira Caldeirão) e UHE São Manoel (Controlada em conjunto indireta São Manoel)

De acordo com o contrato de concessão, os cronogramas para a entrada em operação comercial das UHEs são os seguintes:

Unidade geradora (UG)	UHE São Manoel	UHE Cachoeira Caldeirão
UG 1	01/01/2018	01/01/2017
UG 2	01/03/2018	01/03/2017
UG 3	01/05/2018	01/05/2017
UG 4	01/07/2018	
UG 5	01/09/2018	

2.2.2 Autorizações

UTE Porto do Pecém I (Controlada em conjunto Porto do Pecém)

Esta autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, conforme Portaria nº 226, de 27 de junho de 2008, do Ministério de Minas e Energia, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

No advento do término da autorização, a Porto do Pecém deverá dismantelar a UTE e transformar o local da construção da usina em seu estado original.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.3 ICPC 01

O CPC emitiu em 2009, com alterações posteriores, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão. Esta interpretação foi aprovada pela Deliberação CVM nº 677/11.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos contratos de concessão público-privado nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados, com qual infraestrutura, a que preço e para quem deve ser prestado o serviço e, além disso, detém a titularidade dessa infraestrutura.

Como os contratos de concessão das distribuidoras do Grupo EDP - Energias do Brasil apresentam tais características, então esta interpretação é aplicável. Já os contratos das geradoras do Grupo apresentam características distintas, portanto a interpretação não é aplicável.

De acordo com a ICPC 01 (R1), os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente conforme contrato estabelecido entre as partes, que são o modelo: do ativo financeiro, do ativo intangível e o bifurcado.

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão.

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização da infraestrutura pelos usuários por meio da prestação de serviço.

• Modelo bifurcado

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui, simultaneamente, compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão, cobrados dos usuários.

Como as distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa são remuneradas: (i) pelo Poder Concedente, no tocante ao valor residual da infraestrutura ao final do contrato de concessão; e (ii) pelos usuários, pela parte que lhes cabe dos serviços de construção e pela prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; então, aplica-se o modelo bifurcado.

Os ativos de infraestrutura geridos por conta do Poder Concedente estão apresentados nos grupos de Ativo financeiro indenizável e Intangível (Notas 19 e 21), devido a implementação dos CPCs.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração e distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

3 Base de preparação

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

O Conselho da Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 02 de março de 2015.

3.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos mensurados ao valor justo.

3.3 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 3.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa e Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 7); Ativos financeiros setoriais (Nota 9); Ativo Financeiro Indenizável (Nota 15); Receita de fornecimento não faturado (Nota 31); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 11); Mensuração de instrumentos financeiros (Nota 36.1.3); Provisões para contingências (Nota 28); Planos de benefícios pós-emprego (Nota 25); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 3.6); e Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Nota 20 e 21).

3.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas, todas operando no Brasil, é o Real e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.5 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12, abrangendo a Companhia e suas controladas (conforme descrito na Nota 17).

As controladas diretas e indiretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora nas suas controladas;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados;
- As combinações de negócios foram consideradas desde setembro de 2008, determinando o custo de aquisição, reconhecendo e mensurando todos os ativos e passivos assumidos, bem como participações de não controladores, reconhecendo e mensurando o ágio por rentabilidade futura, todos mensurados na data da aquisição. Em caso de excedente negativo, um ganho é reconhecido no resultado do exercício.
- Consolidação de entidades com investimento inferior a 50%: a Companhia é controladora indireta da Investco, com 40,78% de participação, devido ao controle direto da Lajeado com 55,86% que, por sua vez, detém 73% do capital votante, assegurando o poder de controle das atividades da Investco, bem como, da sua consolidação integral nas demonstrações financeiras.
- Acordos de controle compartilhado: A Companhia detém 50% do direito a voto nos empreendimentos Porto do Pecém, Pecém TM, Pecém OM, CEJA e Cachoeira Caldeirão e 33,334% em São Manoel. A Companhia detém o controle conjunto nestes empreendimentos pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes dos acordos para todas as atividades relevantes. Os acordos conjuntos da Companhia estão estruturados na forma de sociedades anônimas de capital fechado e, segundo os acordos contratuais, confere a Companhia e outra parte dos acordos direitos aos ativos líquidos das sociedades anônimas de capital fechado. Por essa razão, esses acordos são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*) e não são consolidados nas demonstrações financeiras.

3.6 Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados quanto a sua recuperabilidade ao final de cada exercício, exceto para Concessionárias que são avaliados mensalmente (Nota 7). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia e suas controladas identificarem que houve evidências de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos imobilizados, intangíveis, investimentos ou propriedades para investimentos, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia e suas controladas procedem o teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

3.7 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

3.7.1 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo IASB e ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requerimentos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desreconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitida em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de *impairment* para ativos financeiros; e (ii) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes (com efeito a partir de 1º de janeiro de 2017)

Em maio de 2014 foi emitida a IFRS 15 que introduziu um modelo simplificado para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes. A norma enfatiza o reconhecimento da receita como transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes que reflete sua consideração de qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. A IFRS 15 substituirá o CPC 30 (R1) – Receitas (IAS18), o CPC 17 (R1) - Contratos de Construção (IAS 11) e as interpretações relacionadas.

A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a IFRS 9 e a IFRS 15 possam gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia e suas controladas efetuem uma revisão detalhada desses impactos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

3.7.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC adotadas pela Companhia e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2014

A Companhia e suas controladas, a partir de 1º de janeiro de 2014, passou a adotar novas normas e interpretações emitidas pelo CPC. As seguintes normas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) ICPC 19 – Tributos (IFRIC 21); (ii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Compensação de ativos e passivos financeiros (IAS 32); (iii) CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros (IAS 36); (iv) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Novação de derivativos e contabilidade de cobertura (IAS 39); e (v) ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (Funding) Mínimo e sua Interação (IFRIC 14).

Segue abaixo as normas que resultaram em impacto na apresentação das demonstrações financeiras:

OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral

O objetivo desta orientação é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros. São destacados na orientação a utilização dos conceitos de materialidade e relevância quando da elaboração dos relatórios contábil-financeiros, principalmente na elaboração das notas explicativas.

Na adoção do OCPC 07 a Companhia e suas controladas reavaliaram a materialidade e a relevância das informações contábil-financeiras resultando em mudanças na apresentação das notas explicativas. Dentre as alterações, destaca-se a realocação da nota explicativa do "Resumo das principais práticas contábeis" para as notas explicativas específicas de cada rubrica.

OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica

O objetivo do OCPC 08 é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de determinados ativos e passivos setoriais das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica.

A edição da norma foi necessária quando, da alteração dos contratos de concessão das concessionárias distribuidoras, foi assegurado pelo órgão regulador o direito/obrigação de ressarcimento dos valores relativos às diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros relacionados à tarifa de energia, que ainda não tenham sido recuperados ou devolvidos aos consumidores, em caso de extinção da concessão.

O OCPC 08, fazendo referência ao CPC 23, destaca que a adoção de nova prática contábil de determinado evento novo não constituiu mudanças nas políticas contábeis. Desta forma, os efeitos do aditamento ao contrato de concessão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação sendo, consequentemente, sua aplicação prospectiva, gerando efeitos apenas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014.

As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa reconheceram, no exercício, ativos financeiros setoriais no montante de R\$601.542 sendo R\$599.424 em contrapartida da receita operacional bruta (Nota 31) e R\$2.118 em contrapartida do resultado financeiro (Nota 33). Para mais detalhes sobre os valores reconhecidos, vide nota 8.

4 Reapresentações dos exercícios anteriores

As demonstrações financeiras, da controladora e consolidadas, relativas à 31 de dezembro de 2013 estão sendo reapresentadas, para melhor apresentação dos saldos, conforme demonstrado abaixo:

4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013			31/12/2013		
	Publicado	Reapresentação para melhor apresentação	Reapresentado	Publicado	Reapresentação para melhor apresentação	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais						
Fluxo de caixa das atividades de investimento						
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	(465.234)	(465.234)	-	(98.600)	(98.600)
(Aumento) redução de capital em subsidiárias	-	251.449	251.449	-	(198.619)	(198.619)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	364.246	(213.785)	150.461	(986.806)	(297.219)	(1.284.025)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento						
Adiantamento para futuro aumento de capital	(465.234)	465.234	-	(98.600)	98.600	-
Aumento (redução) de capital	251.449	(251.449)	-	(198.619)	198.619	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(138.159)	213.785	75.626	489.686	297.219	786.905

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5 Eventos significativos no exercício

5.1 Regulamentações do Setor de Energia

Os mecanismos disponíveis ao longo do ano de 2013, em especial a distribuição das "Quotas de energia velha" e os leilões de compra de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes, foram insuficientes para atender as necessidades das distribuidoras, fazendo com que essas concessionárias ficassem expostas, involuntariamente, ao Preço de Liquidação das Diferenças - PLD do mercado de curto prazo.

Diante desse fato, de modo a evitar um risco de exposição financeira, em 7 de março de 2014, foram emitidos o Decreto nº 8.203 e o Despacho ANEEL nº 515, autorizando o repasse de recursos da CDE às distribuidoras para o dia 11 de março de 2014, com o intuito de cobrir o sobrecusto com a compra de energia no mercado de curto prazo de competência janeiro de 2014, decorrente da frustração do leilão A-1, ocorrido em dezembro de 2013.

O sobrecusto foi calculado pela diferença entre o preço de liquidação de diferenças médio e a cobertura tarifária do montante de reposição. A ANEEL homologou os valores de repasse de recursos da CDE por meio do Despacho nº 515/14. Para a EDP Escelsa foi homologado o montante de R\$31.008, integralmente repassado em 11 de março de 2014. A EDP Bandeirante não teve valor a receber.

No dia 13 de março de 2014, o Governo Federal, por meio do Ministério da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia, convocou a imprensa para anunciar um pacote de medidas para subsidiar o sobrecusto de energia das distribuidoras, além de diminuir a exposição destas empresas ao mercado de curto prazo, por meio da realização de um leilão de energia com início de suprimento ocorrido a partir de maio de 2014.

O Decreto nº 8.221 de 1º de abril de 2014, incumbiu a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE de criar e manter a Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, destinada a cobrir de fevereiro a dezembro de 2014 os custos que excedam a cobertura tarifária relativa à: i) exposição contratual involuntária; e ii) ao despacho termoeletrônico relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade - CCEAR-D. Em contrapartida, a CCEE terá um direito de receber da CDE, a partir de 2015, os valores dos encargos arrecadados pelas distribuidoras, para pagamento dos referidos empréstimos. Os valores arrecadados pelas distribuidoras para pagamento da CDE se dará de forma proporcional ao mercado cativo de cada empresa, no prazo de dois anos.

No exercício a ANEEL homologou os seguintes valores às Distribuidoras referente a recursos da conta ACR:

Despacho	Competência	EDP Escelsa	EDP Bandeirante	Total	Data do ingresso do recurso
Despacho nº 1.256 de 22 de abril de 2014	Fevereiro de 2014	134.171	70.033	204.204	28 de abril de 2014
Despacho nº 1.443 de 9 de maio de 2014	Março de 2014	130.834	85.806	216.640	12 de maio de 2014
Despacho nº 1.696 de 2 de junho de 2014	Abril de 2014	90.967	47.901	138.868	9 de junho de 2014
Despacho nº 3.186 de 18 de agosto de 2014	Maio de 2014	98.921	9.303	108.224	19 de agosto de 2014
Despacho nº 3.017 de 5 de agosto de 2014	Junho de 2014	18.561	1.490	20.051	19 de agosto de 2014
Despacho nº 3.588 de 2 de setembro de 2014	Julho de 2014	21.542	21.373	42.915	8 de setembro de 2014
Despacho nº 3.968 de 30 de setembro de 2014	Agosto de 2014	16.573	16.266	32.839	6 de outubro de 2014
Despacho nº 4.288 de 30 de outubro de 2014	Setembro de 2014	65.704	51.264	116.968	5 de novembro de 2014
Despacho nº 4.657 de 2 de dezembro de 2014	Outubro de 2014	19.071	6.047	25.118	8 de dezembro de 2014
		596.344	309.483	905.827	

Adicionalmente, a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa possuem expectativa de recebimento de recursos provenientes da CONTA-ACR referente às competências de novembro e dezembro de 2014 no valor total estimado de R\$148.743, sendo o valor de R\$84.002 da competência do mês de novembro e R\$64.741 referente a provisão do mês de dezembro. Este montante foi reconhecido na rubrica de Ativos financeiros setoriais pois, até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, as tratativas para a liberação dos recursos não haviam sido completamente efetivadas.

Outro mecanismo para cobrir os déficits tarifários das distribuidoras foi a destinação dos excedentes de recursos financeiros da Conta de Energia de Reserva - CONER conforme Resolução Normativa ANEEL nº 613 de 20 de maio de 2014. Os recursos destinados foram abatidos na liquidação do Mercado de Curto Prazo - MCP, sendo recebido pela EDP Bandeirante e EDP Escelsa no exercício de 2014 o montante de R\$98.755. As distribuidoras aguardam a homologação e liberação do recurso referente às competências dos meses de novembro e dezembro de 2014 no valor estimado de R\$42.621.

5.2 Reajuste Tarifário 2014 - EDP Escelsa

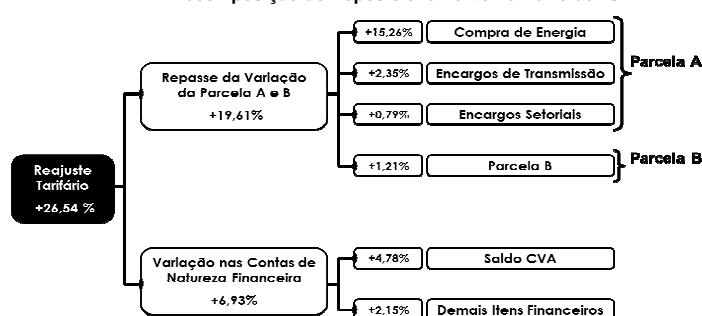
A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.768 de 5 de agosto de 2014, homologou o resultado do reajuste tarifário anual da EDP Escelsa aplicado a partir de 7 de agosto de 2014.

O reposicionamento tarifário foi de 26,54%, sendo 19,61% relativo ao reposicionamento econômico e 6,93% referente aos componentes financeiros pertinentes. Em relação à tarifa praticada atualmente, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 23,58%, sendo 21,99% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 24,71% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

O Fator X aprovado neste reajuste tarifário foi de 2,34%, sendo "Pd" (ganhos de produtividade): 0,99%, "T" (trajetória para adequação dos custos operacionais): 1,68% e "Q" (incentivo à qualidade): -0,33%. O componente Q do Fator X representou o prêmio pela melhora no índice de qualidade da distribuidora verificado em relação ao ano anterior.

Em 2013, após a homologação do resultado da 6ª Revisão Tarifária, a Companhia interpôs recurso para pleitear: (i) a retificação do valor da Base de Remuneração; e (ii) a velocidade da trajetória das perdas não técnicas sobre o mercado de baixa tensão. A ANEEL, por meio do Despacho nº 3.033 de 5 de agosto de 2014, acatou os pedidos da Companhia com efeitos retroativos à 2013. Os efeitos da decisão estão incluídos nos ajustes financeiros incluídos no cálculo do reposicionamento tarifário.

Decomposição do Reposicionamento Tarifário de 2014



Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

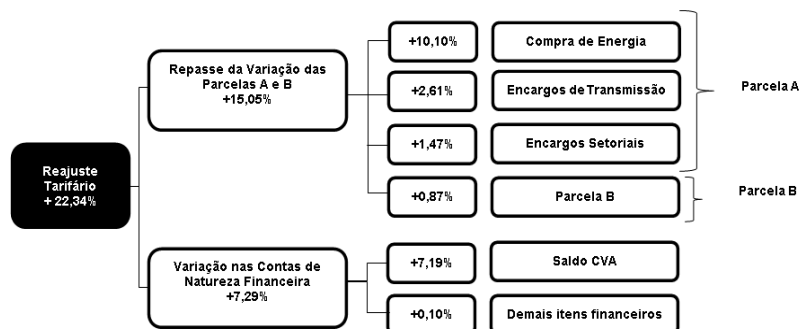
5.3 Reajuste Tarifário 2014 - EDP Bandeirante

A Resolução Homologatória ANEEL nº 1.809 de 21 de outubro de 2014, homologou o resultado do reajuste tarifário anual de 2014 da EDP Bandeirante, aplicado a partir de 23 de outubro de 2014.

O reposicionamento tarifário médio foi de 22,34%, sendo 15,05% relativo ao reposicionamento econômico e 7,29% referente aos componentes financeiros pertinentes. Em relação à tarifa praticada atualmente, o efeito médio percebido pelos consumidores foi de 21,93%, sendo 23,78% o efeito médio para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 20,60% o efeito médio para os consumidores atendidos em baixa tensão.

O Fator X aprovado neste reajuste tarifário foi de 0,44%, sendo "Pd" (ganhos de produtividade) 1,08%, "T" (trajetória para adequação dos custos operacionais) 0% e "Q" (incentivo à qualidade) -0,64%. O componente Q do Fator X representa o prêmio pela melhora no índice de qualidade da distribuidora verificado em relação ao ano anterior.

Decomposição do Reposicionamento Tarifário de 2014



5.4 Registro dos Ativos financeiros setoriais - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

Em 10 de dezembro de 2014, a EDP Escelsa e a EDP Bandeirante assinaram, respectivamente, o Quarto e Quinto Termos Aditivos aos Contratos de Concessão, onde foi estabelecido que: "Além dos valores indenizados referentes aos ativos ainda não amortizados dos bens reversíveis, também serão considerados, para fins de indenização, os saldos remanescentes (ativos ou passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa em decorrência da extinção, por qualquer motivo, da concessão, relativos a valores financeiros a serem apurados com base nos regulamentos preestabelecidos pelo Regulador, incluídos aqueles constituídos após a última alteração tarifária". Desta forma, ambas as controladas passaram a registrar os Ativos ou Passivos financeiros setoriais (Nota 8).

5.5 Venda de participação acionária - São Manoel

Em 07 de fevereiro de 2014 a Companhia comunicou ao mercado que, no contexto da parceria entre a Companhia, a CWE Investment Corporation (CWEI) e a CWEI (Brasil) Participações (CWEI Brasil), companhias controladas integralmente pela China Three Gorges (CTG), assinou o Contrato de Compra e Venda para alienar 33,334% dos direitos de construção da hidrelétrica São Manoel para a CWEI Brasil.

Após a aprovação da ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 4.749/14, e órgãos regulatórios chineses, em 11 de novembro de 2014 a Companhia comunicou ao mercado que foi concluída a transação relativa à alienação da sua participação, bem como assinado o respectivo acordo de acionistas da São Manoel, tendo em vista a verificação das condições precedentes ao fechamento da transação.

A CWEI Brasil reembolsará os custos incorridos pela Companhia e assumirá futuros compromissos de capital até o final da construção, riscos e benefícios do projeto na proporção da participação adquirida. Como resultado desta transação, não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Assim, a CWEI Brasil junta-se à EDP – Energias do Brasil e à Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas) como acionistas da São Manoel, resultando em uma participação final detida pela EDP – Energias do Brasil de 33,334%, por Furnas de 33,333% e pela CWEI Brasil de 33,333% no capital social da São Manoel.

5.6 Venda de participação acionária - CEJA e Cachoeira Caldeirão

Em 27 de junho de 2014 a Companhia comunicou ao mercado que foram consumadas as negociações anunciadas em 06 de dezembro de 2013, relativas à venda de 50% das participações detidas pela Companhia nos empreendimentos CEJA e Cachoeira Caldeirão para a CWEI Brasil, depois de obtidas todas as aprovações necessárias por parte da ANEEL, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, órgãos reguladores chineses e outras providências de natureza societária e contratuais.

O valor total da operação foi de R\$420,6 milhões, gerando um ganho para a Companhia de R\$408,0 milhões, dos quais, R\$202,9 milhões referem-se à operação de venda das participações e R\$205,1 milhões referentes a mais valia dos investimentos remanescentes, ambos registrados na rubrica "Investimentos" no Balanço Patrimonial em contrapartida da rubrica "Ganho na alienação de investimento" na Demonstração do Resultado.

A partir desta data, os empreendimentos mencionados deixaram de ser controlados pela Companhia e passaram a ser controlados em conjunto e avaliados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 17).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5.7 Venda da participação acionária - EDP Renováveis Brasil

Conforme anunciado ao mercado em 27 de novembro de 2014, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento com a EDP Renováveis S.A. (EDPR) com os principais termos e condições indicativos para a aquisição pela EDPR dos 45,00% do capital total e votante da EDP Renováveis Brasil detidos pela Companhia.

O preço da venda a ser pago sobre a transação será acordado entre as partes tendo em consideração o valor atribuído à EDP Renováveis Brasil e de suas controladas em um parecer independente (*fairness opinion*) emitido por uma instituição financeira de renome.

Em 29 de dezembro de 2014 a Companhia comunicou ao mercado que a EDP Renováveis Brasil assinou um acordo com a CWEL Brasil para vender a participação acionária de 49% nos parques eólicos em operação e em desenvolvimento no Brasil. Atualmente, a EDP Renováveis Brasil opera 84 MW de energia eólica e possui parques em desenvolvimento – Baixa do Feijão (120 MW) e Aroeira, Jericó, Umbuzeiros e Aventura (116 MW) – com contratos (PPAs) de longo prazo concedidos em leilões de 2011 e 2013, respectivamente.

Para obter a participação acionária de 49% nos parques eólicos, a CWEL Brasil espera investir o valor de R\$364,8 milhões, incluindo aportes de capital estimados em R\$100,8 milhões nos projetos atualmente em desenvolvimento.

A conclusão de ambas as transações está sujeita à aprovação prévia por parte das autoridades regulatórias, além de outras medidas de natureza societária e contratual necessárias para a conclusão da transação, que está prevista para ocorrer até o final do primeiro semestre de 2015.

Conforme requerido pelo CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, o saldo do Investimento na EDP Renováveis Brasil no montante de R\$107.054, foi transferido para a rubrica Ativos não circulantes mantidos para venda, até a conclusão da transação.

5.8 Assinatura do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica - São Manoel

Em 10 de abril de 2014 a controlada em conjunto São Manoel assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica que regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires denominado UHE São Manoel, sob o regime de produção independente de energia elétrica. O projeto conta com capacidade instalada de 700 MW e garantia física de 421,7 MW médios, com início da entrega da energia em janeiro de 2018 ao preço de R\$83,49 por MWh, reajustado pelo IPCA. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

5.9 Liquidação antecipada de empréstimo junto ao BEI - Banco Europeu de Investimento e Swap junto ao Banco Goldman Sachs - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

Em 14 de agosto de 2014, os Conselhos de Administração das controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa deliberaram pela liquidação antecipada dos empréstimos junto ao BEI - Banco Europeu de Investimento e suas proteções contratadas junto ao Banco Goldman Sachs. De acordo com os contratos, as liquidações estavam previstas para 17 de fevereiro de 2018.

Em 15 de agosto de 2014 as controladas liquidaram antecipadamente os referidos empréstimos sendo pagos os montantes de principal de R\$89.462 e de juros R\$722. As liquidações dos swaps resultaram em um ganho para as controladas de R\$18.850, sendo recebidos líquidos de Imposto de Renda o montante de R\$16.022.

A decisão da Administração para estas liquidações antecipadas foi o risco de uma eventual ultrapassagem do índice financeiro (Dívida Bruta/EBITDA) decorrentes do impacto da implantação do IFRS no tocante à impossibilidade do registro dos ativos e passivos regulatórios, somado ao atual cenário do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil.

5.10 Entrada em operação da UHE Jari

A ECE Participações, durante o exercício de 2014, recebeu da ANEEL as Declarações Comerciais de Operação – DCOs para iniciar a operação comercial da UHE Jari. A partir das DCOs a UHE Jari passou a ter todas as suas máquinas autorizadas a gerar energia elétrica para cumprir suas obrigações contratuais a partir de 1º de janeiro de 2015.

Da energia gerada antecipadamente às obrigações contratuais, parte foi fornecida ao Sistema Interligado Nacional - SIN sendo remuneradas pelo PLD (Submercado Norte) e liquidadas no mercado de curto prazo e a outra foi comercializada em contratos bilaterais.

Segue abaixo, em ordem cronológica, os Despachos que autorizaram a entrada em operação das unidades geradoras:

	Data da entrada em operação	Despacho - ANEEL	Capacidade Instalada (MW)
Unidade Geradora 01 – UG01	17/09/2014	nº 3.749 de 16/09/2014	123,33
Unidade Geradora 02 – UG02	14/11/2014	nº 4.427 de 13/11/2014	123,33
Unidade Geradora 04 – UG04	19/12/2014	nº 4.868 de 18/12/2014	3,4
Unidade Geradora 03 – UG03	31/12/2014	nº 4.956 de 30/12/2014	123,33

5.11 Assinatura de contrato de financiamento - BNDES - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

Em 29 de dezembro de 2014, as distribuidoras firmaram contratos de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no valor total de R\$569.709, com incidência de juros que variam entre TJLP e TJLP + 3,05% a.a.. A primeira liberação deverá ocorrer no primeiro trimestre de 2015 e a última liberação poderá ocorrer até fevereiro de 2017.

O início de pagamento de principal será entre junho de 2016 e junho de 2017, com vencimento final entre maio de 2022 a dezembro de 2024. A operação possui como garantia fiança corporativa da EDP - Energias do Brasil e cessão fiduciária de receitas.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5.12 Ressarcimento por indisponibilidade superior à utilizada no cálculo da Garantia Física - Porto do Pecém

Em 09 de abril de 2013 foi protocolado na Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, pleito para o cumprimento da Subcláusula nº 6.2.1 dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs firmados no âmbito do Leilão nº 01/2007. A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE está cobrando ressarcimentos pelo não atendimento ao despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS na capacidade plena da usina. Estes ressarcimentos vêm sendo cobrados desde dezembro de 2012, data em que a Unidade Geradora 01 entrou em operação comercial. A controlada em conjunto Porto do Pecém entende que a apuração que está sendo realizada está em desacordo com os CCEARs celebrados. Tais ressarcimentos estão sendo apurados em base horária, ao invés de se utilizar um período de 60 meses, única regra disponível na época do Leilão.

Em janeiro de 2014, a controlada em conjunto Porto do Pecém ingressou com ação judicial e obteve Tutela Antecipada que suspendeu a aplicação do cálculo de indisponibilidade da UTE Porto do Pecém I em base horária e determinou que fossem efetuados com base na média dos últimos 60 meses.

Em 07 de agosto de 2014 foi proferida sentença judicial pelo Juiz da 15ª Vara Federal do Distrito Federal ratificando os termos da Tutela Antecipada, determinando a suspensão do cálculo dos custos de indisponibilidade em base horária e a aplicação da média dos últimos 60 meses.

Em 30 de setembro de 2014, por meio do Despacho nº 4.002, de 30 de setembro de 2014, a ANEEL aprovou o pleito da Porto do Pecém e determinou o recálculo pela CCEE dos ressarcimentos devidos pela empresa desde o início da operação comercial de suas unidades geradoras.

Em 31 de outubro de 2014 a CCEE efetuou o recálculo e a Porto do Pecém teve direito ao recebimento do montante de R\$251.824, sendo R\$234.915 relativo aos valores pagos a maior pela sistemática anterior e R\$16.909 de atualização monetária. Os valores já foram integralmente recebidos.

No mês de dezembro de 2014, a Porto do Pecém constituiu provisão para os futuros ressarcimentos por indisponibilidades incorridas no montante de R\$260.442, com base na aplicação do novo cálculo de indisponibilidade, ou seja, a média móvel dos últimos 60 meses.

5.13 Desligamento intempestivo da unidade geradora UG01 da UTE Porto do Pecém I

Em 15 de setembro de 2014 a Companhia, por meio de Comunicado a Mercado, informou que em 25 de agosto de 2014 houve o desligamento intempestivo da unidade geradora UG01 da UTE Porto do Pecém I, um empreendimento controlado juntamente com a ENEVA S.A., promovendo a indisponibilidade não programada de 360MW de geração.

Em 02 de dezembro de 2014 a Companhia comunicou ao Mercado que a unidade geradora UG01 da UTE Porto do Pecém I retomou a operação.

A solução para o desligamento consistiu na substituição do gerador com a finalidade de reduzir o tempo de parada da UG01 e promover confiabilidade da operação da unidade. A avaliação e solução dos danos foram executadas pelas equipes de operações de UTE Porto do Pecém I e pelos técnicos especializados da Siemens, fabricante do gerador, em parceria com técnicos da Companhia e ENEVA.

O investimento para substituição do gerador será coberto pelo seguro de dano patrimonial vigente. A paralisação da UG01 durante o período de 87 dias será coberto pelo lucro cessante após o 60º dia e impactará o cálculo do ressarcimento por indisponibilidade a partir de 2016 pelo período de 60 meses.

5.14 Acordo de compra de ações com a Eneva S.A.

Em 09 de dezembro de 2014 a Companhia, por meio de Comunicado ao Mercado, informou que assinou um Acordo de Compra de Ações com a Eneva S.A. (Eneva), com o objetivo de adquirir 50,0% do capital total e votante da Porto do Pecém Geração de Energia S.A. (Porto do Pecém) detido pela Eneva, incluindo mútuos e créditos de carvão e energia. A Porto do Pecém é uma parceria entre a Companhia, que já detém 50% do capital total votante, e a Eneva que opera e mantém a UTE Porto do Pecém I.

O preço de compra a ser pago pela Companhia à Eneva, em relação à transação, será de R\$300.000, e está sujeito à aprovação prévia pelo BNDES, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e outras medidas de naturezas societárias e contratuais necessárias para a eficácia da transferência do capital acima mencionado.

5.15 Captações de recursos

Durante o exercício de 2014, a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, realizaram diversas captações de recursos. Para a Companhia e controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa, as captações de recursos têm como principal objetivo a recomposição de caixa, o alongamento de dívidas de curto prazo e financiamento de capital de giro frente ao cenário desfavorável do setor de energia. Para as controladas em conjunto UHE's Cachoeira Caldeirão e São Manoel, não consolidadas nestas Demonstrações Financeiras, as captações têm como objetivo a construção das usinas previstas para serem concluídas em 2017 e 2018, respectivamente. A tabela abaixo resume as principais captações ocorridas no exercício de 2014:

Empresa	Fonte	Data	Vencimento	Valor	Custo da dívida
EDP - Energias do Brasil	Debêntures	fev/14	ago/15	300.000	CDI + 0,72%
EDP Bandeirante	Crédito Rural	fev/14	jul/15	98.627	101,15% do CDI
EDP Bandeirante	Debêntures	abr/14	abr/19	300.000	CDI + 1,39%
EDP Escelsa	Crédito Rural	fev/14	jul/15	110.575	101,15% do CDI
EDP Escelsa	Cédula Cambiária	mai/14	mai/18	200.000	85% do CDI + 1,0625%
EDP Escelsa	Debêntures	ago/14	ago/20	176.800	CDI + 1,50%
São Manoel	Cédula de Crédito Bancário	fev/14	ago/14	45.000	CDI + 0,90%
São Manoel	Debêntures	jul/14	jan/16	532.000	111,5% do CDI
Cachoeira Caldeirão	Nota Promissória	out/14	fev/15	295.000	109,25% do CDI
Cachoeira Caldeirão	BNDES FINEM	dez/14	out/37	300.000	URTJLP+2,12%
				<u>2.358.002</u>	

5.16 Lei nº 12.973, de 13 de novembro de 2014 (Conversão da Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013) e Instrução Normativa RFB nº 1.515, de 24 de novembro de 2014

A Lei nº 12.973/14, trouxe mudanças relevantes para as regras tributárias federais em vigor obrigatoriamente a partir de janeiro de 2015, sendo facultada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário de 2014.

Entre as principais alterações nas regras tributárias a Lei revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e prevê a entrega de nova obrigação acessória, a Escrituração Contábil Fiscal (ECF) em substituição da Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ). A referida legislação já foi regulamentada pela Instrução Normativa nº 1.515/14, entretanto, alguns temas relevantes estão pendentes de regulamentação pela Receita Federal do Brasil.

A Companhia e suas controladas elaboraram estudos dos possíveis efeitos da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, não resultaria em impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Bancos conta movimento	11.862	53.099	478.941	301.932
Aplicações financeiras - renda fixa	15.220	191.012	348.030	622.214
Total	27.082	244.111	826.971	924.146

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Controladora referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados a taxa de 101,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. A taxa média de aplicação do Grupo EDP - Energias do Brasil, que referem-se a Certificados de Depósitos Bancários e operações compromissadas lastreadas em Debêntures, variam entre 93,00% e 101,50% do CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição do Grupo EDP - Energias do Brasil a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.

7 Consumidores e concessionárias

Nota	Consolidado						
	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD (Nota 7.6)	Saldo líquido em 31/12/2014	Saldo líquido em 31/12/2013
Circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Residencial	135.512	115.145	26.133	276.790	(26.133)	250.657	218.207
Industrial	56.154	26.823	18.222	101.199	(14.405)	86.794	77.410
Comércio, Serviços e Outras Atividades	82.058	33.236	12.199	127.493	(8.491)	119.002	89.970
Rural	16.395	10.405	3.386	30.186	(460)	29.726	23.210
Poder Público							
Federal	6.963	909	70	7.942	(38)	7.904	5.887
Estadual	7.100	457	393	7.950	(338)	7.612	6.216
Municipal	11.469	5.273	1.203	17.945	(197)	17.748	12.834
Iluminação Pública	14.140	5.833	283	20.256	(10)	20.246	13.913
Serviço Público	14.731	3.448	6.507	24.686	(23)	24.663	29.865
Clientes livres	120.039	551	18	120.608		120.608	63.075
Fornecimento não faturado	277.944			277.944		277.944	206.382
Parcelamentos de débitos	81.716	14.398	50.855	146.969	(99.115)	47.854	52.959
(-) Ajuste a valor presente	7.1	(1.192)		(1.192)		(1.192)	(1.506)
Outros créditos	7.2	28.592	194	29.420		29.420	29.529
		851.621	216.672	1.188.196	(149.210)	1.038.986	827.951
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	7.3	209.577	1.882	212.197	(614)	211.583	253.061
Energia de curto prazo	7.4	38.519		38.519		38.519	21.198
Encargos de uso da rede elétrica		4.449	1	4.628	(178)	4.450	4.252
Outros créditos	7.5	58.623		59.319	(696)	58.623	20.085
		311.168	1.883	314.663	(1.488)	313.175	298.596
Total Circulante		1.162.789	218.555	1.502.859	(150.698)	1.352.161	1.126.547
Não circulante							
Consumidores							
Fornecimento faturado							
Industrial		4.934		4.934	(3.227)	1.707	1.707
Comércio, Serviços e Outras Atividades		18		18		18	18
Serviço público		1.556		1.556		1.556	-
Parcelamentos de débitos		74.047	1	74.056	(5.530)	68.526	65.621
(-) Ajuste a valor presente	7.1	(9.650)		(9.650)		(9.650)	(14.493)
		70.905	1	70.914	(8.757)	62.157	52.853
Concessionárias							
Suprimento de energia elétrica	7.3	221.618		221.618		221.618	-
Outros créditos		1.103		1.103	(119)	984	2.055
		222.721	-	222.721	(119)	222.602	2.055
Total Não Circulante		293.626	1	293.635	(8.876)	284.759	54.908

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os saldos a receber de Consumidores e Concessionárias são registrados pelo valor faturado ou a ser faturado, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária das companhias.

O saldo de Consumidores e Concessionárias refere-se, substancialmente aos: (i) valores faturados de venda de energia elétrica a consumidores finais, concessionárias revendedoras e empresas comercializadoras, bem como a receita referente à energia consumida e não faturada; (ii) valores a receber relativos à energia comercializada na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; e (iii) encargos de uso da rede elétrica.

A exposição das controladas aos riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 36.

7.1 Ajuste a valor presente

O ajuste a valor presente, regulamentado pelo CPC 12, foi calculado com base na taxa de remuneração de capital, aplicada pela ANEEL nas revisões tarifárias das distribuidoras. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2014 correspondia, em ambas as distribuidoras, a 11,36% a.a. (11,36% em 31 de dezembro de 2013), afetando positivamente o resultado das distribuidoras no exercício em R\$5.157 (negativamente em R\$1.033 em 31 de dezembro de 2013).

7.2 Outros créditos - Consumidores

Do montante em 31 de dezembro de 2014 de R\$29.420 (R\$29.529 em 31 de dezembro de 2013), R\$27.415 (R\$28.614 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao saldo de Encargos de capacidade emergencial - ECE e Encargo de aquisição de energia elétrica emergencial - EAECE, sendo que R\$27.415 estão sob discussão judicial. Considerando que estes valores constituem um montante a repassar à Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE, a Companhia possui um passivo no valor de R\$31.699 (Nota 26).

7.3 Concessionárias – Suprimento de energia elétrica

Do saldo circulante e não circulante de R\$433.201 (R\$253.061 em 31 de dezembro de 2013), destaca-se o valor de R\$243.058 (R\$110.917 em 31 de dezembro de 2013) que a EDP Comercializadora possui com o empreendimento controlado em conjunto Porto do Pecém referente às operações de venda de suprimento de energia elétrica.

7.4 Concessionárias – Energia de curto prazo

O saldo refere-se às transações com energia elétrica e encargos realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

7.5 Outros créditos - Concessionárias

Do montante circulante em 31 de dezembro de 2014 de R\$58.623 (R\$20.085 em 31 de dezembro de 2013), R\$58.080 (R\$19.567 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a valores que a EDP Bandeirante e EDP Escelsa têm a receber das geradoras referentes a ressarcimentos por insuficiência de geração, por indisponibilidade, por geração inferior ao Despacho do ONS e por geração inferior a inflexibilidade, substancialmente de competência de dezembro de 2013 a dezembro de 2014.

7.6 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme requerido pelo CPC 38, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e concessionárias e, quando necessário, é constituída uma Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa constituem a provisão, com base na Instrução Contábil 6.3.2 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, conforme detalhado a seguir:

- i) Residencial: vencidos há mais de 90 dias;
- ii) Comercial: vencidos há mais de 180 dias; e
- iii) Demais classes: vencidos há mais de 360 dias.

Para os parcelamentos de débitos, as controladas adotam os seguintes critérios:

- i) Clientes baixa tensão: parcela vencida há mais de 90 dias é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento;
- ii) Clientes média e alta tensão: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento; e
- iii) Poder Público: parcela vencida há mais de 60 dias, é constituída a provisão do saldo integral do parcelamento, deduzindo-os dos valores cobertos por meio de apresentação de Nota de Empenho.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 36.2.3.

8 Ativos financeiros setoriais

Quando da adoção das IFRS no Brasil, a partir de 2010, as distribuidoras EDP Bandeirante e EDP Escelsa deixaram de reconhecer esses ativos e/ou passivos, com base no entendimento de que os mesmos não atendiam plenamente às definições de ativo e passivo contidas na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro do CPC e do IFRS. Tal entendimento decorria de que: (i) sua realização ou exigibilidade dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade (a entrega futura de energia elétrica); e (ii) não era praticável saber, no momento do surgimento desses direitos ou obrigações, se e quais os efetivos compradores dessa energia no futuro que pagariam essas diferenças ou as teriam devolvidas em suas contas de energia elétrica.

Adicionalmente, havia entendimento de que a legislação em vigor não garantia, de forma objetiva, o direito ao completo recebimento ou pagamento destes valores nos casos em que o mecanismo de tarifa não fosse suficiente para realizar o direito ou a obrigação ou, ainda, nos casos em que a concessão cessasse por qualquer motivo.

Para reduzir incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e a realização ou liquidação destes ativos e/ou passivos e, consequentemente, qualificá-los como passíveis de reconhecimento nas Demonstrações Financeiras, a ANEEL decidiu, em 25 de novembro de 2014, aditar os contratos de concessão das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras.

Com o aditamento aos contratos de concessão, o CPC emitiu, em 28 de novembro de 2014, o OCPC 08 (Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica) considerando não mais haver impedimento para o reconhecimento dos ativos e passivos decorrentes da metodologia de definição da tarifa de distribuição de energia elétrica. A orientação tem por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidência destes ativos e passivos.

O OCPC 08 determinou que, como tratam-se de ativos e passivos recuperados por meio da tarifa cobrada do consumidor, os mesmos devem ser tratados como ativos ou passivos financeiros, conforme o caso, em contrapartida a receita operacional, no resultado do exercício.

Em 10 de dezembro, as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa reconheceram na rubrica Receitas de ativos financeiros setoriais, na Receita operacional líquida, o montante atualizado monetariamente de R\$490.491 referente a diferença entre os valores efetivamente pagos daqueles orçados na tarifa, conforme orientação de reconhecimento inicial do OCPC 08. Após esta data, as respectivas atualizações monetárias foram reconhecidas no Resultado financeiro.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Reconheci- mento inicial 10/12/2014	Apropriação	Amortização	Atualização	31/12/2014	Valores em amortização	Valores em constituição	Circulante	Não Circulante	IRT (*) 2014	IRT (*) 2015
ATIVO											
CVA											
Compra de energia	274.957	144.116	(27.459)	1.266	392.880	228.394	164.486	283.810	109.070	228.394	164.486
Transporte - Itaipu	236	11	(11)	1	237	95	142	137	100	95	142
Rede Básica	39.071	2.013	(1.434)	144	39.794	12.582	27.212	20.460	19.334	12.582	27.212
ESS	(209.136)	(34.475)	7.006	(850)	(237.455)	(57.867)	(179.588)	(118.005)	(119.450)	(57.867)	(179.588)
CDE	18.032	2.471	(1.765)	18	18.756	15.049	3.707	16.301	2.455	15.049	3.707
PROINFA	5.026	245	(623)	(2)	4.646	5.026	(380)	4.912	(266)	5.026	(380)
	128.186	114.381	(24.286)	577	218.858	203.279	15.579	207.615	11.243	203.279	15.579
Itens financeiros											
Sobrecontratação / exposição de energia	282.429	44.944	(5.170)	1.609	323.812	40.586	283.226	136.089	187.723	40.586	283.226
Neutralidade - Parcela A	(17.319)	(4.105)	1.026	(78)	(20.476)	(8.045)	(12.431)	(12.749)	(7.727)	(8.045)	(12.431)
Exposição CCEAR entre submercados	12.692		820		13.512	(6.626)	20.138	(3.808)	17.320	(6.626)	20.138
Outros	8.587	(24.951)	(648)	10	(17.002)	2.393	(19.395)	(7.253)	(9.749)	2.393	(19.395)
	286.389	15.888	(3.972)	1.541	299.846	28.308	271.538	112.279	187.567	28.308	271.538
PIS e COFINS											
PIS/ COFINS Nota Técnica nº 115/04	33.659	(2.289)			31.370	31.370		31.370		31.370	-
PIS/ COFINS sobre Ativos financeiros setoriais	42.257	9.211			51.468	27.297	24.171	32.114	19.354	27.297	24.171
	75.916	6.922	-	-	82.838	58.667	24.171	63.484	19.354	58.667	24.171
Total	490.491	137.191	(28.258)	2.118	601.542	290.254	311.288	383.378	218.164	290.254	311.288

(*) IRT - Índice de Reposicionamento Tarifário

Os ativos e passivos financeiros setoriais referem-se aos valores originados da diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pelas controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa nos casos em que os custos orçados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos orçados são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os ativos e passivos financeiros setoriais são homologados anualmente pela ANEEL por meio de Reajustes ou Revisões Tarifárias que, na EDP Bandeirante, ocorrem em 23 de outubro e, na EDP Escelsa, em 7 de agosto.

Os valores em amortização foram homologados pela ANEEL e serão cobrados nas tarifas até o dia 22 de outubro de 2015 para a EDP Bandeirante e até o dia 6 de agosto de 2015 para EDP Escelsa. Os valores em constituição referem-se à estimativa dos custos incorridos até a data do balanço que se realizaram diferente do orçado na tarifa vigente a serem homologados nos reajustes tarifários futuros.

Os valores que compõem os ativos financeiros setoriais são:

- **Conta de Compensação de Variação dos Valores de Itens da “Parcela A” – CVA:** É composta pelos custos de aquisição da energia elétrica, de conexão e de transmissão, além dos encargos setoriais. A CVA deve ser neutra em relação ao desempenho da distribuidora, ou seja, os custos incorridos são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e

- **Itens financeiros:** Referem-se a outros componentes financeiros que se constituem em direitos ou obrigações que também integram a composição tarifária, dentre eles: (i) Sobrecontratação/Exposição de energia ao mercado de curto prazo; (ii) Neutralidade tarifária dos encargos pertencentes a Parcela A; e (iii) Exposição financeira no mercado de curto prazo por diferença de preços entre submercados.

Dentre os principais montantes apresentados, destacam-se:

(i) Compra de Energia: para os processos tarifários de 2013 foram utilizadas previsões de PLD que não se concretizaram ao longo de 2014 frente ao cenário energético do país, inclusive com modificação de metodologia. Como a expectativa de preços médios foi baseada nos custos esperados com este PLD, o preço médio de compra de energia verificado em 2014 foi muito superior ao preço médio de cobertura homologado nos processos de 2013;

(ii) ESS: com a alta do PLD verificada em 2014, constatou-se uma queda nos valores de pagamento do encargo. Em contrapartida, por intermédio da Resolução Normativa nº 613/14, a ANEEL estabeleceu o repasse do excedente da Conta de Energia de Reserva – CONER (Nota 5.1) para cobrir o déficit das distribuidoras ocasionando, consequentemente, um valor a devolver na tarifa; e

(iii) Sobrecontratação/exposição de energia: considerando a elevação da carga nos primeiros meses do ano de 2014, a opção de determinados geradores de não aderirem ao regime de Cotas de Garantia Física renovando suas concessões e da frustração de leilões de energia ao longo dos anos de 2013 e 2014, as distribuidoras encontraram-se em uma posição de exposição involuntária, com a necessidade de comprar no Mercado de Curto Prazo – MCP a energia deficitária a um elevado PLD.

O saldo de R\$601.542 em 31 de dezembro de 2014, inclui o montante de R\$148.743 referente a estimativa de ressarcimento da CCEE por meio da Conta no Ambiente de Contratação Regulada - CONTA-ACR, reconhecidos em Ativos financeiros setoriais pois, até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, as tratativas para a liberação dos recursos não haviam sido completamente efetivadas pelos órgãos competentes (Nota 5.1). Deste montante, o valor de R\$84.002 refere-se à competência de novembro e, o saldo remanescente de R\$64.741, refere-se à competência de dezembro. Estes valores destinam-se a cobrir os custos que excederam a cobertura tarifária relativa: i) à exposição contratual involuntária no valor de R\$28.931; ii) ao despacho termoeletrônico relativo aos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado na modalidade por disponibilidade no valor de R\$46.177; e iii) ao risco hidrológico no valor de R\$73.635.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

9 Títulos a receber

	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cessão de crédito - Tangará Energia S.A.					5.499	4.965	1.763	6.385
Cessão de crédito - Rede Energia S.A.					107		12.796	10.664
(-) AVP - Cessão de crédito - Rede Energia S.A.							(9.522)	
Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"	2.970	2.939	67.925	69.244				
(-) AVP - Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C"			(45.885)	(47.707)				
Total	2.970	2.939	22.040	21.537	5.606	4.965	5.037	17.049

Controladora

O montante de R\$25.010 (R\$24.476 em 31 de dezembro de 2013) refere-se ao principal das ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" de emissão da controlada Investco. Adicionalmente, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social. Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro na categoria de empréstimo e recebíveis por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da controlada não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o parágrafo 19 do CPC 39.

A estimativa de valor justo foi efetuada considerando-se as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2032 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a., que corresponde ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Consolidado

Cessão de crédito – Tangará Energia S.A.: Refere-se, ao saldo da repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado em 31 de agosto de 2004 entre a controlada Lajeado e a Tangará Energia S.A., aprovado pela ANEEL por meio dos Ofícios nº 467/00-SFF/ANEEL e 1.706/04-SFF/ANEEL, com as seguintes condições: montante original do contrato de R\$18.199; prazo para pagamento de 120 meses; carência de 18 meses; remuneração de 100% do CDI; e término em 29 de fevereiro de 2016. Como garantia foi dada uma nota promissória no valor do saldo devedor.

Cessão de crédito – Rede Energia S.A.: Refere-se ao saldo da consolidação e repactuação do contrato de Cessão de crédito firmado em 31 de dezembro de 2006 entre a controlada Lajeado e a Rede Energia S.A. (Rede Energia), aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 181-SFF/ANEEL de 29 de janeiro de 2007, no montante original do contrato de R\$23.532.

Em 26 de novembro de 2012 a Rede Energia protocolou na Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo o pedido de Recuperação Judicial que foi deferido pelo juiz em 19 de dezembro de 2012. Na ocasião, o saldo contábil de R\$10.664 ficou inalterável até a aprovação do Plano de Recuperação Judicial.

Dentre as opções apresentadas no Plano de Recuperação, a Lajeado optou pela “Opção A” que compreendia em pagamento integral da dívida, sem deságio, com aplicação de juros de 1% ao ano, em parcelas anuais, tendo o primeiro pagamento ocorrido em 30 de julho de 2014. Os demais pagamentos ocorrerão nos meses de julho de cada ano, pelo período de 22 anos.

A controlada Lajeado efetuou a estimativa de valor justo considerando as condições acima descritas, trazendo a valor presente, conforme CPC 12, pela taxa de desconto de 7,6% a.a. que representa a taxa de remuneração de capital (WACC) da controlada.

10 Impostos e contribuições sociais

	Nota	Controladora						
		Saldo em 31/12/2013	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Compen-sação tributos federais	Reclassifica-ção	Transferên-cia
Ativos - Compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social	10.1	71.009	20.854	7.054		(12.163)		8.267
PIS e COFINS		234	4.505	4.498		(8.294)		(694)
IRRF sobre aplicações financeiras		3.531	4.939					(1.966)
IRRF sobre juros s/ capital próprio		27.572	15.369					(27.572)
Outros		135	53					(3)
Total		102.481	45.720	11.552	-	(20.457)	-	(21.968)
Circulante		102.481						
Total		102.481						
Passivo - a recolher								
Imposto de renda e contribuição social		-	21.274					(21.274)
ICMS		2	(2)					-
PIS e COFINS		16.275	9.477			(16.274)		(694)
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		256	2.130	1	(2.164)			
IRRF sobre juros s/ capital próprio		4.184	19.412			(4.183)		
Parcelamentos	10.4	46.396	9.180	7.623	(17.570)			
Encargos com pessoal		-	17.720	5	(12.267)			1.448
Outros		1.457	1.555		(194)			(1.448)
Total		68.570	80.746	7.629	(32.195)	(20.457)	-	(21.968)
Circulante		26.008						
Não circulante		42.562						
Total		68.570						

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado								
	Nota	Saldo em 31/12/2013	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adianta- mentos / Pagamentos	Compen- sação tributos federais	Reclassifi- cação	Transfe- rência	Saldo em 31/12/2014
Ativos - Compensáveis										
Imposto de renda e contribuição social	10.2	110.375	31.951		9.796	109.971	(47.375)	(452)	(67.010)	147.256
ICMS		69.687	42.542						(29.745)	82.484
PIS e COFINS		19.286	738.405	(483)	21.787		(40.219)		(724.738)	14.038
IRRF sobre aplicações financeiras		8.738	21.506				(44)	450	(6.369)	24.281
IRRF sobre juros s/ capital próprio		32.697	20.110						(32.697)	20.110
Outros		9.835	5.834	(91)	342	(4)		(147)	1.935	17.704
Total		250.618	860.348	(574)	31.925	109.967	(87.638)	(149)	(858.624)	305.873
Circulante		195.291								235.154
Não circulante		55.327								70.719
Total		250.618								305.873
Passivo - a recolher										
Imposto de renda e contribuição social	10.3	84.502	133.505			(91.805)	(171)		(106.252)	19.779
ICMS		127.103	1.697.542			(1.634.703)			(29.745)	160.197
PIS e COFINS		49.427	1.103.712		69	(298.438)	(83.284)		(725.356)	46.130
Tributos sobre serviços prestados por terceiros		2.351	28.043	(28)	11	(28.416)			540	2.501
IRRF sobre juros s/ capital próprio		46.940	45.943			(42.756)	(4.183)			45.944
Parcelamentos	10.4	116.440	8.615		10.745	(56.412)			2.726	82.114
Encargos com pessoal		436	112.228		10	(107.039)			10.304	15.939
Outros		12.577	24.456		1	(23.178)			(10.841)	3.015
Total		439.776	3.154.044	(28)	10.836	(2.282.747)	(87.638)	-	(858.624)	375.619
Circulante		351.487								304.173
Não circulante		88.289								71.446
Total		439.776								375.619

Os impostos e contribuições sociais correntes são apresentados pelo seu montante líquido compensável, conforme requerido pelo CPC 32.

10.1 Imposto de renda e contribuição social - Ativos Compensáveis - Controladora

Os valores registrados referem-se, basicamente, a imposto de renda decorrentes de retenções na fonte e suas respectivas atualizações pela SELIC. A compensação desse saldo é feita principalmente com Imposto de renda retido na fonte sobre os JSCP declarados.

10.2 ICMS - Ativos Compensáveis - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2014 de R\$82.484 (R\$69.687 em 31 de dezembro de 2013), as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo em 31 de dezembro de 2014 de R\$82.229 (R\$69.560 em 31 de dezembro de 2013), que incluem créditos de ICMS decorrente de aquisição de bens no valor de R\$75.279 (R\$62.826 em 31 de dezembro de 2013) que, de acordo com o parágrafo 5º do artigo 20 da Lei Complementar nº 87/96, são compensados a razão de 1/48 avos por mês.

10.3 ICMS - Passivo a Recolher - Consolidado

Do montante em 31 de dezembro de 2014 de R\$160.197 (R\$127.103 em 31 de dezembro de 2013), as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo de R\$151.107 (R\$119.945 em 31 de dezembro de 2013), referente ICMS incidente sobre as faturas de energia elétrica.

10.4 Parcelamentos

Em 2009 a Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil - RFB a adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos federais, conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a Companhia assim como suas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Lajeado procederam à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Controladora

Do valor total da dívida de R\$45.629 em 31 de dezembro de 2014, R\$40.509 foram parcelados em 180 vezes restando 118 parcelas de R\$343 atualizáveis mensalmente pela SELIC e R\$5.120 possuem depósitos judiciais no mesmo montante, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Em agosto de 2014 a Companhia formalizou junto à Receita Federal do Brasil - RFB a inclusão de débitos de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL ao programa REFIS da Copa no montante de R\$9.173. O efeito da adesão ao programa foi uma redução de R\$2.595 (R\$1.853 juros e R\$742 de multas e encargos). Do saldo remanescente no montante de R\$6.578, a Companhia utilizou prejuízos fiscais e base negativa no valor de R\$4.078 para compensar juros e multa. Do saldo remanescente de R\$2.500, a RFB solicitou uma antecipação de 10% de parte do débito, sendo que R\$106 foi pago a vista e R\$647 foi parcelado em 5 vezes de R\$129, restando ainda 3 parcelas a serem pagas. A partir de janeiro de 2015 o saldo final de R\$1.747 será pago em 30 parcelas de R\$58 atualizáveis mensalmente pela SELIC.

Consolidado

Em setembro de 2006, a controlada Lajeado aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX, instituído pela Medida Provisória nº 303/06, que trata de parcelamento de débitos de pessoas jurídicas junto à Secretaria da Receita Federal - SRF, à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN e ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, de débitos de IRPJ, CSLL, COFINS, PIS, CPMF, INSS e multa.

Em 2009, foi formalizada junto à RFB a adesão do PAEX ao programa de redução e parcelamento de tributos conforme a Lei nº 11.941/09 - "REFIS IV". Em 30 de junho de 2011, a controlada procedeu à consolidação dos débitos incluídos no parcelamento.

Do valor total consolidado da dívida em 31 de dezembro de 2014 de R\$82.114, que inclui a Companhia e as controladas Lajeado e EDP Escelsa, R\$76.997 foram parcelados e são atualizáveis mensalmente pela SELIC e os R\$5.117 restantes possuem depósitos judiciais no mesmo montante, os quais aguardam conversão em renda da União (conforme artigo 32 da Portaria PGFN/RFB nº 06/09), ocasião em que será efetivada a baixa deste passivo.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

11 Tributos diferidos

	Nota	Controladora		Consolidado			
		Passivo		Ativo		Passivo	
		Não Circulante		Não Circulante		Circulante	Não Circulante
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
PIS e COFINS	11.1					32.114	19.354
Imposto de renda e contribuição social	11.2	69.151	1.392	347.770	552.573		235.638
		69.151	1.392	347.770	552.573	32.114	254.992
							173.720

11.1 PIS e COFINS - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

O montante de R\$51.468 refere-se a PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre receita relativa aos ativos financeiros setoriais.

11.2 Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social, diferenças temporárias e eventos decorrentes da Lei nº 11.638/07 RTT, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo seu montante líquido, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 32.

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, no prazo máximo de 10 anos.

11.2.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Controladora			
	Passivo Não Circulante		Resultado	
	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais			1.560	1.475
Base Negativa da Contribuição Social			354	531
	-	-	1.914	2.006
Diferenças Temporárias				
MTM Ações Rede		1.392		
Total diferenças temporárias	-	1.392	-	-
Diferenças Temporárias - RTT				
Mais Valia - CPC 15 (R1)	69.151		(69.151)	
Total diferenças temporárias - RTT	69.151	-	(69.151)	-
Total	69.151	1.392	(67.237)	2.006

A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos no montante de R\$67.759 foi registrada em contrapartida a débito do resultado do exercício em R\$67.237, a crédito de Patrimônio líquido de R\$1.392 e a débito no passivo de R\$1.914.

Natureza dos créditos	Nota	Consolidado					
		Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013
		IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Prejuízos Fiscais	11.2.1.3	57.081	56.964			1.677	(10.343)
Base Negativa da Contribuição Social	11.2.1.3	24.135	24.093			396	(3.723)
		81.216	81.057	-	-	2.073	(14.066)
Diferenças Temporárias							
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		52.083	47.495		(5)	4.583	8.669
Benefício pós-emprego		43.312	34.426	(326)	(272)	8.940	9.181
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		77.929	71.088	(1.714)	(1.484)	7.071	(1.005)
Ativos financeiros setoriais		(187.024)				(187.024)	
MTM Ações Rede					1.392		
Outras		207	(6.328)			6.535	(4.273)
Total diferenças temporárias		(13.493)	146.681	(2.040)	(369)	(159.895)	12.572
Benefícios pós-emprego - PSAP	11.2.1.1	6.678	14.204	-	-	(7.526)	(321)
Crédito fiscal do ágio incorporado	11.2.1.2	183.692	199.762	-	-	(16.070)	(16.296)
Diferenças Temporárias - RTT							
Consumidores - ajuste a valor presente		3.686	5.439			(1.753)	443
Gastos Pré-operacionais						1.783	4.887
Mais Valia - CPC 15 (R1)				268.431	199.280	(69.151)	
Amortização / Depreciação mais valia - CPC 15 (R1)				(45.780)	(40.370)	5.410	5.418
Uso do bem público - CPC 25		41.249	39.394	(8.110)	(11.087)	(1.122)	5.465
Valor justo do Ativo Financeiro Indenizável - ICPC 01 (R1)		(38.646)	(39.653)			1.008	(4.824)
Ações preferenciais resgatáveis - CPC 39		5.176	1.992	23.022	23.671	3.833	568
Benefícios a empregados - CPC 33 (R1)		78.716	103.826	115	26		
Outras		(504)	(129)		2.569	1.534	628
Total diferenças temporárias - RTT		89.677	110.869	237.678	174.089	(58.458)	12.585
Total		347.770	552.573	235.638	173.720	(239.876)	(5.526)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

O Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos consolidado são provenientes da Companhia e das controladas Energest, Investco, Lajeado, Enerpeixe, EDP Bandeirante, EDP Escelsa, EDP Comercializadora. A variação no Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos consolidado no montante de R\$266.721 foi registrada em contrapartida do resultado do exercício em R\$239.876, no Patrimônio líquido em R\$23.808 e no Passivo no valor de R\$1.914. A diferença de R\$1.123 é relativa aos valores das empresas Cachoeira Caldeirão, ECE Participações e CEJA, referente o período de 6 meses em que as mesmas afetaram o resultado do exercício consolidado.

11.2.1.1 Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP

O crédito fiscal advindo da Provisão para Déficit Previdenciário - PSAP da EDP Bandeirante, refere-se à parcela de benefícios excedente aos ativos relativos aos planos previdenciários do tipo Benefício definido, cuja provisão, em 31 de dezembro de 2001, foi efetuada em contrapartida ao Patrimônio líquido, dedutível por ocasião dos pagamentos mensais, com expectativa de finalização no exercício de 2017.

11.2.1.2 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente:

(i) na controlada EDP Bandeirante: da incorporação, ocorrida no exercício de 2002, da parcela cindida da anterior controladora Enerpaulo - Energia Paulista Ltda., representada pelo ágio pago pela Enerpaulo quando da aquisição de ações de emissão da EDP Bandeirante;

(ii) na controlada EDP Escelsa: da incorporação, ocorrida em abril de 2005, da parcela cindida da Controladora, representada pelo ágio pago pelas incorporadas EDP 2000 Participações Ltda. e EDP Investimentos Ltda. quando da aquisição de ações de emissão da IVEN, na época controladora da EDP Escelsa; e

(iii) na controlada Lajeado: da incorporação das controladas EDP Lajeado e Tocantins, ocorrida em novembro de 2009, representada pelo ágio pago pela Lajeado.

Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e 349/99 e, conforme determinação da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão das controladas, o que resulta em realização anual média futura do crédito fiscal de R\$5.976 para a controlada EDP Bandeirante até o ano de 2027, de R\$1.874 para a controlada EDP Escelsa até o ano de 2025 e de R\$4.744 para a controlada Lajeado até o ano de 2032.

11.2.1.3 Prejuízos fiscais e Base negativa da contribuição social

Conforme legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos a prazo prescricional.

11.2.2 Resultados tributáveis futuros

As projeções de resultados tributáveis futuros indicam que as controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Lajeado apresentam base de cálculo suficiente para recuperação do saldo integral dos créditos tributários nos exercícios como demonstrado. Os créditos relacionados ao Ágio, mencionados na nota 11.2.1.2, serão realizados financeiramente até os exercícios de 2027, 2025 e 2032, respectivamente, em consonância com as normas de amortização dos valores a eles vinculados.

A Administração das controladas elaboraram, em 31 de dezembro de 2014, projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais nos exercícios indicados e, para as controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Lajeado, Energest, EDP Comercializadora e Enerpeixe, conforme requerido pela Instrução CVM nº 371/02, os referidos estudos foram aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração em 20 de fevereiro de 2015. Com base no estudo, as controladas estimam recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

2015	2016	2017	2018	2019	2020 a 2022	2023 a 2024	Total
(40.799)	139.261	103.294	35.162	33.005	64.278	13.569	347.770

Os valores contidos no intervalo de 2023 a 2024, além de diferenças temporárias, inclui ágio incorporado que irá se realizar até o término da concessão.

12 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar e a receber apresentados na nota 30, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladas e controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentadas como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

			Controladora										Receitas (Despesas)			
			Ativo				Passivo				Operacionais		Financeiras			
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante							
Relacionamento	Duração	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013	2014	2013			
Partes relacionadas																
Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos																
EDP Bandeirante	Controlada			208	439					3.444	6.488					
Energest	Controlada			57	66					1.040	968					
EDP Comercializadora	Controlada			51	15					942	241					
Pantanal	Controlada	01/07/2012 até emissão de nova Resolução da ANEEL		14	25					352	404					
Investco	Controlada			29	67					562	955					
Lajeado	Controlada			21	42					402	693					
Santa Fé	Controlada			13	17					208	251					
EDP Escelsa	Controlada			177	454					2.958	6.602					
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura																
EDP Bandeirante	Controlada			288	229					3.149	3.086					
Energest	Controlada			133	107					1.468	417					
EDP Comercializadora	Controlada			56	44					601	478					
Enercouth	Controlada			5	2					31	28					
ECE Participações	Controlada em conjunto			20	16					219	191					
Instituto EDP	Controlada	01/01/2011 a 31/12/2014		15	15					159	118					
Pantanal	Controlada			3	4					31	27					
Investco	Controlada			23	19					259	200					
Lajeado	Controlada			4	3					40	31					
CEJA	Controlada em conjunto			3	2					31	26					
EDP Escelsa	Controlada			70	56			2	14	775	646					
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto			2	2					31	16					
Reembolso referente ao evento EDP Partners																
EDP Portugal	Controladora	19/12/2013				430						430				
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI																
Energest	Controlada	08/11/2011 a 17/06/2015	72		72									306		
EDP Comercializadora	Controlada	09/11/2009 a 06/09/2015		11.620		73.003							3.538	1.259		
EDP GRID	Controlada	27/06/2005 a 29/11/2014												325		
EDP Bandeirante	Controlada	24/01/2013 a 31/01/2013												98		
Terra Verde	Controlada	01/01/2010 até indeterminado												170		
Pecém OM	Controlada em conjunto	05/12/2011 a 31/12/2015			782	876								52		
Porto do Pecém	Controlada em conjunto	24/09/2012 a 09/12/2015				186.186	167.168						19.018	13.014		
CEJA	Controlada em conjunto	27/06/2014 a 26/06/2015												10		
Mabe	Controlada em conjunto	04/10/2013 a 31/12/2015			11.577	13.087								257		
ECE Participações	Controlada em conjunto	15/04/2014 a 30/04/2015												31		
São Manoel	Controlada em conjunto	07/07/2014 a 06/07/2015												29		
Contrato de serviços de consultoria																
Canacol	Coligada				167	167						93				
Elebrás	Coligada	01/12/2013 a 30/11/2014			1.660	1.660						929				
EDP Renováveis	Coligada				184	49					135	27				
Contrato de prestação de serviços																
EDP Portugal	Controladora		6.946				25.436				(18.490)					
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2014 a 30/04/2018	759								759					
Contrato de repasse de garantia sobre os contratos de empréstimos																
EDPR Espanha	Coligada				1.277	1.277										
			7.777	24.051	277.632	172.375	25.436	-	2	14	(894)	23.345	24.046	15.481		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC																
Resende	Controlada	02/07/2013 a indeterminado			3.428	3.860										
Terra Verde	Controlada	31/12/2008 a indeterminado			281	281										
Enercouth	Controlada	16/05/2014 a indeterminado			200											
EDP GRID	Controlada	30/12/2013 a indeterminado				1.000										
			-	-	3.909	5.141	-	-	-	-	-	-	-	-		
			7.777	24.051	281.541	177.516	25.436	-	2	14	(894)	23.345	24.046	15.481		

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

			Consolidado											
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)			
			Circulante		Não circulante			Circulante		Não circulante		Operacionais		Financeiras
	Relacionamento	Duração	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	2014	2013	2014	2013
Consumidores e concessionárias														
Suprimento de energia elétrica														
Porto do Pecém	Controlada em conjunto	01/12/2013 a 31/12/2015	21.440	110.917	221.618	-	-	-	-	-	257.181	205.720	-	-
			21.440	110.917	221.618	-	-	-	-	-	257.181	205.720	-	-
Outros Créditos														
Ressarcimento por insuficiência de geração														
Porto do Pecém	Controlada em conjunto	31/12/2012 a indeterminado	10.957	3.532	-	-	-	-	-	-	11.128	10.222	-	-
Porto do Pecém	Controlada em conjunto	31/12/2012 a indeterminado	6.316	1.845	-	-	-	-	-	-	7.692	1.845	-	-
Contrato de prestação de serviços														
Feijão I	Coligada	21/07/2014 até o	336	-	-	-	-	-	-	-	336	-	-	-
Feijão II	Coligada	cumprimento integral das	336	-	-	-	-	-	-	-	336	-	-	-
Feijão III	Coligada	obrigações contratuais	336	-	-	-	-	-	-	-	336	-	-	-
Feijão IV	Coligada	(previsto para 01/01/2016)	336	-	-	-	-	-	-	-	336	-	-	-
			18.617	5.377	-	-	-	-	-	-	20.164	12.067	-	-
Partes relacionadas														
Contrato de serviços de consultoria														
Cenaeel	Coligada	01/12/2013 a 30/11/2015	-	-	167	167	-	-	-	-	-	93	-	-
Elebrás	Coligada	01/12/2013 a 30/11/2015	-	-	1.660	1.660	-	-	-	-	-	929	-	-
EDP Renováveis	Coligada	01/12/2013 a 30/11/2015	-	-	184	49	-	-	-	-	135	27	-	-
Contrato de prestação de serviços														
EDP Portugal	Controladora	-	6.946	-	-	-	25.436	-	-	-	(18.490)	-	-	-
São Manoel	Controlada em conjunto	01/05/2014 a 30/04/2018	759	-	-	-	-	-	-	-	759	-	-	-
Termo de confissão de dívida (Despacho ANEEL nº 3.821/11)														
Instituto EDP	Coligada	01/10/2011 a 30/09/2014	-	-	-	281	-	-	-	-	-	38	-	-
Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura														
EDP Renováveis	Coligada	01/01/2011 a 31/12/2014	-	-	18	7	-	-	-	-	11	6	-	-
ECE Participações	Controlada em conjunto	01/01/2012 a 31/12/2014	-	-	20	16	-	-	-	-	219	191	-	-
Instituto EDP	Coligada	01/01/2011 a 31/12/2014	-	-	15	15	-	-	-	-	159	118	-	-
CEJA	Controlada em conjunto	01/01/2012 a 31/12/2014	-	-	3	2	-	-	-	-	31	26	-	-
Cachoeira Caldeirão	Controlada em conjunto	01/06/2013 a 31/12/2014	-	-	2	2	-	-	-	-	31	16	-	-
Compartilhamento de gastos com pessoal														
Cachoeira	Controlada em conjunto	-	-	-	137	-	-	-	-	-	(137)	-	-	-
São Manoel	Controlada em conjunto	-	-	-	35	-	-	-	-	-	(35)	-	-	-
Reembolso referente ao evento EDP Partners														
EDP Portugal	Controladora	19/12/2013	-	-	-	430	-	-	-	-	-	430	-	-
Contrato de repasse de garantia sobre os contratos de empréstimos														
EDPR Espanha	Coligada	-	-	-	1.277	1.277	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de mútuo - 100% a 110% do CDI														
Pecém OM	Controlada em conjunto	05/12/2011 a 31/12/2015	-	782	876	-	-	-	-	-	-	-	-	52
Porto do Pecém	Controlada em conjunto	24/09/2012 a 09/12/2015	-	-	186.186	167.168	-	-	-	-	-	-	19.018	13.014
Terra Verde	Controlada	01/01/2010 até indeterminado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	170
CEJA	Controlada em conjunto	27/06/2014 a 26/06/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-
Mabe	Controlada em conjunto	04/10/2013 a 31/12/2015	-	11.577	13.087	-	-	-	-	-	-	-	1.420	257
ECE Participações	Controlada em conjunto	15/04/2014 a 30/04/2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	-
			7.705	12.359	203.667	171.074	25.436	-	-	-	(17.317)	1.874	20.479	13.493
Fornecedores														
Suprimento de energia elétrica														
Porto do Pecém	Controle Comum	01/01/2012 a 31/12/2026	-	-	-	-	7.278	5.431	-	-	(47.700)	(55.551)	-	-
Ressarcimento por insuficiência de geração														
Porto do Pecém	Controle Comum	Despacho ANEEL nº 4.002, de 30/09/2014	-	-	-	-	7.278	5.431	-	-	(14.576)	(55.551)	-	-
			-	-	-	-	7.278	5.431	-	-	(62.276)	(55.551)	-	-
			47.762	128.653	425.285	171.074	32.714	5.431	-	-	197.752	164.110	20.479	13.493

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os contratos de compartilhamento entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos: Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura:

a) Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos: A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP - Energias do Brasil S.A., é responsável pela contratação dos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas.

A distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da EDP - Energias do Brasil, que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico, e sua apropriação são efetuadas em função das atividades realizadas para cada contraparte, por meio do *timesheet*.

Os Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos foram anuídos por meio do Despacho ANEEL nº 205, de 25 de janeiro de 2013.

O tema compartilhamento de recursos humanos já foi objeto de estudos na Audiência Pública nº 041/2012, na Consulta Pública nº 12/2013 e atualmente, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 072/2014, cujo período de contribuições encerra-se em 23 de fevereiro de 2015. Quando da publicação do resultado, as empresas terão um prazo para submeterem novo pedido de compartilhamento para anuência e o contrato vigente ficará prorrogado até a deliberação da ANEEL.

b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: Têm por objeto a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais e gastos de telecomunicações. Estes contratos têm vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011. Para as empresas na modalidade de concessionárias de serviço público (EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest), eventuais alterações nos percentuais de rateio são submetidas à anuência prévia da ANEEL. Para as demais modalidades de outorga, não há esta exigência.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

Os avais recebidos do acionista estão demonstrados na nota de Garantias (Nota 37.2).

12.1 Controladora direta

A controladora direta da Companhia é a EDP – Energias de Portugal S.A.

12.2 Remuneração dos administradores

12.2.1 Remuneração anual total do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R\$)

2014	Controladora				
	Conselho de Administração	Proporção (%)	Diretoria Estatutária	Proporção (%)	Total
Número de membros	(*)		(**)		
Remuneração Fixa (em R\$)	1.483.286	100%	3.039.238	71%	4.522.524
Salário ou pró-labore	1.200.000		2.345.121		3.545.121
Benefícios diretos e indiretos (i)	43.286		150.547		193.833
Encargos sociais	240.000		543.570		783.570
Remuneração Variável (em R\$)	n/a	-	1.271.218	29%	1.271.218
Bônus	n/a		998.600		998.600
Encargos sociais	n/a		272.618		272.618
Valor Total da Remuneração	1.483.286	100%	4.310.456	100%	5.793.742

(*) Das 8 posições do Conselho de Administração, apenas 4 membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração é de até R\$2.506.000,00, para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2014.

(**) Das 5 posições da Diretoria Estatutária, todos os membros são remunerados, sendo que 1 acumula 2 funções (Vice-Presidência de Finanças e Relações com Investidores com a Vice-Presidência de Operações da Distribuição). A remuneração anual global da Diretoria é de até R\$4.550.000,00, para o período de abril de 2014 até março de 2015, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2014.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Previdência Privada e Vale Refeição.

12.2.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (em R\$)

2014	Controladora	
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Número de membros	4	5
Valor da maior remuneração individual	864.000	972.000
Valor da menor remuneração individual	144.000	76.800
Valor médio da remuneração individual	370.822	862.091

13 Cauções e depósitos vinculados

Nota	Controladora				Consolidado			
	Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Depósitos judiciais	28		9.841	10.714			195.286	198.691
Cauções e depósitos vinculados	3.436	222	9.841	10.714	12.277	4.642	36.924	44.013
	3.436	222			12.277	4.642	232.210	242.704

O saldo da conta de Cauções e depósitos vinculados apresentados no circulante e não circulante do consolidado refere-se, basicamente, à parte das aplicações financeiras da controlada Enerpeixe no montante de R\$35.333 (R\$38.656 em 31 de dezembro de 2013), mantidas em conta de reserva, em cumprimento aos contratos de financiamento firmados em 21 de maio de 2004 com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos.

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****14 Ativos e Passivos Não Circulantes mantidos para venda**

O montante em 31 de dezembro de 2014 de R\$107.054 refere-se ao investimento de 45% de participação societária detido pela Companhia na EDP Renováveis Brasil conforme Memorando de Entendimento assinado em 27 de novembro de 2014 com a EDP Renováveis S.A. (Nota 5.7). Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$2.327.633 referia-se ao investimento detido pela Companhia na CEJA e Cachoeira Caldeirão. Em 27 de junho de 2014 a Companhia concluiu a alienação dos 50% das suas participações societárias para a CWEI Brasil (Nota 5.6).

Por se referirem à ativos cuja a alienação do controle é altamente provável, todos os ativos e passivos foram classificados em linha separada do balanço. Por não se qualificar como operação descontinuada, nenhuma alteração foi efetuada na apresentação da demonstração do resultado.

15 Ativos financeiros disponíveis para venda

Referem-se à aquisição de 5,63% de ações preferenciais da Rede Energia S.A., correspondente a 3,16% do total de ações da Denerge S.A., sociedade de capital fechado detentora de participações em empresas do setor elétrico. No âmbito da negociação da permuta ocorrida em 2008, a Companhia tinha a opção de converter as ações da Denerge em ações preferenciais da Rede Energia S.A., em um período de até dois anos a partir de 11 de setembro de 2008, ao preço de eventual oferta pública. Após este período, se a oferta pública não ocorresse, a Companhia deveria exercer a opção de converter as ações em até um ano ao preço unitário fixo de R\$5,68. Em 15 de setembro de 2011, foi exercida a opção de conversão, resultando na transferência das ações detidas pela Companhia da Denerge S.A. para as ações da Rede Energia S.A..

Em 31 de dezembro de 2014, devido a instabilidade das ações preferenciais da Rede Energia S.A., a Administração considerou prudente a criação de uma provisão para perda da totalidade do saldo remanescente no montante de R\$4.820, registrados em contrapartida a débito da rubrica Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários no Resultado financeiro (Nota 33).

16 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

		Controladora				Consolidado				
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Outros créditos - Ativo										
	Adiantamentos	176	35			3.336	1.654			
	Descontos tarifários	16.3				133.782	39.853			
	Modicidade tarifária - baixa renda	16.4						8.056	18.453	
	Dispêndios a reembolsar	2				1.956	1.956			
	Benefícios pós-emprego						406	717	1.232	
	Bens destinados à alienação					3.340	3.616			
	Serviços em curso					2.066	5.020			
	Serviços prestados a terceiros					14.256	14.172	2.387	987	
	Instrumentos financeiros derivativos								24.504	
	Ressarcimento de custos – CDE						2.137			
	Convênios de arrecadação					2.565	1.607			
	Estoques	16.5				23.136	19.581			
	Despesas pagas antecipadamente	64	70			289	159			
	Outros	16.1	439	921	14.175	14.898	3.613	5.416	15.253	14.902
	Total		681	1.026	14.175	14.898	188.339	95.577	26.413	60.078
Outras contas a pagar - Passivo										
	Adiantamentos recebidos - alienação de bens e direitos					3.363	1.083			
	Contribuição de iluminação pública	16.6				17.787	14.646			
	Credores diversos - consumidores e concessionárias					20.770	12.617			
	Folha de pagamento		845	963		5.499	5.639			
	Modicidade tarifária - baixa renda	16.4				481	646	10.017	10.017	
	Cessão de créditos de ICMS					1.237	4.602			
	Arrecadação de terceiros a repassar					5.397	9.346			
	Obrigações estimadas com pessoal	16.2	11.164	10.979		75.102	65.367			
	Reserva para reversão e amortização	16.7							17.248	17.248
	Outros		3.517	3.522	676	683	16.481	14.924	676	958
	Total		15.526	15.464	676	683	146.117	128.870	27.941	28.223

Controladora e Consolidado**16.1 Outros créditos**

Referem-se, basicamente, a valores a receber da permuta das ações detidas pela Companhia na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A., no montante de R\$11.905 (R\$11.700 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia apresenta passivo contingente, no valor de R\$38.936 conforme apresentado na nota 28.1.1.4.

16.2 Obrigações estimadas com pessoal

Referem-se aos montantes de provisão de férias e respectivos INSS e FGTS e participação nos lucros e resultados.

Consolidado**16.3 Descontos tarifários**

Refere-se a descontos aplicados nas tarifas de unidades consumidoras, conforme regulamentação editada pela ANEEL, por meio de resoluções específicas. Os descontos são aplicados de acordo com a classificação da atividade de cada unidade consumidora e procuram contemplar residências de famílias com baixa renda inscritas no Cadastro Único do Governo Federal, estímulo à melhoria da produção agrícola, assim como descontos para serviços públicos essenciais, como é o caso das unidades de água, esgoto e saneamento. Ao mesmo tempo em que determina o percentual de desconto a ser aplicado nos faturamentos mensais das unidades consumidoras, os despachos de reajustes tarifários também estabelecem o direito da Companhia de ser ressarcida dos respectivos montantes por meio do mecanismo da subvenção econômica, com recursos originárias da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, aportados pela Eletrobrás, conforme Lei 10.438/02.

A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 1.809/14 e nº 1.768/14, anuiu o valor a ser repassado pela Eletrobrás para a EDP Bandeirante e EDP Escelsa, estando pendentes de pagamento pela Eletrobrás os repasses desde a competência de junho de 2014 (Nota 41.1). Segue abaixo a composição dos descontos tarifários:

	Consolidado			
	Saldo em 31/12/2013	Adição	Ressarcimento Eletrobrás	Saldo em 31/12/2014
Subsídio Baixa Renda	7.166	41.164	(40.379)	7.951
Subsídio Carga Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004	5.451	33.788	(18.249)	20.990
Subsídio Geração Fonte Incentivada - Res. nº 77/2004	708	3.514	(2.066)	2.156
Subsídio Rural	19.084	80.314	(47.832)	51.566
Subsídio Irrigante/Aquicultor - Res. nº 207/2006	3.116	19.770	(12.619)	10.267
Subsídio Água/Esgoto/Saneamento - Despacho nº 3.629/2011	2.419	18.710	(9.371)	11.758
Subsídio Distribuição - TUSD fio B	1.909	12.268	(6.943)	7.234
Diferença entre descontos aplicados comparados aos homologados		21.860		21.860
	39.853	231.388	(137.459)	133.782

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

16.4 Modicidade tarifária – baixa renda

Atendendo ao Termo de Notificação nº 1.091/05, pelo qual a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, determinou a correção de critérios de cadastramento do equipamento de medição instalados em unidades consumidoras residenciais, alterando de bifásicas para monofásicas com efeito retroativo ao ano de 2002, a EDP Bandeirante, nos exercícios de 2008 e 2010, efetuou a revisão dos faturamentos na condição de residencial Baixa Renda, referente a valores a devolver aos consumidores faturados originalmente sem o respectivo desconto da tarifa social.

A restituição aos consumidores passou a ser efetuada a partir do faturamento de março de 2009, tendo sido restituído até 31 de dezembro 2014 o montante de R\$19.258 (R\$19.035 em 31 de dezembro de 2013). O saldo a restituir aos consumidores em 31 de dezembro de 2014, de unidades consumidoras ativas e inativas, é de R\$10.498 (R\$10.663 em 31 de dezembro de 2013).

Como as restituições são realizadas mediante compensação nos faturamentos mensais, para os casos de unidades consumidoras inativas devem exigir medidas da EDP Bandeirante com vistas a identificar a nova localização do cliente para efetuar a devolução.

Adicionalmente, a regulamentação prevê o direito da EDP Bandeirante em reaver esses ressarcimentos aos consumidores, a título de subvenção econômica, líquidos dos referidos impostos e deduções previstas.

No mês de dezembro de 2013 a ARSESP encerrou fiscalização na EDP Bandeirante, validando o encaminhamento à ANEEL, do montante deduzido dos respectivos impostos no valor de R\$10.398, por meio do Ofício OF/EE/0292/2014 de 18 de março de 2014. A ANEEL, por meio do Despacho nº 1.356 de 30 de abril de 2014, homologou o respectivo valor, sendo o mesmo recebido em 22 de maio de 2014.

Dessa forma, a EDP Bandeirante possui ainda um saldo a receber em 31 de dezembro de 2014 de R\$8.056, que se realizará à medida em que as devoluções aos consumidores forem efetuadas bem como validadas pela ARSESP e homologadas pela ANEEL.

16.5 Estoques

Refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão, estão classificados na rubrica de Imobilizado. Ambos os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

16.6 Contribuição de iluminação pública

Refere-se à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (CIP) que tem por finalidade os serviços de projeto, implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública. É cobrada dos consumidores, arrecadada pelas Distribuidoras e repassadas mensalmente às Prefeituras, conforme previsto no artigo 149-A da Constituição Federal.

16.7 Reserva para reversão e amortização

Refere-se a recursos derivados da Reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela controlada EDP Bandeirante na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o Fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações do Poder Concedente.

17 Investimentos

Nas demonstrações financeiras da Controladora os investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa, são avaliadas por equivalência patrimonial.

• Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específico) nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

• Coligadas e Controladas em Conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

Os investimentos do Grupo EDP - Energias do Brasil em coligadas e *joint ventures* incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação em Outros resultados abrangentes é reconhecida diretamente contra o Patrimônio líquido da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controladas em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo EDP - Energias do Brasil e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação do Grupo EDP - Energias do Brasil. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo EDP - Energias do Brasil.

17.1 Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivo resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e os passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, pelo seu valor justo ou pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada.

O deságio (compra vantajosa) é reconhecido diretamente no resultado pela adquirente quando o total dos valores justos for superior ao valor pago pelo negócio.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.2 Movimentação dos investimentos no exercício

	Controladora								% Participação direta		
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas / Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Provisão para Perdas	Transferência (Nota 17.2.1)	Saldo em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Investimentos											
EDP Bandeirante	1.104.256			240.256	(242.933)	(32.823)			1.068.756	100,00	100,00
EDP Escelsa	687.191			181.576	(42.053)	80.292			907.006	100,00	100,00
Lajeado	372.235			19.723	(51.782)	70			340.246	55,86	55,86
Lajeado (Mais Valia)	126.095			(2.692)		(1.605)			121.798	55,86	55,86
Enercoto	4.671			(4.804)				133	-	100,00	100,00
Enerpeixe	788.068			84.809	(39.088)				833.789	60,00	60,00
Energest	540.314			113.171	(70.090)	1.275			584.670	100,00	100,00
EDP Comercializadora	63.986			58.927	(34.013)				88.900	100,00	100,00
CEJA (Nota 18.2)	-	380.650	(216.840)	20.646				75.098	259.554	50,00	100,00
CEJA (Mais valia) (Nota 18.2)	-			(1.681)				203.363	201.682	50,00	100,00
Cachoeira Caldeirão	-	180.600	1.260	(2.271)				(2.015)	177.574	50,00	100,00
Cachoeira Caldeirão (Mais valia)	-							1.702	1.702	50,00	100,00
Porto do Pecém (Nota 18.1)	580.241			(118.125)		7.184			469.300	50,00	50,00
Pecém TM	449			839					1.288	50,00	50,00
Pecém OM	207			(32)					175	50,00	50,00
EDP Renováveis	89.969	9.189		7.896				(107.054)	-	45,00	45,00
Resende	9.794	8.014		(11)					17.797	100,00	100,00
EDP Grid	3.307	1.000		4.951					9.258	100,00	100,00
Mabe Brasil	-			9			(9)		-	50,00	50,00
	4.370.783	579.453	(215.580)	603.187	(479.959)	54.393	(9)	171.227	5.083.495		
Direito de Concessão											
EDP Bandeirante	21.502		(1.458)						20.044		
Enerpeixe	2.650		(116)						2.534		
Lajeado Energia	67.232		(3.540)						63.692		
Porto do Pecém (Nota 18.1)	3.463		(117)						3.346		
Pantanal	7.243		(527)						6.716		
	102.090	-	(5.758)	-	-	-	-	-	96.332		
Goodwill											
Lajeado e Investco	42.293								42.293		
	42.293	-	-	-	-	-	-	-	42.293		
	4.515.166	579.453	(221.338)	603.187	(479.959)	54.393	(9)	171.227	5.222.120		

17.2.1 Transferência

A rubrica de Transferência refere-se: (i) conclusão do processo de alienação dos empreendimentos CEJA e Cachoeira Caldeirão, conforme descrito na nota 5.6. Ambas as companhias deixaram de ser controladas e passaram a ser empreendimentos controlados em conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo CPC 19 (R2) Negócios em conjunto (IFRS 11); (ii) ao Memorando de Entendimento assinado com a EDP Renováveis S.A. de alienação dos 45% de participação na EDP Renováveis Brasil, conforme descrito na Nota 5.7.

17.2.2 Direito de concessão / Goodwill

Conforme o ICPC 09 os Direitos de concessão e *Goodwill* são classificados como investimentos líquidos dos impostos diferidos, na controladora. Para fins de consolidação, ambos são classificados como Intangível.

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Equivalência Patrimonial	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2014
EDP Energias do Brasil						
EDP Renováveis	89.969	9.189		7.896	(107.054)	-
Porto do Pecém (Nota 18.1)	580.241			(118.125)	7.184	469.300
Pecém TM	449			839		1.288
Pecém OM	207			(32)		175
CEJA	-	380.650	(216.840)	20.646	75.098	259.554
CEJA (Mais Valia)	-			(1.681)	203.363	201.682
Cachoeira Caldeirão	-	180.600	1.260	(2.271)	(2.015)	177.574
Cachoeira Caldeirão (Mais valia)	-				1.702	1.702
EDP Comercializadora						
BBCE	200	200				400
Outros Investimentos						
Enercoto	1.271		(1.271)			-
Total	672.337	570.639	(216.851)	(92.728)	7.184	1.111.675

17.3 Movimentação da Provisão para passivo a descoberto

	Controladora					% Participação direta	
	Saldo em 31/12/2013	Baixas	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas	Transferência	Saldo em 31/12/2014	31/12/2014
Passivo a Descoberto							
São Manoel	-	(489)	1.401			912	33,334
Enercoto	-				133	133	100,00
Terra Verde	287			(9)		278	100,00
Total	287	(489)	1.401	(9)	133	1.323	

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.4 Participação direta dos investimentos

Companhia	Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)		% de participação da Companhia				Ativos totais		Passivos (Circulantes e Não circulantes)		Patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		Receitas		Resultado líquido do exercício	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014		31/12/2013											
	Ordinárias / Quotas	Ordinárias / Quotas	Capital social integraliza-do	Capital votante	Capital social integraliza-do	Capital votante	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
EDP Bandeirante	39.091.735	39.091.735	100,00	100,00	100,00	100,00	2.769.806	2.457.370	1.701.050	1.353.114	1.068.756	1.104.256	3.198.650	2.605.852	240.256	190.781
EDP Escelsa	5.876	5.876	100,00	100,00	100,00	100,00	2.839.121	2.372.139	1.932.115	1.684.948	907.006	687.191	2.428.845	2.027.508	181.575	134.009
Energset	1.000.572	1.000.572	100,00	100,00	100,00	100,00	820.991	780.868	236.321	240.554	584.670	540.314	387.951	265.493	113.170	108.241
Lajeado	113.690	113.690	55,86	100,00	55,86	100,00	1.655.308	1.642.208	689.131	609.585	966.177	1.032.623	462.921	485.046	37.796	173.391
CEJA	12.897	20.127	50,00	100,00	100,00	100,00	930.300	812.931	411.191	737.832	519.109	75.099			62.860	(6.183)
Enerpeixe	499.951	499.951	60,00	60,00	60,00	60,00	1.848.199	1.883.100	458.550	569.653	1.389.649	1.313.447	433.025	424.737	141.349	219.218
Cachoeira Caldeirão	271.993	1	50,00	50,00	100,00	100,00	1.021.077	720.080	665.927	722.094	355.150	(2.014)			(3.436)	(2.015)
EDP Comercializadora	26.217	26.217	100,00	100,00	100,00	100,00	593.808	329.114	504.908	265.128	88.900	63.986	2.862.162	1.885.795	58.927	43.243
EDP Grid	23	23	100,00	100,00	100,00	100,00	9.990	4.368	732	1.061	9.258	3.307	7.827		4.951	837
Porto do Pecém	943.436	935.836	50,00	50,00	50,00	50,00	4.595.625	4.197.253	3.657.025	3.036.773	938.600	1.160.480	1.153.672	984.375	(236.250)	(282.342)
Pecém TM	600	600	50,00	50,00	50,00	50,00	3.127	1.371	550	472	2.577	899	5.227	2.799	1.677	223
Pecém OM	763	763	50,00	50,00	50,00	50,00	4.389	3.263	4.037	2.848	352	415	6.208	718	(63)	(323)
São Manoel (i)			33,334	33,334			703.427		706.165		(2.738)				(2.738)	
Terra Verde (ii)			100,00	100,00	100,00	100,00	3	3	281	281	(278)	(278)				(164)
EDP Renováveis	183.576	166.591	45,00	45,00	45,00	45,00	324.831	228.128	86.598	28.192	238.233	199.936			17.877	1.765
Mabe Brasil	260.285	260.285	50,00	50,00	50,00	50,00	90.592	104.737	90.545	104.708	47	28	21.529	162.048	(32.255)	(94.169)
Resende	18.085	10.071	100,00	100,00	100,00	100,00	21.225	13.682	3.428	3.889	17.797	9.793			(9)	(37)

(i) O total é de 334 ações.

(ii) O total é de 100 ações.

17.5 Participação dos não controladores

A participação total dos não controladores no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 é de R\$1.675.790, dos quais R\$9.866 corresponde à Costa Rica, R\$484.133 corresponde à Investco, R\$625.931 corresponde à Lajeado e R\$555.860 corresponde à Enerpeixe.

As informações sintéticas de fluxo de caixa das controladas que possuem participação dos não controladores, estão apresentadas a seguir:

	31/12/2014				Total
	Costa Rica	Investco	Enerpeixe	Lajeado	
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	8.191	146.836	208.483	37.907	401.417
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(286)	(8.135)	(2.991)	34.095	22.683
Caixa líquido aplicado nas atividades financiamento	(7.687)	(80.315)	(186.060)	(52.360)	(326.422)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	218	58.386	19.432	19.642	97.678

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17.6 Reconciliação das informações financeiras dos Investimentos

Segue abaixo a reconciliação dos principais saldos de investimento:

	Controladas										Joint venture	
	EDP Bandeirante		EDP Escelsa		Lajeado		Enerpeixe		Energest		Porto do Pecém	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	1.104.256	779.289	687.191	614.465	1.032.623	1.501.288	1.313.447	1.309.129	540.314	495.611	1.160.482	1.222.866
Aumento de Capital		85.000										197.200
Distribuição de dividendos aos acionistas	(242.932)	(52.120)	(42.053)	(40.899)	(100.587)	(122.924)	(65.147)	(214.900)	(101.011)	(99.562)		
Lucro líquido (prejuízo) do período	240.256	190.781	181.575	134.009	34.016	156.052	141.349	219.218	113.170	108.241	(236.250)	(282.341)
Outros resultados abrangentes	(32.824)	101.306	80.293	(20.384)	125	222			1.276	(379)	14.368	22.757
Reversão de dividendos									30.921	36.403		
Redução de capital e distribuição de reservas						(502.015)						
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	1.068.756	1.104.256	907.006	687.191	966.177	1.032.623	1.389.649	1.313.447	584.670	540.314	938.600	1.160.482
Percentual de participação societária - %	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	55,86%	55,86%	60,00%	60,00%	100,00%	100,00%	50,00%	50,00%
Participação nos investimentos	1.068.756	1.104.256	907.006	687.191	539.730	576.848	833.789	788.068	584.670	540.314	469.300	580.241
Partes Beneficiárias					(252.150)	(252.150)						
Benefício Fiscal					56.420	56.420						
Resultados Acumulados					(3.754)	(8.883)						
Saldo contábil do investimento na Controladora	1.068.756	1.104.256	907.006	687.191	340.246	372.235	833.789	788.068	584.670	540.314	469.300	580.241
Participação dos não controladores	-	-	-	-	625.931	660.388	555.860	525.379	-	-	-	-

Notas explicativas**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013****(Em milhares de reais, exceto quando indicado)****18 Empreendimentos controlados em conjunto (Joint venture)**

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 45 - Divulgação em Outras Entidades, as informações financeiras resumidas relativas a cada um dos empreendimentos controlados em conjunto relevantes do Grupo estão apresentadas a seguir. A avaliação do investimento destes empreendimentos são contabilizados utilizando o método da equivalência patrimonial e os valores apresentados nas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as IFRSs.

Todas as informações apresentadas abaixo representam 100% dos saldos dos empreendimentos controlados em conjunto.

18.1 Porto do Pecém

A Porto do Pecém possui autorização para a operação da usina termelétrica a carvão mineral UTE Porto do Pecém I, instalada no Estado do Ceará, com capacidade instalada de geração de 720,27 MWh.

Com o ressarcimento do recálculo da indisponibilidade revisto pela CCEE, conforme determinação da ANEEL (Nota 5.12), a Companhia considera que a Porto do Pecém tem as condições necessárias para manutenção da viabilidade econômica do projeto. A disponibilidade do empreendimento atingiu 70,7% no 4º trimestre de 2014, apesar da parada para reparação do gerador da máquina 1 (Nota 5.13).

A Companhia busca mitigar os riscos financeiros por meio do acompanhamento das estratégias operacionais do empreendimento e, no caso de eventuais necessidades, essas serão supridas pela Companhia.

O capital circulante líquido da Porto do Pecém, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R\$158.751 (R\$257.971 negativo em 31 de dezembro de 2013). Vale ressaltar que o capital circulante negativo apenas reflete uma situação temporária e a Administração da Porto do Pecém não deixará de arcar em momento algum com suas obrigações, sejam de curto ou de longo prazo.

18.1.1 Demonstrações Financeiras**Balanco Patrimonial**

Ativo	31/12/2014	31/12/2013	Passivo	31/12/2014	31/12/2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	151.690	45.961	Fornecedores	212.843	137.769
Concessionárias	206.565	104.080	Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	217.213	173.739
Outros ativos circulantes	177.717	140.826	Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	222.023	70.591
	535.972	290.867	Outros passivos circulantes	42.644	166.739
				694.723	548.838
Não circulante			Não circulante		
Tributos diferidos	550.176	421.635	Empréstimos e financiamentos	1.981.807	2.034.072
Outros ativos não circulantes	68.311	58.269	Partes Relacionadas	817.288	449.330
	618.487	479.904	Ressarcimento por indisponibilidade - Adomp	158.267	
			Outros passivos não circulantes	4.941	4.533
				2.962.303	2.487.935
Imobilizado	3.439.603	3.425.065			
Intangível	1.563	1.417	Patrimônio Líquido	938.599	1.160.480
Total do ativo	4.595.625	4.197.253	Total do passivo e patrimônio líquido	4.595.625	4.197.253

Demonstração do Resultado

	2014	2013
Receitas	1.153.672	984.375
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(1.087.434)	(1.071.077)
Depreciação e amortização	(136.808)	(116.272)
Despesas e Receitas operacionais	(20.254)	(18.825)
Resultado financeiro	(281.369)	(205.992)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	135.943	145.449
Resultado líquido do exercício	(236.250)	(282.342)

Demonstração do Resultado Abrangente

	2014	2013
Resultado líquido do exercício	(236.250)	(282.342)
Outros Resultados Abrangentes		
Hedge de fluxos de caixas	21.771	34.480
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.402)	(11.723)
Resultado Abrangente do exercício	(221.881)	(259.585)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.1.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios – Circulante e Não circulante

Adicionalmente às informações financeiras resumidas acima, segue o detalhamento sobre os passivos contingentes:

Risco de perda provável

A Porto do Pecém é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão no montante de R\$106 (R\$11 em 31 de dezembro de 2013), considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso.

Risco de perda possível

	Ativo			
	Depósito judicial			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	4.324	1.940		
Cíveis	2.612	3.236	320	298
Administrativas	72.227			
Total	79.163	5.176	320	298

Administrativas

Do montante de R\$ 72.227 (R\$ 5.176 em 31 de dezembro de 2013), R\$ 54.644 refere-se ao Auto de Infração nº 10380.720416/2014-88, lavrado pela Receita Federal do Brasil, sobre cobrança de débitos de IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de exclusões de determinadas receitas financeiras e variações cambiais ativas auferidas nos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2009. A Porto do Pecém submeteu o documento a avaliação dos consultores jurídicos externos que, em uma avaliação inicial, julgaram o risco de perda como possível com baixo risco de perda. Em 31 de dezembro de 2013 a contingência era inexistente.

Adicionalmente destaca-se o Auto de Infração nº 703599, lavrado pelo IBAMA, sob a alegação de que houve suposta infração do artigo nº 61 do Decreto nº 6.514/08, item II da Resolução CONAMA nº 01 de 08 de março de 1990, qual seja, causar poluição sonora por meio do sistema de transporte de esteira de carvão em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos a saúde humana. O valor do auto apurado pela fiscalização é de R\$ 15.050. Em 31 de dezembro de 2013 a contingência era inexistente.

18.1.3 Compromissos contratuais e Garantias

Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras da Porto do Pecém), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2014				31/12/2013	
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Acima de 2020	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	725	1.060	451	4.972	7.208	11.030
Materiais e serviços	407.265	78.409	30.617	35.398	551.689	804.251
Juros Vincendos de Empréstimos e Financiamentos	124.512	310.591	150.812	172.357	758.272	854.195
	532.502	390.060	181.880	212.727	1.317.169	1.669.476

Garantias

Tipo de garantia oferecida	Modalidade	31/12/2014	31/12/2013
Depósito Cauconado	Ações judiciais	321	149
	Empréstimos e financiamentos	60.547	
Fiança Bancária	Empréstimos e financiamentos	60.547	134.000
Notas Promissórias	Empréstimos e financiamentos	2.137.200	2.203.354
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos	1.886.872	1.886.872
		4.145.487	4.224.375

18.2 CEJA

A CEJA detém 100% da participação societária na ECE Participações que é a detentora da concessão da Usina Hidrelétrica Santo Antônio do Jari. Em 31 de dezembro de 2013, os valores relativos à CEJA estavam apresentados no Balanço Patrimonial consolidado como Ativos e Passivos não circulantes mantidos para venda, uma vez que a Companhia detinha 100% da participação societária. Em 27 de junho de 2014 foi concluída a operação de venda de 50% da participação detida pela Companhia, deixando a mesma de ser uma controlada, passando a ser um empreendimento controlado em conjunto (Nota 5.6).

Na Demonstração de Resultado consolidado da Companhia foram considerados os resultados acumulados da CEJA até junho de 2014, data da efetiva perda do controle.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2.1 Demonstrações Financeiras

Balço Patrimonial

Ativo	Consolidado		Passivo	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013		31/12/2014	31/12/2013
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	169.280	23.777	Fornecedores	19.565	36.523
Outros ativos circulantes	93.463	3.707	Debêntures	52.379	
	<u>262.743</u>	<u>27.484</u>	Outros passivos circulantes	<u>100.313</u>	<u>10.415</u>
				<u>172.257</u>	<u>46.938</u>
Não circulante			Não circulante		
Impostos e contribuições sociais	19.151	35.862	Tributos diferidos	205.065	205.236
Outros ativos não circulantes	30.313	4.132	Debêntures	348.688	356.757
	<u>49.464</u>	<u>39.994</u>	Empréstimos e financiamentos	727.226	539.555
			Adiantamento para futuro aumento de capital		374.350
			Outros passivos não circulantes	<u>17.993</u>	<u>8.519</u>
Imobilizado	1.073.073	944.813		<u>1.298.972</u>	<u>1.484.417</u>
Intangível	605.058	594.163			
			Patrimônio Líquido	519.109	75.099
Total do ativo	<u>1.990.338</u>	<u>1.606.454</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>1.990.338</u>	<u>1.606.454</u>

Demonstração do Resultado

	Consolidado	
	2014	2013
Receitas	193.909	
Custo da produção e serviço de energia elétrica	(14.401)	
Depreciação e amortização	(12.804)	(28)
Despesas e Receitas operacionais	(8.819)	12.712
Resultado financeiro	(48.961)	(23.879)
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(46.064)	5.012
Resultado líquido do exercício	<u>62.860</u>	<u>(6.183)</u>

18.2.2 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados a litígios – Circulante e Não circulante

Risco de perda provável

A CEJA e a ECE Participações não possuem demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, portanto, não há valores provisionados nas demonstrações financeiras.

Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas e cíveis, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$122 (R\$40 em 31 de dezembro de 2013).

18.2.3 Compromissos contratuais e Garantias

Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas demonstrações financeiras consolidadas da CEJA), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Consolidado					
	31/12/2014			31/12/2013		
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Acima de 2020	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	87	57			144	6.971
Materiais e serviços	46.008	9.188	403	1.261	56.860	78.920
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	101.543	150.296	74.262	116.263	442.364	491.079
	<u>147.638</u>	<u>159.541</u>	<u>74.665</u>	<u>117.524</u>	<u>499.368</u>	<u>576.970</u>

Garantias

Consolidado			
Tipo de garantia oferecida	Modalidade	31/12/2014	31/12/2013
Depósito Cauçionado	Empréstimos e financiamentos	24.719	
Fiança Bancária	Empréstimos e financiamentos	381.421	
	Debêntures	201.189	
Fiança Corporativa	Empréstimos e financiamentos	381.421	545.042
	Debêntures	201.189	358.513
Penhor de ações	Empréstimos e financiamentos	473.276	361.647
Penhor de direitos	Empréstimos e financiamentos	762.843	545.042
Seguro garantia	Executante construtor	39.273	54.648
		<u>2.465.331</u>	<u>1.864.892</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Ativo financeiro indenizável

As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa apresentam saldo no ativo não circulante referente a crédito a receber do Poder Concedente ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1) (Nota 2.3). Estes ativos financeiros são avaliados a valor justo com base no Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos vinculados à concessão, revisado a cada três anos no laudo de avaliação da Base de remuneração regulatória - BRR para a EDP Escelsa e quatro anos para EDP Bandeirante, conforme estabelecido no Contrato de concessão, atualizados pelo IGP-M até a data do balanço. Estes ativos serão reversíveis ao Poder Concedente no final da concessão. Os efeitos da mensuração a valor justo são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Em atendimento ao início dos trabalhos do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, a EDP Bandeirante efetuou o levantamento de todos os investimentos realizados no período, que compreende o referido Ciclo, e aplicou uma revisão dos valores realizados tomando como base os mesmos percentuais de componente menor e custo adicional que foram homologados no último Ciclo de Revisão Tarifária. Como resultado, a EDP Bandeirante efetuou no mês de setembro de 2014 uma redução do valor justo de R\$15.270 do ativo financeiro indenizável, a débito da rubrica de Outras despesas operacionais (Nota 32).

A movimentação do exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2013	Transfe- rências do ativo	Valor Justo	Baixas	Valor líquido em 31/12/2014
Ativo financeiro indenizável	779.354	169.054	(2.967)	(5.281)	940.160
Total	779.354	169.054	(2.967)	(5.281)	940.160
Não circulante	779.354				940.160
	779.354				940.160

20 Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE e foram aprovadas pela Resolução Normativa nº 367, de 2 de junho de 2009, atualizadas posteriormente pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012.

No final das Concessões e Autorizações, o saldo remanescente dos ativos vinculados serão revertidos e indenizados pela União, conforme estabelecido no Contrato de Concessão ou na Autorização, em critério de cálculo a ser definido pelo Poder Concedente. A Companhia, entende que existe o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados e reversíveis, suportada por parecer de seus assessores legais e considerando os fatos e circunstâncias disponíveis no momento.

20.1 Composição do Imobilizado

	Controladora							
	31/12/2014				31/12/2013			
	Taxa média de deprecia- ção %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de deprecia- ção %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	6,25	8	(5)	3	6,25	8	(5)	3
Máquinas e equipamentos	12,56	16.113	(1.825)	14.288	12,53	1.852	(886)	966
Veículos	14,29	1.190	(580)	610	14,29	1.692	(750)	942
Móveis e utensílios	6,25	3.187	(1.047)	2.140	6,25	2.655	(866)	1.789
Total do Imobilizado em serviço		20.498	(3.457)	17.041		6.207	(2.507)	3.700
Imobilizado em curso								
Distribuição						2		2
Administração		6.073		6.073		15.419		15.419
Total do Imobilizado em curso		6.073	-	6.073		15.421	-	15.421
Total Imobilizado		26.571	(3.457)	23.114		21.628	(2.507)	19.121

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Consolidado								
Nota	Taxa média de depreciação %	31/12/2014			Taxa média de depreciação %	31/12/2013		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos		164.580		164.580		164.580		164.580
Reservatórios, barragens e adutoras	1,84	2.023.096	(413.407)	1.609.689	1,88	2.017.641	(374.843)	1.642.798
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,52	771.900	(197.670)	574.230	2,91	777.153	(189.537)	587.616
Máquinas e equipamentos	3,30	1.759.544	(456.997)	1.302.547	3,49	1.753.930	(410.910)	1.343.020
Veículos	13,78	4.176	(2.959)	1.217	14,02	4.231	(2.842)	1.389
Móveis e utensílios	5,37	2.514	(1.507)	1.007	5,33	2.415	(1.497)	918
		4.725.810	(1.072.540)	3.653.270		4.719.950	(979.629)	3.740.321
Sistema de Transmissão de Conexão	20.1.1							
Terrenos		1		1		1		1
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	8.424	(4.250)	4.174	3,33	8.424	(3.969)	4.455
Máquinas e equipamentos	3,35	86.832	(29.629)	57.203	3,35	86.565	(26.747)	59.818
		95.257	(33.879)	61.378		94.990	(30.716)	64.274
Administração								
Terrenos		3.638		3.638		3.638		3.638
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,17	235	(59)	176	3,84	164	(49)	115
Máquinas e equipamentos	12,44	19.098	(2.994)	16.104	12,22	3.929	(1.782)	2.147
Veículos	14,29	2.686	(1.606)	1.080	14,54	3.949	(2.018)	1.931
Móveis e utensílios	6,50	4.602	(1.876)	2.726	6,68	3.951	(1.453)	2.498
		30.259	(6.535)	23.724		15.631	(5.302)	10.329
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos		85		85		85		85
Móveis e utensílios	6,67	361	(296)	65	6,65	364	(276)	88
		446	(296)	150		449	(276)	173
Total do Imobilizado em serviço		4.851.772	(1.113.250)	3.738.522		4.831.020	(1.015.923)	3.815.097
Imobilizado em curso								
Distribuição				-		2		2
Geração		195.053		195.053		194.346		194.346
Administração		7.660		7.660		16.771		16.771
Total do Imobilizado em curso		202.713	-	202.713		211.119	-	211.119
Total Imobilizado		5.054.485	(1.113.250)	3.941.235		5.042.139	(1.015.923)	4.026.216

20.1.1 Sistema de Transmissão de Conexão - Futura licitação de linhas de transmissão da controlada Investco

Do montante em 31 de dezembro de 2014 de R\$61.378 (R\$64.274 em 31 de dezembro de 2013), R\$49.893 (R\$52.637 em 31 de dezembro de 2013) é referente à controlada Investco e compõe o Sistema de Transmissão de Conexão, relativos à linha de transmissão LT 500 kV Miracema-Lajeado e a subestação SE 500/230kV Lajeado que levam a energia produzida pela Investco até o ponto de conexão com a Rede Básica.

A ANEEL, por meio do Ofício nº 506 de 21 de julho de 2014, comunicou à Investco que seria realizado o Leilão de Transmissão nº 004/2014 que previa a licitação do segundo circuito da LT 500kV Miracema-Lajeado dentre outras instalações, com vistas à atender a crescente demanda de carga do estado do Tocantins, nos termos do artigo nº 17 da Lei nº 9.074/95.

Em 18 de novembro de 2014 foi realizado o referido Leilão. Todavia, não houveram propostas para o respectivos ativos. A ANEEL incluirá novamente estes ativos em Leilões futuros a serem realizados em 2015.

Após a respectiva licitação, os referidos ativos deverão ser transferidos ao novo transmissor, sem ônus ao mesmo, uma vez que tais instalações passarão a compor a Rede Básica.

A Investco não identificou ajustes a serem feitos em suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2014.

20.2 Mutação do Imobilizado

Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Transfe-rências	Deprecia-ção	Baixas	Valor líquido em 31/12/2014
Imobilizado em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3					3
Máquinas e equipamentos	966		14.260	(939)		14.287
Veículos	942			(153)	(179)	610
Móveis e utensílios	1.789		568	(182)	(34)	2.141
Total do Imobilizado em serviço	3.700	-	14.828	(1.274)	(213)	17.041
Total do Imobilizado em curso	15.421	4.489	(14.657)	-	820	6.073
Total do Imobilizado	19.121	4.489	171	(1.274)	607	23.114
Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Transfe-rência	Deprecia-ção	Baixas	Reclassifi-cação
Imobilizado em serviço						
Terrenos	168.305					168.305
Reservatórios, barragens e adutoras	1.648.101		11.063	(40.207)	(3.778)	(186)
Edificações, obras civis e benfeitorias	592.187		3.156	(16.937)	(10)	186
Máquinas e equipamentos	1.399.675		37.119	(60.145)	(6.124)	(1)
Veículos	3.320		63	(702)	(366)	2.315
Móveis e utensílios	3.509		777	(450)	(34)	1
Total do Imobilizado em serviço	3.815.097	-	52.178	(118.441)	(10.312)	-
Total do Imobilizado em curso	211.119	46.784	(51.990)	-	(3.117)	(83)
Total do Imobilizado	4.026.216	46.784	188	(118.441)	(13.429)	(83)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não houve indicação, seja por meio de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, em 31 de dezembro de 2014, a Administração da Companhia e suas controladas julgam que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização, com exceção das servidões permanentes que estão registradas pelo custo de aquisição e não são amortizadas.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Controladora									
		31/12/2014				31/12/2013			
	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	
Intangível em serviço									
Administração									
Software	19,98	4.428	(2.875)	1.553	19,98	3.874	(2.446)	1.428	
Total do Intangível em serviço		4.428	(2.875)	1.553		3.874	(2.446)	1.428	
Intangível em curso									
Administração		2.362		2.362		849		849	
Total do Intangível em curso		2.362	-	2.362		849	-	849	
Total do Intangível		6.790	(2.875)	3.915		4.723	(2.446)	2.277	
Consolidado									
		31/12/2014				31/12/2013			
	Nota	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço									
Distribuição									
Direito de concessão - Infraestrutura	21.1	4,03	4.219.958	(2.438.567)	1.781.391	4,03	4.327.188	(2.650.105)	1.677.083
Direito de concessão - Outros	21.2	7,64	38.143	(18.099)	20.044		38.143	(15.184)	22.959
			4.258.101	(2.456.666)	1.801.435		4.365.331	(2.665.289)	1.700.042
Geração									
Software		20,00	2.091	(1.927)	164	19,16	2.191	(1.805)	386
Servidão permanente			509		509		408		408
Direito de concessão - Licenças ambientais		19,65	4.274	(3.572)	702	19,01	3.820	(2.826)	994
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	21.5	4,13	180.786	(52.233)	128.553	3,63	175.290	(46.095)	129.195
Direito de concessão - Outros	21.2	3,46	929.165	(324.804)	604.361	0,66	890.137	(292.601)	597.536
			1.116.825	(382.536)	734.289		1.071.846	(343.327)	728.519
Sistema de Transmissão de Conexão									
Servidão permanente			373		373		373		373
			373	-	373		373	-	373
Administração					-				-
Software	19,96		12.200	(8.576)	3.624	20,04	11.086	(7.270)	3.816
Direito de concessão - Outros					-		39.028		39.028
			12.200	(8.576)	3.624		50.114	(7.270)	42.844
Total do Intangível em serviço			5.387.499	(2.847.778)	2.539.721		5.487.664	(3.015.886)	2.471.778
Intangível em curso									
Distribuição			10.820		10.820		227.444		227.444
Geração			55.966		55.966		46.423		46.423
Administração			4.118		4.118		1.409		1.409
Total do Intangível em curso			70.904	-	70.904		275.276	-	275.276
Atividades não vinculadas à concessão									
Ágio na incorporação de sociedade controladora	21.3	5,03	940.511	(400.245)	540.266	5,10	940.511	(352.972)	587.539
(-) Provisão para manutenção de dividendos		5,03	(940.511)	400.245	(540.266)	5,10	(940.511)	352.972	(587.539)
			-	-	-		-	-	-
Goodwill	21.4								
Lajeado Energia e Investco			42.293		42.293		42.293		42.293
			42.293	-	42.293		42.293	-	42.293
Total do Intangível			5.500.696	(2.847.778)	2.652.918		5.805.233	(3.015.886)	2.789.347

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

A movimentação do intangível no exercício é a seguinte:

	Controladora					Valor líquido em 31/12/2014
	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Transferências	Amortização	Baixas	
Intangível em serviço						
Software	1.428		557	(428)	(4)	1.553
Intangível em curso						
Outros Intangíveis em curso	849	2.365	(728)		(124)	2.362
Total do Intangível	2.277	2.365	(171)	(428)	(128)	3.915

	Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Juros capitalizados	Transferências	Transferências para ativo financeiro indenizável	Amortização	Baixas	Reclassificação para imobilizado
Intangível em serviço								
Software	4.203			1.139		(1.405)	(47)	(100)
Servidão permanente	781			1				100
Direito de concessão - Licenças ambientais	994			456		(748)		
Direito de concessão - Infraestrutura	1.677.083			497.896	(169.054)	(185.928)	(38.606)	
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	129.194			6.112		(6.755)		
Direito de concessão - Outros	659.523					(35.118)		
Total do intangível em serviço	2.471.778	-	-	505.604	(169.054)	(229.954)	(38.653)	-
Intangível em curso								
Outros Intangíveis em curso	275.276	308.790	11.311	(499.680)			(24.876)	83
Total do Intangível em curso	275.276	308.790	11.311	(499.680)	-	-	(24.876)	83
Goodwill	42.293							
Total do Intangível	2.789.347	308.790	11.311	5.924	(169.054)	(229.954)	(63.529)	83

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios e intangíveis com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado da unidade geradora de caixa individual, representativa do conjunto de Intangível.

O valor recuperável do ágio das controladas é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de *impairment*. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Nesta base, para efeitos destes testes, foram definidos um conjunto de premissas de forma a determinar o valor recuperável dos principais investimentos:

- Unidades geradoras de caixa: EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, EDP Comercializadora, Enerpeixe, Lajeado, Investco e Porto do Pecém;
- Base de determinação do valor recuperável: valor em uso – *equity value*;
- Determinação dos fluxos de caixa: volume de produção, consumo e tarifas previstas e valor residual no final da concessão calculado com base no Valor Novo de Reposição - VNR;
- Prazo utilizado para fluxo de caixa: final da concessão, exceto EDP Comercializadora;
- Taxa média de correção da BRR (Distribuidoras), contratos de venda de energia (Geração) e custos operacionais: Premissa IGP-M 5,15% a.a. e IPCA 5,56% a.a..

Em 31 de dezembro de 2014 o teste de recuperação dos ágios e intangíveis da Companhia e suas controladas não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis ou eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

21.1 Direito de concessão - Infraestrutura

Referem-se ao direito das concessionárias EDP Bandeirante e EDP Escelsa de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, originados da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1) (Nota 2.3). Estão registrados ao seu valor de custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável. A amortização é registrada até o prazo remanescente da concessão.

21.2 Direito de Concessão - Outros

	Consolidado		
	31/12/2014		
	Custo	Amortização	Total
EDP Bandeirante	38.143	(18.099)	20.044
Lajeado	122.533	(58.841)	63.692
Enerpeixe	3.837	(1.303)	2.534
Porto do Pecém	3.590	(243)	3.347
Pantanal	11.941	(5.225)	6.716
Investco	787.264	(259.192)	528.072
Total	967.308	(342.903)	624.405

Os direitos de concessão são mensurados pela diferença entre o custo total de aquisição do investimento e o seu valor justo, menos as despesas de amortização. A amortização é linear de acordo com o prazo da concessão.

21.3 Ágio - Incorporação de Sociedade Controladora

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado nas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Lajeado, decorrentes da aquisição de ações das mencionadas companhias, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva da expectativa de resultados futuros e pelo prazo de concessão das companhias.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

21.4 Goodwill - Lajeado e Investco

O *goodwill* é o valor excedente do custo da combinação de negócios em relação à participação da empresa adquirente sobre o valor justo dos ativos e passivos da adquirida, ou seja, o excedente é a parcela paga a maior pela empresa adquirente devido à expectativa de geração de lucros futuros pela empresa adquirida. Nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do *goodwill* inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o *goodwill* é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. O *goodwill* não deve ser amortizado, mas é objeto de análise de redução ao valor recuperável.

O *goodwill*, gerado na combinação de negócios em setembro de 2008 no montante de R\$42.293, surgiu quando a Companhia efetuou a troca de participação acionária detida na Enersul pelas participações acionárias detidas pela Rede Energia S.A. nas participadas Lajeado e Investco, bem como pelas participações acionárias detidas pela Rede Power do Brasil S.A. na Lajeado e Tocantins Energia S.A.

21.5 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado das UHE's e PCH's das controladas Investco, Enerpeixe, Energest e Pantanal. É constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o UBP, a valor presente, e amortizados até o final do contrato de concessão, para as controladas Enerpeixe e Investco, e pelo prazo de 5 anos a partir da mudança do regime de exploração, para as controladas Pantanal e Energest, com término em dezembro de 2018 e julho de 2019, respectivamente.

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Amortiza- ção	Saldo em 31/12/2014
Investco	12.309		(648)	11.661
Enerpeixe	113.773		(4.965)	108.808
Pantanal	3.112	92	(640)	2.564
Energest	-	6.020	(502)	5.518
	<u>129.194</u>	<u>6.112</u>	<u>(6.755)</u>	<u>128.551</u>

22 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado		
		Circulante		Circulante		Não circulante
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Suprimento de energia elétrica	22.1			713.593	435.552	3.065
Energia livre	22.2			76.708	69.170	
Encargos de uso da rede elétrica				55.518	38.074	
Operações CCEE				141.917	101.665	
Materiais e serviços		14.010	13.237	110.967	157.668	
Total		<u>14.010</u>	<u>13.237</u>	<u>1.098.703</u>	<u>802.129</u>	<u>3.065</u>

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

22.1 Suprimento de energia elétrica

A variação nos valores a pagar referentes a energia elétrica comprada para revenda, em 31 de dezembro de 2014, decorre principalmente do aumento do volume físico proveniente do crescimento de mercado, do reajuste de preços (IPCA) dos Contratos de compra de energia e do custo variável relativo aos Contratos de compra de energia por disponibilidade, dado o cenário elétrico brasileiro de 2014.

22.2 Energia livre

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 387/09, alterou a metodologia de amortização dos saldos de Perda de Receita e Energia Livre passando a iniciar concomitantemente a partir de janeiro de 2002, limitada ao prazo máximo definido na Resolução ANEEL nº 1/04.

No Despacho ANEEL nº 2.517/10, foi divulgado o valor a ser liquidado entre os agentes de distribuição e geração, atualizados pela taxa SELIC mensal. Tal liquidação deveria ter ocorrido até 30 de setembro de 2010. Como forma de evitar tais pagamentos, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADEE, representando as distribuidoras do país, dentre elas as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa, impetrou Mandado de Segurança (Processo nº 91.2010.4.01.3400 - 15ª Vara Federal do Distrito Federal) com pedido de liminar para suspensão do referido ato, o que foi concedido.

Em 9 de maio de 2013, porém, foi proferida sentença julgando extinto o feito, sem resolução de mérito, pela inadequação da via eleita (Mandado de Segurança). Entretanto, os pagamentos por parte das controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa permanecem suspensos, tendo em vista a interposição de recurso de apelação contra a referida sentença, ao qual foi atribuído efeito suspensivo (suspensos, portanto, os efeitos da sentença desfavorável às distribuidoras).

Por oportuno, importante salientar que as distribuidoras, paralelamente, ajuizaram ação ordinária com o mesmo objetivo do Mandado de Segurança, porém tal demanda também foi extinta, sob o argumento de que já havia outro feito com as mesmas partes, mesmo pedido e mesmos fundamentos de fato e de direito (litispendência). Em face de tal decisão, também foi interposto recurso de Apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, o qual pende de julgamento.

O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC, tendo sido registrado no exercício o valor de R\$7.538 (R\$5.231 em 2013) em contrapartida da despesa financeira (Nota 33).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23 Debêntures

23.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Controladora							
											31/12/2014				31/12/2013			
											Encargos	Principal			Encargos	Principal		
											Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	45.000	10	450.000	1ª emissão em 28/08/2012	28/08/2012 a 28/02/2014	Investimentos em ativos de geração de energia	105,0% do CDI	Principal e juros em parcela única no final		-				50.344	450.000		500.344
(-) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil			(530)					Amortização mensal					-		(58)		(58)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	50.000	10	500.000	2ª emissão em 11/04/2013	11/04/2013 a 11/04/2016	Investimentos gerais pela Companhia	CDI + 0,55%	Juros semestral e amortização em duas parcelas iguais em abril/15 e abril/16		12.546	250.000	250.000	512.546	10.607		500.000	510.607
(-) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil			(500)					Amortização mensal				(161)	(161)			(355)	(355)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	300	1.000	300.000	3ª emissão em 12/02/2014	12/02/2014 a 12/08/2015	Refinanciamento parcial da 1ª emissão de debêntures da Companhia	CDI + 0,72%	Principal e juros em parcela única no final		30.728	300.000		330.728				-
(-) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil								Amortização mensal			(576)		(576)				-
Total											43.274	549.424	249.839	842.537	60.951	449.942	499.645	1.010.538

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

											Consolidado							
											31/12/2014				31/12/2013			
											Encargos		Principal		Encargos		Principal	
Agente Fiduciário	Empresa	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidor	EDP Escelsa	25.000	10	250.000	2ª emissão em 02/07/2007	02/07/2007 a 02/07/2014	Alongamento da dívida. Pagamento das Senior Notes com vencimento em 15/07/2007	105,0% do CDI	Principal anual e juros semestral					-		83.350		83.350
(-) Custos de emissão	EDP Escelsa								Amortização mensal					-		(45)		(45)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Escelsa	17.680	10	176.800	3ª emissão em 27/08/2014	27/08/2014 a 27/08/2020	Alongamento da dívida e capital de giro.	CDI + 1,50%	Principal semestral a partir de 27/08/2018 e juros semestral		7.634		176.800	184.434				-
(-) Custos de emissão	EDP Escelsa								Amortização mensal				(550)	(550)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Bandeirante	300	1.000	300.000	5ª emissão em 30/04/2014	30/04/2014 a 30/04/2019	Alongamento da dívida e financiamento de capital de giro.	CDI + 1,39%	Principal semestral a partir de abril/2017 e juros semestral		6.248		300.000	306.248				-
(-) Custos de emissão	EDP Bandeirante								Amortização mensal				(2.012)	(2.012)				-
SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.	EDP Bandeirante	39.000	10	390.000	4ª emissão em 01/07/2010	01/07/2010 a 30/06/2016	Recomposição de caixa ao pagamento de dívidas e ao financiamento de capital de giro.	CDI + 1,50%	Principal anual e juros semestral		19.753	156.000	156.000	331.753	20.435	78.000	312.000	410.435
(-) Custos de emissão	EDP Bandeirante								Amortização mensal			(268)	(54)	(322)		(483)	(322)	(805)
Oliveira Trust	Energest	12.000	1	120.000	1ª emissão em 23/04/2012	23/04/2012 a 23/04/2017	Alongamento da dívida, financiamento de capital de giro e financiamento de CAPEX.	CDI + 0,98%	Principal anual a partir de abril/2016 e juros semestral		2.688		120.000	122.688	2.275		120.000	122.275
(-) Custos de emissão	Energest			(635)					Amortização mensal				(259)	(259)			(400)	(400)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	45.000	10	450.000	1ª emissão em 28/08/2012	28/08/2012 a 28/02/2014	Investimentos em ativos de geração de energia	105,0% do CDI	Principal e juros em parcela única no final					-	50.344	450.000		500.344
(-) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil			(530)					Amortização mensal					-		(58)		(58)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	50.000	10	500.000	2ª emissão em 11/04/2013	11/04/2013 a 11/04/2016	Investimentos gerais pela Companhia	CDI + 0,55%	Juros semestral e amortização em duas parcelas iguais em abril/15 e abril/16		12.546	250.000	250.000	512.546	10.607		500.000	510.607
(-) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil			(500)					Amortização mensal				(161)	(161)			(355)	(355)
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	EDP Energias do Brasil	300	1.000	300.000	3ª emissão em 12/02/2014	12/02/2014 a 12/08/2015	Refinanciamento parcial da 1ª emissão de debêntures da Companhia	CDI + 0,72%	Principal e juros em parcela única no final		30.728	300.000		330.728				-
(-) Custos de emissão	EDP Energias do Brasil								Amortização mensal			(576)		(576)				-
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Lajeado Energia	45.000	10	450.000	1ª emissão em 25/11/2013	25/11/2013 a 25/11/2019	Pagamento aos acionistas a título de reembolso das ações decorrente da redução de capital social ocorrida em 03/05/2013	CDI + 1,20%	Principal anual e juros semestral	Fiança Corporativa da EDP Energias do Brasil	5.401		450.000	455.401	4.697		450.000	454.697
(-) Custos de emissão	Lajeado Energia								Amortização mensal				(2.400)	(2.400)			(3.016)	(3.016)
Total											84.998	705.156	1.447.364	2.237.518	88.358	610.764	1.377.907	2.077.029

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.2 Mutação das debêntures no exercício

Controladora							
	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2014
Circulante							
Principal	450.000		(450.000)		550.000		550.000
Juros	60.952		(112.487)	78.565	16.244		43.274
Custo de transação	(59)				(1.561)	1.044	(576)
	510.893	-	(562.487)	78.565	564.683	1.044	592.698
Não circulante							
Principal	500.000	300.000			(550.000)		250.000
Juros	-			16.244	(16.244)		-
Custo de transação	(355)	(1.367)			1.561		(161)
	499.645	298.633	-	16.244	(564.683)	-	249.839
Consolidado							
	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2014
Circulante							
Principal	611.350		(611.350)		706.000		706.000
Juros	88.359		(244.071)	224.466	16.244		84.998
Custo de transação	(587)				(3.036)	2.779	(844)
	699.122	-	(855.421)	224.466	719.208	2.779	790.154
Não circulante							
Principal	1.382.000	776.800			(706.000)		1.452.800
Juros	-			16.244	(16.244)		-
Custo de transação	(4.093)	(4.379)			3.036		(5.436)
	1.377.907	772.421	-	16.244	(719.208)	-	1.447.364

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

23.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante

Vencimento	Controladora	Consolidado
Circulante		
2015	592.698	790.154
	592.698	790.154
Não Circulante		
2016	249.839	612.510
2017		329.078
2018		304.742
2019		130.497
2020 até 2032		70.537
	249.839	1.447.364
Total	842.537	2.237.518

As emissões de Debêntures feitas pela Companhia e suas controladas não são conversíveis em ações.

As principais cláusulas prevendo a rescisão nos contratos vigentes estão descritas abaixo. A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária que implique na alienação do controle acionário da Emissora, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto: (a) se a referida alienação for para outra empresa do mesmo grupo econômico da Emissora; ou (b) tenha sido obtida anuência prévia de Debenturistas titulares de Debêntures que representem 2/3 das Debêntures em Circulação; ou (c) nas hipóteses de cisão, fusão e incorporação seja assegurado o direito previsto no parágrafo 1º do artigo 231 da Lei nº 6.404;

(iv) Aplicável para EDP Bandeirante: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta/EBITDA Ajustado, não superior a 3,5 nas datas de apuração, quais sejam 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano para a 4ª Emissão de Debêntures e 31 de dezembro de cada ano para a 5ª Emissão de Debêntures.

Em Assembleia Geral de Debenturista da 4ª Emissão, realizada em 30 de abril de 2013, foi aprovada a alteração da definição de EBITDA para o cálculo dos índices financeiros presentes nas escrituras de emissão de debêntures da Companhia. O EBITDA ajustado significará "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(v) Aplicável para EDP Escelsa: descumprimento, pela Emissora, da manutenção do índice financeiro Dívida bruta em relação ao EBITDA Ajustado na data de apuração, 31 de dezembro de cada ano, sendo não superior a 3,5. O EBITDA ajustado significa "o resultado antes das despesas financeiras, impostos, depreciação e amortização, ajustado com os ativos e passivos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela "A" - CVA, sobrecontratação e neutralidade dos encargos setoriais".

(vi) Aplicável para Lajeado e Energest: descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Bruta em relação ao EBITDA, não superior a 3,5 nas datas de apuração, qual seja 31 de dezembro de cada ano;

(vii) pedido de auto-falência;

(viii) liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(ix) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano;

(x) aplicável para Lajeado: perda da concessão, desde que tal perda não ultrapasse 10% de sua receita líquida, e desde que tal perda possa prejudicar o fiel cumprimento das obrigações para as demais emissões;

(xi) notificação de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individualmente seja superior a R\$50.000 na Energest, e a R\$75.000 na Companhia como garantidora e na Lajeado, desde que tal sentença possa colocar em risco o fiel cumprimento das obrigações;

(xii) aplicável à EDP Bandeirante e à EDP Escelsa: vencimento antecipado ou inadimplemento no pagamento de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, no mercado local ou internacional em que valor unitário ou cumulativo ultrapasse R\$40.000, que possa, de forma comprovada, prejudicar o fiel cumprimento das obrigações da companhia na Escritura de Emissão; e

(xiii) aplicável para a Lajeado: extinção de um ou mais Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados pela Emissora que representem queda no volume de receitas superior a 20% em relação ao seu faturamento total.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e as controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest, encontram-se em pleno atendimento de todas as obrigações previstas no contrato de emissão de debêntures. A empresa Lajeado não cumpriu o *covenant* de dívida bruta / EBITDA de até 3,50 vezes, para o qual ela obteve o *waiver* em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD realizada em 10 de dezembro de 2014, mediante pagamento de prêmio em dezembro de 2014 de R\$4.085 correspondente a 0,9% sobre o saldo das debêntures e a limitação da distribuição do lucro de 2014 pelo mínimo obrigatório previsto em Lei.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24

24.1

Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda estrangeira											Consolidado											
											Encargos		Principal		Total		Encargos		Principal		Total	
											Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		
											31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Empresa	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	Covenants	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total			
BEI - Banco Europeu de Investimento (i)	EDP Bandeirante	EUR 45.000	17/02/2012	EUR 15.000	19/02/2012 a 17/02/2018	Ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Bandeirante, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.	Divida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	Libor + 1,2750% a.a.	Principal no final do contrato e Juros semestral	Fiança bancária	-	-	-	-	-	423	-	46.323	46.746			
(-) BEI - Custo da transação (ii)	EDP Bandeirante	(110)	17/02/2012	(110)	19/02/2012 a 17/02/2018				Amortização mensal do custo de transação		-	-	-	-	-	-	-	(75)	(75)			
BEI - Banco Europeu de Investimento (ii)	EDP Escelsa	EUR 45.000	17/02/2012	EUR 15.000	19/02/2012 a 17/02/2018	Ampliação e reforço da rede elétrica da área de distribuição da Escelsa, para manutenção e melhoria da qualidade do abastecimento e para a redução das perdas no sistema.	Divida bruta em relação ao EBITDA menor ou igual a 3,5.	Libor + 1,2750% a.a.	Principal no final do contrato e Juros semestral	Fiança Bancária	-	-	-	-	-	424	-	46.323	46.747			
											-	-	-	-	-	847	-	-	92.571	93.418		
Moeda nacional																						
Eletrobrás Reluz - ECF 2656/07	EDP Bandeirante	3.911	12/12/2007	3.594	30/03/2009 a 28/02/2014	Programa Reluz - Município de Taubaté/SP		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	-	-	-	-	-	-	120	-	120			
Eletrobrás Reluz - ECF 2657/07	EDP Bandeirante	10.036	12/12/2007	9.919	30/05/2010 a 30/04/2015	Programa Reluz - Município de Guarulhos/SP		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	667	-	667	-	667	-	2.000	667	2.667			
Eletrobrás Reluz - ECF 2658/07	EDP Bandeirante	2.946	12/12/2007	2.449	30/03/2009 a 28/02/2014	Programa Reluz - Município de Suzano/SP		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	-	-	-	-	-	-	82	-	82			
Eletrobrás Reluz - ECF 2779/09	EDP Bandeirante	3.517	18/03/2010	2.651	30/08/2012 a 30/07/2017	Programa Reluz - Município de Guaratinguetá/SP		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	20	-	548	868	1.436	12	548	1.417	1.977			
Eletrobrás Reluz - ECF 2800/09	EDP Bandeirante	3.392	27/05/2010	2.506	30/07/2012 a 30/07/2017	Programa Reluz - Município de Mogi das Cruzes/SP		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	21	-	525	831	1.377	12	525	1.356	1.893			
Eletrobrás LPT - ECFS 019/04	EDP Bandeirante	11.523	28/05/2004	9.342	30/08/2006 a 30/07/2016	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	1.065	-	622	1.687	-	1.065	1.687	2.752				
Eletrobrás LPT - ECFS 184/07	EDP Bandeirante	12.359	25/06/2007	11.015	30/11/2009 a 30/10/2019	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	1.315	-	5.035	6.350	-	1.314	6.349	7.663				
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial	EDP Bandeirante	30.000	22/06/2011	30.000	22/06/2011 a 06/06/2014	Capital de Giro		100% do CDI	Principal e juros em parcela única no final		-	-	-	-	-	7.252	30.000	37.252				
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	EDP Bandeirante	98.627	21/02/2014	98.627	21/02/2014 a 01/07/2015	Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária.		101,15% do CDI	Principal e juros em parcela única no final		9.230	-	98.627	-	107.857	-	-	-	-			
(-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação	EDP Bandeirante				21/02/2014 a 01/07/2015						-	-	(763)	-	(763)	-	-	-	-			
BNDES - Banco do Brasil	EDP Bandeirante	35.513	27/12/2007	35.513	15/07/2008 a 15/06/2014	Programa de Investimentos de maio de 2006	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	Conta garantida	-	-	-	-	-	10	2.969	-	2.979			
BNDES - Banco Santander	EDP Bandeirante	35.513	27/12/2007	35.513	15/07/2008 a 15/06/2014	Programa de Investimentos de maio de 2006	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	3,3% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	Conta garantida	-	-	-	-	-	10	2.969	-	2.979			
BNDES - BB/CALC	EDP Bandeirante	200.369	29/01/2009	141.271	17/02/2010 a 17/06/2019	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(iii) menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	(i) Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil e (ii) Depósito caucionado	201	-	23.815	43.527	67.543	254	23.815	67.342	91.411			
BNDES - BB/CALC	EDP Escelsa	177.468	29/01/2009	155.228	17/02/2010 a 15/05/2017	Programas de investimentos nos segmentos de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	4,5% a.a. e de 1,81% a 3,32% a.a. acima da TJLP	Principal e juros mensal	(i) Garantia Corporativa da EDP Energias do Brasil e (ii) Depósito caucionado	207	-	26.330	42.034	68.571	269	26.330	68.365	94.964			
(-) BNDES - CALC - Custos de transação	EDP Escelsa	(205)	29/01/2009	(205)	17/02/2010 a 15/05/2017				Amortização mensal do custo de transação		-	-	(15)	(8)	(23)	-	-	(22)	(44)			
Eletrobrás Reluz - ECF 2481/05	EDP Escelsa	1.230	30/09/2008	924	30/01/2012 a 30/12/2016	Programa Reluz - Município de Viana/ES		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	201	-	200	401	-	201	401	602				
Eletrobrás LPT - ECFS 031/04	EDP Escelsa	30.968	21/05/2004	22.729	30/08/2006 a 30/07/2016	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	Notas Promissórias	2.339	-	1.364	3.703	-	2.339	3.703	6.042				
Eletrobrás LPT - ECFS 106/05	EDP Escelsa	50.304	20/11/2005	37.114	30/05/2008 a 30/04/2018	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	3.752	-	8.754	12.506	-	3.752	12.506	16.258				
Eletrobrás LPT - ECFS 181/07	EDP Escelsa	75.764	25/06/2007	44.821	30/04/2010 a 30/04/2020	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	4.529	-	19.627	24.156	-	4.529	24.156	28.685				
Eletrobrás LPT - ECFS 258/09	EDP Escelsa	56.737	28/08/2009	20.687	30/01/2012 a 30/12/2021	Programa Luz para Todos		5% a.a. + 1,5% a.a (taxadm.)	Principal e juros mensal	(i) Notas Promissórias e (ii) Garantia em recebíveis	1.702	-	10.213	11.915	-	1.702	11.915	13.617				
Banco do Brasil e Santander - Cédula de Crédito Bancário	EDP Escelsa	40.400	09/02/2007	40.400	09/08/2007 a 10/02/2014	Capital de Giro	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	105% do CDI	Principal anual e Juros semestral		-	-	-	-	-	298	8.080	8.378				
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial	EDP Escelsa	135.000	24/06/2010	135.000	28/11/2010 a 28/05/2015	Capital de Giro	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	100% do CDI	Principal e juros em parcela única no final		54.397	-	103.500	-	157.897	2.637	38.997	7.000	102.983	151.617		
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial - Custos de Transação	EDP Escelsa	(2.025)	24/06/2010	(2.025)	29/05/2015	Capital de Giro			Custo		-	-	(147)	-	(147)	-	-	-	-			
Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial	EDP Escelsa	45.000	27/05/2011	45.000	27/05/2011 a 9/05/2014	Capital de Giro		100% do CDI	Principal e juros em parcela única no final		-	-	-	-	-	11.332	45.000	-	56.332			
BNDES - Banco do Brasil	EDP Escelsa	35.358	27/12/2007	33.160	15/07/2008 a 15/06/2014	Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(i) menor ou igual a 3,5.	TJLP + 3,3% a.a.	Principal e juros mensal	Conta garantida	-	-	-	-	-	9	2.772	-	2.781			
BNDES - Banco Santander	EDP Escelsa	35.358	27/12/2007	33.160	15/07/2008 a 15/06/2014	Programa de investimentos em expansão, modernização e melhoria do desempenho da rede de distribuição de energia elétrica.	Divida bruta em relação ao EBITDA Ajustado(ii) menor ou igual a 3,5.	TJLP + 3,3% a.a.	Principal e juros mensal	Conta garantida	-	-	-	-	-	9	2.772	-	2.781			
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	EDP Escelsa	90.000	04/10/2012	90.000	04/10/2012 a 24/09/2014	Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária.		98,5% do CDI	Principal ao final do contrato e juros semestrais		-	-	-	-	-	8.567	90.000	-	98.567			
(-) Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário - Custos de Transação	EDP Escelsa	(1.688)	04/10/2012	(1.688)	04/10/2012 a 24/09/2014				Amortização mensal do custo de transação		-	-	-	-	-	-	(637)	-	(637)			
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário 2100804-3	EDP Escelsa	68.000	13/02/2013	68.000	13/02/2013 a 03/02/2015	Capital de Giro		105,5% e 98,5% do CDI	Principal e juros em parcela única ao final do contrato		13.027	-	68.000	-	81.027	-	4.974	68.000	72.974			
(-) Custo de transação	EDP Escelsa	1.273	13/02/2013	1.273	13/02/2013 a 03/02/2015				Amortização mensal do custo de transação		-	-	(103)	-	(103)	-	-	(718)	(718)			
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	EDP Escelsa	110.575	21/02/2014	110.575	21/02/2014 a 01/07/2015	Financiamento para comercialização de energia elétrica para a atividade agropecuária.		101,15% do CDI	Principal e juros em parcela única no final		10.348	-	110.575	-	120.923	-	-	-	-			

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo. As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo. As operações de *swap* foram reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado e a forma de realização é marcação a mercado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

24.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos no exercício

Consolidado										
Circulante										
Circulante	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Ajuste a valor presente	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2014
	391.753		(481.232)		668.645				(40)	579.126
	41.849	17	(112.043)	107.662	60.811					98.296
	(659)				(5.459)			4.235		(1.883)
	432.943	17	(593.275)	107.662	723.997	-	-	4.235	(40)	675.539
Consolidado										
Não circulante										
Não circulante	Valor líquido em 31/12/2013	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Ajuste a valor de mercado	Ajuste a valor presente	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2014
	678.175	409.202			(668.645)	(160)	1.539		(2.968)	417.143
	72.631			13.824	(60.811)		2.629			28.273
	(1.332)	(4.135)			5.459					(8)
	749.474	405.067	-	13.824	(723.997)	(160)	4.168	-	(2.968)	445.408

24.3 Vencimento das parcelas do Circulante e Não circulante (principal e encargos)

Vencimento	Consolidado
Circulante	
2015	675.539
	675.539
Não circulante	
2016	151.808
2017	113.344
2018	92.445
2019	18.650
2020 até 2024	37.048
2025 até 2029	5.584
2030 até 2034	26.529
	445.408
Total	1.120.947

25 Benefícios pós-emprego

A Companhia e determinadas controladas mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e outros benefícios pós-emprego, compostos por assistência médica, seguro de vida, AIA - Auxílio de Incentivo a Aposentadoria e outros benefícios a aposentados.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Companhia e suas controladas diretas EDP Bandeirante, EDP Escelsa e Energest e a controlada indireta Investco contrataram atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desses benefícios, segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 31 de dezembro de 2014.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no período em que ocorrem integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Controladora		Consolidado			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
BSPS - Reservas a amortizar			21.607		5.991	
Programas assistenciais						7.427
Auxílio Incentivo à aposentadoria - AIA			898	1.025	988	1.189
Assistência médica e seguro de vida			20.092	23.384	329.595	423.529
Previdência privada	84	55	401	258		
	84	55	42.998	24.667	336.574	432.145

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão

EDP Bandeirante

Estruturado na modalidade "Saldado, Benefício definido e Contribuição Variável", a partir de 1º de junho de 2011, a gestão do Plano de Benefícios PSAP/Bandeirante passou para responsabilidade da EnerPrev, entidade fechada de previdência complementar patrocinada pelas empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da EDP Bandeirante, sendo assegurados os direitos e deveres dos participantes, assistidos e pensionistas, previstos no regulamento do PSAP/Bandeirante.

O plano possui as seguintes características:

(i) Plano de Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS - Corresponde aos benefícios proporcionais dos empregados, calculados com base no tempo de serviço até março de 1998, enquanto esteve vigente. Possui a característica do tipo Benefício definido, que concede Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano apuradas pela EnerPrev é da EDP Bandeirante;

(ii) Planos de Benefícios Misto – BD e CD

- Plano BD - vigente após 31 de março de 1998 - Plano do tipo Benefício definido, que concede renda vitalícia reversível em pensão, relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998, na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e de entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado (inclusive o acumulado até 31 de março de 1998) e, portanto não incluem apenas o tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse plano apuradas pela EnerPrev é paritária entre a EDP Bandeirante e os participantes.

- Plano CD - Implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é do tipo Contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a EDP Bandeirante. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível (ou não) em pensão, é que o Plano Previdenciário passa a ser do tipo Benefício definido e, portanto passa a poder gerar responsabilidade atuarial à EDP Bandeirante. A EDP Bandeirante contribuiu para este plano no exercício com R\$488 (R\$744 em 31 de dezembro de 2013).

A EDP Bandeirante possui um compromisso, decorrente de déficit atuarial calculado pela EnerPrev conforme diretrizes da Resolução CGPC nº26/2008, que está sendo liquidado financeiramente em 240 meses com base em percentual sobre a folha de salários, contados a partir de setembro de 1997, podendo ser revisado semestralmente para assegurar a liquidação do saldo no período acima. As premissas atuariais utilizadas pela EDP Bandeirante atendem ao disposto no CPC 33 (R1) enquanto que as premissas atuariais utilizadas pela EnerPrev atendem a Resolução CGPC nº 26/2008.

EDP Escelsa

- Plano I - Escelsos estruturado na modalidade "Benefício Definido", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC. O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

- Plano II - Escelsos estruturado na modalidade "Contribuição Variável", sob gestão da EnerPrev - Previdência Complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil e cadastrado no CNPB na PREVIC. O Plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme o regulamento do plano.

Energest

A Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela EnerPrev desde outubro de 2008, atual gestora dos planos de previdência até então administrados pela Fundação Escelsa de Seguridade Social – ESCELSOS, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Energest, por meio de dois planos de benefícios: Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

A Energest é patrocinadora dos Planos de Suplementação de Aposentadoria e Pensão, geridos pela Fundação Enersul, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Energest, por meio de dois planos de benefícios: o Plano de Benefícios I, do tipo Benefício Definido, e o Plano de Benefícios II, do tipo Contribuição Variável, convertido em benefício definido quando da conversão em renda vitalícia.

25.1.1 Avaliação atuarial

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente do calculado na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos planos ou da legislação aplicável a planos de previdência.

As obrigações dos planos são calculadas usando uma taxa de desconto que é estabelecida com base na rentabilidade de títulos do governo do tipo NTN-B. Desta forma, caso a rentabilidade dos ativos dos planos seja diferente da rentabilidade da NTN-B, haverá um ganho ou perda atuarial aumentando ou diminuindo o déficit/superávit atuarial destes benefícios.

As práticas de investimento dos planos se pautam pela busca e manutenção de ativos líquidos e dotados de rentabilidade necessária para cumprir estas obrigações no curto, médio e longo prazos, mantendo um equilíbrio entre os ativos e os compromissos do passivo com o objetivo de gerar uma liquidez compatível com o crescimento e a proteção do capital, visando garantir o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as necessidades ditadas pelos fluxos atuariais futuros.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais EDP Bandeirante

	2014			2013		
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(550.181)	550.181		(742.472)	588.034	(154.438)
Custo do serviço corrente	1.211		1.211	136		136
Custo dos juros	(64.133)	65.183	1.050	(67.768)	54.279	(13.489)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	(45.416)	(4.317)	(49.733)	231.392	(77.897)	153.495
Contribuições pagas pela Companhia		19.874	19.874		14.296	14.296
Contribuições pagas pelos empregados	(2.117)	2.117		(2.436)	2.436	
Benefícios pagos pelo plano	38.332	(38.332)		30.967	(30.967)	
(Passivo) reconhecido	(622.304)	594.706	(27.598)	(550.181)	550.181	-

A perda atuarial em 2014 no valor de R\$49.733 foi decorrente, principalmente, pela atualização cadastral de beneficiários efetuada pela EnerPrev e pela redução na taxa de desconto líquida da taxa de inflação. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social, reconhecido em Outros resultados abrangentes, é de R\$5.251 em 31 de dezembro de 2014 (ganho atuarial de R\$27.573 em 31 de dezembro de 2013).

As contribuições da EDP Bandeirante esperadas para este plano durante o exercício de 2015 são de R\$21.607.

EDP Escelsa

	2014				2013			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrição de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(180.266)	284.873	(104.607)	1.638	(191.146)	281.201	(90.055)	
Custo do serviço corrente	116			116	(854)		854	
Custo dos juros	(20.767)	33.369	(12.356)	246	(45.107)	25.525	19.582	
Ganhos/(perdas) atuariais	(2.238)	84		(2.154)	42.897	(8.292)	(34.605)	
Contribuições pagas pela Companhia		850		850		383	(383)	
Contribuições pagas pelos empregados	(70)	70			(382)	382		
Benefícios pagos pelo plano	22.893	(22.893)			14.326	(14.326)		
Mudança na recuperação do superávit				21				1.638
Saldo final reconhecido	(180.332)	296.353	(116.963)	717	(180.266)	284.873	(104.607)	1.638

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de Benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a EDP Escelsa. A Administração da EDP Escelsa registrou o ativo decorrente de superávit atuarial do Plano I de R\$ 21. Com relação ao superávit atuarial apurado para o Plano II, a EDP Escelsa registrou como ativo o valor presente de R\$696 da redução de futuras contribuições, conforme autorizado pela PREVIC por meio da Portaria nº 664/2013.

A destinação do Superávit atuarial atribuído à EDP Escelsa, calculado pela EnerPrev e aprovado pela PREVIC, ocorre nos termos da Resolução CGPC nº 26/2008. O abatimento das contribuições normais ao Plano será por um período estimado de aproximadamente 93 meses, tendo iniciado em abril/2014. Durante esse período, a cobrança da contribuição normal da EDP Escelsa está suspensa.

A EnerPrev interromperá imediatamente o abatimento das contribuições normais da EDP Escelsa se, a qualquer momento, constatar que o valor da Reserva de Contingência for inferior a 25% do valor das Reservas Matemáticas do Plano. Neste caso, será revertido parcial ou totalmente o saldo da Reserva Especial para recompor a Reserva de Contingência ao patamar de 25% das Reservas Matemáticas.

A perda atuarial em 2014 no valor de R\$2.154 foi decorrente, principalmente, pela atualização cadastral de beneficiários efetuada pela EnerPrev e pela redução na taxa de desconto líquida da taxa de inflação. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social, reconhecido em Outros resultados abrangentes, é de R\$1.422 em 31 de dezembro de 2014.

Energest

	2014				2013			
	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento de ativo	Ativo reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	Valor justo dos ativos do plano	Restrições de reconhecimento de ativo	
Saldo inicial reconhecido	(1.199)	2.511	(1.312)		(1.516)	2.829	(1.313)	
Custo do serviço corrente	(17)		17		(105)		105	
Custo dos juros	(140)	300	(160)		(139)	261	(122)	
Custo do serviço passado					(149)		149	
Ganhos/(perdas) atuariais	37	(287)	250		668	(562)	(106)	
Contribuições pagas pela Companhia		(6)	6			25	(25)	
Contribuições pagas pelos empregados	(4)	4			(17)	17		
Benefícios pagos pelo plano	256	(256)			59	(59)		
Mudança na recuperação do superávit				92				
Saldo final reconhecido	(1.067)	2.266	(1.199)	92	(1.199)	2.511	(1.312)	

A apresentação de superávits nos planos previdenciários de benefício definido reduzem o risco de eventual passivo atuarial futuro para a Energest. A Administração da Energest registrou o ativo decorrente de superávit atuarial do Plano II de R\$92.

Na qualidade de patrocinadora, a Energest contribuiu, com uma parcela mensal proporcional à contribuição realizada pelos participantes destes planos, de acordo com o estabelecido em cada plano de benefícios. A Energest contribuiu no exercício com R\$104 (R\$152 em 2013).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1.3 Vencimentos dos planos de benefício

Os vencimentos dos planos de benefício, calculado nas avaliações atuariais, consideram o seguinte fluxo futuro de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Vencimento	EDP Bandeirante		EDP Escelsa		Energest	
	PSAP		Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Circulante						
2015	21.607	2	(2.234)		53	212
	21.607	2	(2.234)		53	212
Não circulante						
2016	38.261	10.326	12.598		55	17
2017	41.493	10.689	5.365		58	20
2018	44.928	11.045	5.642		61	23
2019	48.306	11.392	5.924		64	29
2020 a 2024	373.177	74.689	41.625		359	209
	546.165	118.141	71.154		597	298
Total	567.772	118.143	68.920		650	510

25.1.4 Despesas líquidas

Os efeitos do exercício na despesa líquida reconhecida no resultado e os ganhos e perdas atuariais reconhecidos em Outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP Bandeirante		EDP Escelsa	
	2014	2013	2014	2013
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente	1.393	2.131	(116)	
Custo dos juros	(1.050)	13.489	(246)	
Contribuições esperadas dos empregados	(2.604)	(2.267)		
Mudança na recuperação do superávit			(21)	(1.638)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	(2.261)	13.353	(383)	(1.638)
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido				
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em despesa financeira líquida)	4.317	77.897	(84)	
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas demográficas	508		(640)	
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	26.849	(1.106)	1.497	
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	18.059	(235.176)	1.381	
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido		4.890		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	49.733	(153.495)	2.154	-
Total	47.472	(140.142)	1.771	(1.638)

25.1.5 Classes de ativos

As principais classes de ativos dos planos estão segregadas conforme a seguir:

Classe de ativo	Mercado Ativo	EDP Bandeirante		EDP Escelsa		Energest	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
		Alocação %	Alocação %	Alocação %	Alocação %	Alocação %	Alocação %
Titulos de dívida	Cotado	80,68%	88,90%	88,67%	90,51%	89,27%	94,13%
Ações	Cotado	17,33%	8,90%	10,07%	8,20%	7,26%	3,47%
Imóveis	Cotado	0,28%	0,30%	0,42%	0,45%	1,67%	0,93%
Outros	Não cotado	1,71%	1,90%	0,84%	0,84%	1,80%	1,47%
Total		100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

25.1.6 Participantes

Estes planos têm a seguinte composição de participantes:

	EDP Bandeirante		EDP Escelsa		Energest			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014		31/12/2013	
	PSAP		Plano I	Plano II	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Participantes ativos	563	662	1	621	2	673	28	35
Participantes assistidos								
Com benefícios diferidos	123	115		22		18	3	2
Aposentados e pensionistas	739	691	703	219	703	215	2	2
	862	806	703	241	703	233	1	4
Total	1.425	1.468	704	862	705	906	33	39

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.1.7 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tabela de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha:

Análise de sensibilidade	EDP Bandeirante	EDP Escelsa		Energest	
	PSAP	Plano I	Plano II	Plano I	Plano II
Pressupostos Centrais	622.573	101.326	84.953	576	490
Taxa de desconto					
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	(33.330)	(3.572)	(2.481)	(21)	(28)
Redução na taxa de desconto em 0,5%	36.723	3.825	2.684	22	31
Mortalidade					
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real	5.731	2.278	831	12	(3)

25.1.8 Premissas

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

Econômicas	EDP Bandeirante		EDP Escelsa e Energest	
	2014	2013	2014	2013
Taxa de desconto - nominal	12,25% a.a.	12,00% a.a.	12,25% a.a.	12,00% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,34%	6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017	6,34%	6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,50% a.a.	5,00% a.a.
Inflação	5,50% a.a.	5,00% a.a.	5,50% a.a.	5,00% a.a.
Demográficas				
Tábua de mortalidade	AT-2000	RP 2000 Generational	AT-2000	AT-2000 / RP 2000 Generational (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte	Wyatt 85 Class 1	Muller	Wyatt 85 Class 1

(*) No exercício de 2013 os planos de previdência da Energest utilizavam a tabela de mortalidade RP 2000 Generational. Em 2014 as tabelas de mortalidade foram padronizadas para AT-2000.

25.2 Auxílio Incentivo à Aposentadoria (AIA), Assistência médica, Seguro de vida e Outros benefícios a aposentados: Benefício Definido EDP Escelsa e Energest

- Auxílio Incentivo à Aposentadoria - AIA: Benefício aos empregados admitidos até 31 de dezembro de 1981, pagável por ocasião da rescisão do contrato de trabalho, independentemente do motivo de desligamento. O AIA garante um pagamento em forma de pecúlio, cujo valor foi calculado considerando, para cada empregado, a proporcionalidade do tempo de contribuição ao INSS até 31 de outubro de 1996, da remuneração e o benefício do INSS em 31 de outubro de 1996; e
- Assistência médica, seguro de vida e outros benefícios a aposentados: Cobertura com despesas de assistência médica, odontológica, medicamentos, seguro de vida e, nos casos comprovados de existência de dependente especial, correspondente a 50% do piso salarial da EDP Escelsa e Energest.

25.2.1 Avaliação atuarial

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2014 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido.

Uma série de premissas podem ter sua realização diferente da calculada na avaliação atuarial devido a fatores como mudanças nas premissas econômicas ou demográficas e mudanças nas disposições dos benefícios ou da legislação aplicável a estes.

A maior parte das obrigações dos benefícios consistem na concessão de benefícios vitalícios aos participantes. Por essa razão, aumentos na expectativa de vida resultarão em aumento nas obrigações dos planos. Estes benefícios são sensíveis à inflação, sendo que uma inflação maior que o previsto nesta avaliação levará a um maior nível de obrigações.

25.2.2 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

	EDP Escelsa				Energest			
	2014		2013		2014		2013	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(440.625)	(440.625)	(385.061)	(385.061)	(7.775)	(7.775)	(6.446)	(6.446)
Custo do serviço corrente	(2.739)	(2.739)	(3.655)	(3.655)	(178)	(178)	(199)	(199)
Custo dos juros	(51.397)	(51.397)	(34.935)	(34.935)	(919)	(919)	(595)	(595)
Custo do serviço passado	-	-	(6.669)	(6.669)	-	-	-	-
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	123.810	123.810	(30.885)	(30.885)	1.933	1.933	(573)	(573)
Benefícios pagos pelo plano	26.867	26.867	20.580	20.580	105	105	38	38
Saldo final reconhecido	(344.084)	(344.084)	(440.625)	(440.625)	(6.834)	(6.834)	(7.775)	(7.775)

O ganho atuarial no valor presente das obrigações da EDP Escelsa de R\$123.810, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2014, foi decorrente, principalmente, da redução dos custos médicos ocasionada pela mudança do benefício de assistência médica que passou do modelo híbrido para pós pagamento. Em 31 de dezembro de 2013, houve perda atuarial de R\$30.885.

O ganho atuarial no valor presente das obrigações da Energest de R\$1.933, apurado na avaliação atuarial efetuada em 31 de dezembro de 2014, foi decorrente, principalmente, da revisão das premissas de fator de envelhecimento e a variação na taxa de desconto nesta avaliação. Em 2013, houve perda atuarial de R\$573.

As contribuições esperadas para estes benefícios durante o exercício de 2015 são de R\$20.271 na EDP Escelsa e R\$219 na Energest.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.2.3 Vencimentos dos planos de benefício

Vencimento	EDP Escelsa	
	Assistência médica e Seguro de vida	AIA
Circulante		
2015	19.836	885
	19.836	885
Não circulante		
2016	22.022	297
2017	24.140	139
2018	26.489	392
2019	28.928	158
2020 a 2024	187.889	577
	289.468	1.563
Total	309.304	2.448

25.2.4 Despesas líquidas

Os efeitos do exercício na despesa líquida reconhecida no resultado e os ganhos e perdas atuariais reconhecidos em Outros resultados abrangentes, ambos em contrapartida a rubrica de Benefícios pós-emprego são os seguintes:

	EDP Escelsa		Energest	
	2014	2013	2014	2013
Custo do serviço				
Custo do serviço corrente	2.739	3.655	178	199
Custo dos juros	51.397	34.935	920	595
Custo do serviço passado		6.669		
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos no resultado	54.136	45.259	1.098	794
Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido				
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas demográficas		65.948		763
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de ajuste de experiência	(135.226)	91.608	(2.203)	2.940
(Ganhos) e perdas atuariais decorrentes de mudança em premissas financeiras	11.416	(126.671)	270	(3.130)
Componentes de custos de benefícios definidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(123.810)	30.885	(1.933)	573
Total	(69.674)	76.144	(835)	1.367

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no exercício em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de renda e contribuição social em 31 de dezembro de 2014 na EDP Escelsa é de R\$147.404 (R\$229.119 em 31 de dezembro de 2013) e na Energest é de R\$1.738 em 31 de dezembro de 2014 (R\$3.014 em 31 de dezembro de 2013).

25.2.5 Participantes

Este plano tem a seguinte composição de participantes:

	EDP Escelsa				Energest			
	2014		2013		2014		2013	
	Assistência médica e Seguro de vida	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência médica e Seguro de vida	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência médica e Seguro de vida	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)	Assistência médica e Seguro de vida	Auxílio Incentivo Aposentados (AIA)
Participantes ativos	950	42	1.046	52	86	1	110	1
Participantes assistidos								
Aposentados e pensionistas	2.356		2.309		41		12	
	2.356	-	2.309	-	41	-	12	-
Total	3.306	42	3.355	52	127	1	122	1

25.2.6 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade decorrente de risco de variação na taxa de desconto e na tabela de mortalidade é expressa a seguir, considerando apenas a alteração nas hipóteses mencionadas em cada linha.

Análise de sensibilidade	EDP Escelsa				Energest		
	Auxílio Incentivo a Aposentadoria (AIA)	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados	Seguro de Vida	Auxílio Incentivo a Aposentadoria (AIA)	Assistência Médica e Odontológica	Benefícios a Aposentados
Pressupostos Centrais	1.839	295.251	3.596	44.702	13	6.152	115
Taxa de desconto							
Aumento na taxa de desconto em 0,5%	(13)	(16.040)	(236)	(1.728)		(401)	(14)
Redução na taxa de desconto em 0,5%	14	17.634	268	1.865		445	17
Mortalidade							
Se os membros do plano fossem um ano mais novo do que sua idade real		9.252	78	814		153	2

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25.2.7 Premissas

As principais premissas utilizadas nesta avaliação atuarial foram as seguintes:

	2014			
	EDP Escelsa e Energest			EDP Escelsa
Econômicas	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.	12,25% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,34%	n/a	n/a	6,34%
Crescimento dos planos de benefícios	5,50% a.a.	n/a	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,51% a.a. em 2015, reduzindo linearmente para 6,55% a.a. até 2026	n/a	n/a
Inflação	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.	5,50% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

	2013			
	EDP Escelsa e Energest			EDP Escelsa e Energest
Econômicas	AIA	Assistência Médica	Seguro de Vida	Outros benefícios a aposentados
Taxa de desconto - nominal	12,00% a.a.	12,00% a.a.	12,00% a.a.	12,00% a.a.
Crescimentos salariais futuros	6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017	n/a	n/a	6,40% a.a. até 2016, reduzindo para 5,65% a.a. a partir de 2017
Crescimento dos planos de benefícios	5,00% a.a.	n/a	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Inflação médica de longo prazo	n/a	11,59% a.a. em 2014, reduzindo linearmente para 6,05% a.a. até 2025	n/a	n/a
Inflação	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.	5,00% a.a.
Fator de envelhecimento	n/a	3,00% a.a.	n/a	n/a
Demográficas				
Tábua de mortalidade	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational	RP 2000 Generational
Tábua de mortalidade de inválidos	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled	RP 2000 Disabled
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1	Wyatt 85 Class 1

25.3 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

A Investco mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

25.3.1 Conciliação dos ativos e passivos atuariais

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2014 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo Benefício definido. Segue abaixo a movimentação para este plano no exercício:

	Investco			
	2014		2013	
	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido	Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldo inicial reconhecido	(727)	(727)	(976)	(976)
Custo do serviço corrente	(69)	(69)	(122)	(122)
Custo dos juros	(86)	(86)	(90)	(90)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL	261	261	461	461
Saldo final reconhecido	(621)	(621)	(727)	(727)

As contribuições da Investco esperadas para este plano durante o exercício de 2015 são de R\$37.

25.4 EnerPrev – Planos de pensão do tipo Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra planos de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios - CNPB na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia e suas controladas administram planos PGBL contratados, este por meio do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e suas controladas. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições das patrocinadoras e do participante, conforme regulamento dos planos.

Na qualidade de patrocinadoras destes tipos de planos, a Companhia contribuiu no período com R\$835 (R\$912 em 2013) e as controladas contribuíram no exercício com o montante de R\$3.081 (R\$3.057 em 2013).

Esses planos em 31 de dezembro de 2014 têm a adesão de 66^(*) colaboradores da Companhia e 963^(*) colaboradores de suas controladas.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

26 Encargos regulamentares e setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

Consolidado					
Nota	Saldo em 31/12/2013	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2014
Quota de reserva global de reversão - RGR	4.455	11.637		(13.903)	2.189
Conta de desenvolvimento energético - CDE	5.460	107.020		(102.857)	9.623
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	6.503	37.067		(36.079)	7.491
Encargos tarifários (ECE/ EAEEE)	31.729	168		(201)	31.696
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética (P&D e PEE)	26.1 38.746	60.197	3.016	(60.300)	41.659
Outros encargos	836	11.969		(11.749)	1.056
Total	87.729	228.058	3.016	(225.089)	93.714
Circulante	74.858				86.695
Não circulante	12.871				7.019
Total	87.729				93.714

26.1 Pesquisa e desenvolvimento (P&D) e Programa de eficiência energética (PEE)

Os valores das obrigações a serem aplicadas nos programas de P&D e PEE registrados pelas controladas, são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica. As controladas tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12, e os programas de PEE são regulamentados por meio das Resoluções nº 300/08, aplicada até maio de 2013, alterada pela Resolução Normativa nº 556/13. O saldo líquido em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$41.659 (R\$38.746 em 31 de dezembro de 2013), contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes à esses programas.

27 Uso do Bem Público - UBP

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão como contraprestação ao direito de exploração dos aproveitamentos hidrelétricos e sistemas de transmissão associados das controladas Enerpeixe, Investco, Pantanal e Energest calculados até o final dos contratos de concessão ou outro período pré-estabelecido, e reconhecidos a valor presente.

O UBP será pago ao longo do período da concessão a partir da entrada em operação comercial ou da entrega da energia objeto de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, o que ocorrer primeiro, conforme previsto nos Contratos de Concessão ou então, outro prazo quando indicado no contrato de concessão para os empreendimentos em operação que tiveram a sua modalidade alterada para concessão onerosa.

Consolidado						
Controladas	Saldo em 31/12/2014	Saldo em 31/12/2013	Valor anual da parcela	Taxa de Juros	Taxa de Desconto	Prazo de Amortização
Investco	45.010	44.918	1.045	IGP-M	6,00%	2032
Enerpeixe	230.665	229.637	6.800	IGP-M	6,00%	2036
Pantanal	2.828	3.113	746	IPCA	7,60%	2018
Energest	5.676	-	675	IPCA	6,92%	2019
Total	284.179	277.668				

O valor justo total das obrigações relacionadas com o UBP, foram provisionados e capitalizados em contrapartida do Intangível (Nota 21) no reconhecimento inicial. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25.

No exercício de 2014, todas as parcelas foram pagas e, em 31 de dezembro de 2014, o saldo remanescente encontra-se segregado no circulante e não circulante.

Os pagamentos das controladas Enerpeixe e Investco são realizados ao longo do contrato de concessão e das controladas Pantanal e Energest pelo prazo de 5 anos.

Segue abaixo movimentação do exercício:

Consolidado							
	Saldo em 31/12/2013	Ingressos	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias	Amortizações	Transferências	Saldo em 31/12/2014
Circulante							
Uso do Bem Público	23.723	1.432	(267)	386	(23.154)	23.715	25.835
	23.723	1.432	(267)	386	(23.154)	23.715	25.835
Não Circulante							
Uso do Bem Público	253.945	5.177	5.436	17.501		(23.715)	258.344
	253.945	5.177	5.436	17.501	-	(23.715)	258.344

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28 Provisões

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisões Cíveis, Fiscais e Trabalhistas	28.1	10.771	9.010	35.061	33.887	20.152	15.681	188.633	167.501
Licenças Ambientais	28.2					2.520	5.340	6.940	6.200
Total		10.771	9.010	35.061	33.887	22.672	21.021	195.573	173.701

28.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas e depósitos vinculados à litígios

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente, por diversos índices de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas.

28.1.1 Risco de perda provável

A Administração da Companhia e de suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituíram provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora								
	Passivo					Ativo			
	Baixas					Depósito Judicial			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013	
Trabalhistas	2.306	4.506	(1.805)	(460)	1.674	6.221	5	1.810	
Cíveis	-	2.409	(1.794)	(3)	62	674	122		
Outros	40.591	4.380		(9.333)	3.299	38.937			
Total	42.897	11.295	(3.599)	(9.796)	5.035	45.832	127	1.810	
Circulante	9.010					10.771			
Não circulante	33.887					35.061	127	1.810	
Total	42.897					45.832	127	1.810	
	Consolidado								
	Passivo					Ativo			
	Baixas					Depósito Judicial			
	Saldo em 31/12/2013	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Reclassificação	Saldo em 31/12/2014	31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	67.880	30.190	(24.257)	(10.416)	7.552		70.949	25.950	28.050
Cíveis	56.613	21.890	(11.798)	(11.476)	16.122		71.351	27.841	25.587
Fiscais	4.792	151	(152)	(154)	(119)		4.518	44	43
Outros	53.897	4.380	(3.225)	(9.333)	8.479	7.769	61.967		
Total	183.182	56.611	(39.432)	(31.379)	32.034	7.769	208.785	53.835	53.680
Circulante	15.681						20.152		
Não circulante	167.501						188.633	53.835	53.680
Total	183.182						208.785	53.835	53.680

28.1.1.1 Trabalhistas

EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, Investco, EDP GRID e EDP - Energias do Brasil

Referem-se a diversas ações que, de maneira geral, versam sobre horas extras, equiparação salarial, responsabilidade subsidiária/solidária envolvendo empresas prestadoras de serviços, indenização por danos morais/materiais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho, dentre outros.

28.1.1.2 Cíveis

EDP Bandeirante

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$33.020 (R\$35.945 em 31 de dezembro de 2013), destacando-se:

- Processo nº 2000.001.127615-0, em trâmite na 10ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de setembro de 2000 em diante. No mês de abril de 2010, a EDP Bandeirante cumpriu determinação judicial de substituição da garantia processual existente, de carta-fiança por depósito bancário no montante de R\$60.951 e em junho de 2011 foi efetuado o complemento do depósito judicial no valor de R\$10.627. A EDP Bandeirante apresentou diversas manifestações e recursos visando a suspensão da execução do montante, bem como para reverter a determinação de desconto do percentual de 16,66% nas faturas mensais da White Martins, até que, em 8 de junho de 2011, foi autorizado o levantamento, em pagamento, do valor de R\$60.951 depositado inicialmente, sem prestação de caução. No dia 10 de junho de 2011, a White Martins realizou o levantamento do referido depósito atualizado monetariamente no montante de R\$66.072. Não obstante o levantamento do referido depósito, permanece depositado judicialmente o montante de R\$10.627, havendo ainda recursos pendentes perante o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Superior Tribunal de Justiça discutindo a questão. O registro contábil foi efetuado de forma a apresentar a redução do depósito judicial contra uma redução da provisão constituída para esta contingência. O saldo remanescente em 31 de dezembro de 2014 é de R\$19.859 (R\$16.652 em 31 de dezembro de 2013).

EDP Escelsa

Referem-se, principalmente, a pedidos de restituição dos valores pagos a título de majoração tarifária, efetuados pelos consumidores industriais em decorrência da aplicação das Portarias DNAEE nº 38/86 e nº 45/86 - Plano Cruzado, que vigoraram de fevereiro a novembro daquele ano. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada no âmbito do Poder Judiciário. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$2.103 (R\$2.461 em 31 de dezembro de 2013).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Investco

A Investco possui provisionado o montante de R\$7.008 que refere-se, em sua maioria:

(i) Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

(ii) Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$14.305 e estão registrados no Imobilizado em curso - Terrenos (Nota 20).

28.1.1.3 Fiscais

EDP Bandeirante

A EDP Bandeirante possui processos relativos à exigência de ICMS na conta de energia, avaliados como perda provável. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$4.285 (R\$4.285 em 31 de dezembro de 2013).

Há também discussão administrativa sobre exigência relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$225 (R\$225 em 31 de dezembro de 2013).

28.1.1.4 Outros

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

Na Companhia as ações classificadas como Outros referem-se aos compromissos pactuados no processo de permuta das ações de controle da Enersul com as ações de controle da Investco e da Lajeado, anteriormente pertencentes à Rede Energia S.A., relativos às ações judiciais de diversas naturezas movidas contra Enersul cujos fatos geradores foram originados em períodos que o controle da Enersul, era exercido pela Companhia. O saldo em 31 de dezembro de 2014 é de R\$38.936 (R\$40.590 em 31 de dezembro de 2013).

EDP Bandeirante e EDP Escelsa

Para as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa parte do saldo desta rubrica inclui autos de infração editados pela ANEEL em processo de fiscalização que encontram-se em fase de recurso em 31 de dezembro de 2014 no valor de R\$8.981 (R\$6.248 em 31 de dezembro de 2013).

No exercício, a EDP Bandeirante efetuou uma provisão no valor de R\$7.209 relativa à penalidades estabelecidas pela ANEEL, por meio dos autos de infração nºs AI- 002/2014-SFF, de 27 de agosto de 2014 e AI-012/2014, de 26 de agosto de 2014, referentes a Fiscalização do ativo imobilizado em serviço e Fiscalização da Base de Remuneração do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária, respectivamente. A provisão foi registrada a débito das Despesas financeiras, na rubrica de Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros (Nota 33).

28.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias consolidadas, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Saldo em		Ativo		Saldo em		Ativo	
			Depósito Judicial				Depósito Judicial	
			31/12/2014	31/12/2013			31/12/2014	31/12/2013
Trabalhistas	1.363	1.193	411	411	68.841	69.527	6.322	6.249
Cíveis	275	230	214		445.802	342.423	3.519	9.169
Fiscais	31.433	78.154	2.352	2.193	838.502	757.164	16.996	14.476
Outros	6.758	24.549			19.366	38.484		
Total	39.829	104.126	2.977	2.604	1.372.511	1.207.598	26.837	29.894

Dentre as principais causas com risco de perda avaliadas como possível, destacam-se as seguintes:

28.1.2.1 Trabalhistas

EDP Escelsa

Refere-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade e reintegração. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$46.846 (R\$47.503 em 31 de dezembro de 2013).

28.1.2.2 Cíveis

Energest, Pantanal, Lajeado, Investco, Enerpeixe, Santa Fé e Costa Rica

As empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil, por meio da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE e da Associação Brasileira de Geração de Energia Elétrica - ABRAGEL, ajuizaram ação judicial visando a suspensão dos efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, editada pela União, que instituiu rateio entre todos os agentes do mercado de energia elétrica de parte dos custos incorridos com a excessiva utilização de energia proveniente de fontes térmicas (petróleo, carvão e gás), em decorrência da escassez do regime de chuvas (Encargo de Serviço do Sistema – ESS).

Entre 27 de maio de 2013 foi concedida liminar no âmbito das ações ordinárias em tramite na 4ª Vara Federal do Distrito Federal, tornando sem efeito o disposto nos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 03/2013, impedindo de inclui-las no rateio dos custos calculados conforme CNPE nº 03/2013. Esta liminar está vigente até a presente data.

Em 05 de dezembro de 2014 foi proferida sentença de procedência, ratificando os termos da liminar. A ANEEL apresentou recurso e as controladas aguardam intimação para apresentar contrarrazões. Esta liminar está vigente até a presente data.

Com base nos fatos e argumentos acima, os assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas classificaram o risco de perda como possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$18.139 (R\$14.394 em 31 de dezembro de 2013).

EDP Bandeirante

A EDP Bandeirante é parte no processo nº 2006.209.009405-0, em trâmite na 7ª Vara Cível do Foro Central da Comarca do Rio de Janeiro, movido pela White Martins, que discute a existência de reflexos decorrentes da vigência das Portarias nºs 38/86 e 45/86 do extinto DNAEE, nas tarifas de consumo de energia elétrica, relativo ao período de dezembro de 1986 a setembro de 2000. Em 23 de setembro de 2011, foi proferida sentença desfavorável à EDP Bandeirante julgando procedente o pedido da parte autora, acrescido de correção monetária e juros de mora, a partir de 1º de junho de 2011. Contra tal decisão, a EDP Bandeirante interpôs recurso de apelação, ao qual foi dado parcial provimento para o fim de limitar a condenação da EDP Bandeirante ao período de vigência da Portaria nº 153/86 (vigente até março/87). Em face da referida decisão, a EDP Bandeirante e a White Martins opuseram embargos de declaração, os quais foram rejeitados. Atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos interpostos por ambas as partes perante o Superior Tribunal de Justiça. Importante ressaltar que há entendimento pacífico nos tribunais superiores no sentido de que só é devida a devolução dos valores pagos no período do congelamento de preços, período este não discutido nesta ação, motivo pelo qual o grau de risco foi mantido em possível. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$107.878 (R\$90.459 em 31 de dezembro de 2013).

Investco

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se a ações descritas na nota 28.1.1.2 - Indenizações, no montante de R\$93.220 em 31 de dezembro de 2014 (R\$88.070 em 31 de dezembro de 2013).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

EDP Escelsa e EDP Bandeirante

- Ação civil pública nº 26725-92.2009.4.01.3800, em trâmite na 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte, movida pela Associação de Defesa de Interesses Coletivo - ADIC, que pleiteia indenização por danos materiais em razão de reajuste tarifário (Parcela "A"). Nesta demanda, foi proferida decisão que determinou a exclusão das concessionárias do polo passivo da ação, sendo mantida tão somente a ANEEL. O processo encontrava-se suspenso até que, em 27 de novembro de 2013, o STJ considerou o Juízo da 3ª Vara Federal Cível de Belo Horizonte como competente para julgar todas as demandas coletivas que discutem a questão da Parcela "A". O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 da EDP Escelsa é de R\$30.807 (R\$25.727 em 31 de dezembro de 2013) e da EDP Bandeirante é de R\$69.228 (R\$57.812 em 31 de dezembro de 2013).
- Mandado de segurança nº 0002173-26.2014.4.01.3400, em trâmite na 22ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, impetrado por Santo Antônio Energia S.A. - SAESA contra ato da Diretoria da ANEEL, objetivando suspender as obrigações de recomposição de lastro e potência e de pagamento dos encargos pelo uso do sistema de transmissão, bem como a aplicação de eventuais penalidades pelo descumprimento do cronograma. Em 26 de fevereiro de 2014 foi deferido em parte o pedido de antecipação de tutela, que gerou impactos às distribuidoras de energia. Em face da referida decisão, as distribuidoras, por meio da ABRADEE, ajuizaram o pedido de suspensão da decisão perante o STJ, que foi deferido. O valor estimado em 31 de dezembro de 2014 da EDP Escelsa é de R\$18.365 e da EDP Bandeirante é de R\$9.767.

EDP Escelsa, EDP Bandeirante, Santa Fé, Pantanal, Lajeado, Investco, Costa Rica, Energest e Enerpeixe

- Ação Ordinária nº 0028271-48.2014.4.01.3400, em trâmite na 13ª Vara Federal do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, também proposta pela SAESA contra a ANEEL com pedido de liminar para não aplicação, durante o período de motorização da UHE Santo Antônio, do Mecanismo de Redução de Energia Assegurada - MRA. A liminar não foi concedida em primeira instância. Em sede de agravo, o TRF deferiu o pedido de antecipação de tutela formulado pela SAESA, conferindo efeito retroativo, que passou a ter eficácia desde o início de março de 2012. As companhias e a ANEEL protocolaram junto ao STJ, pedidos de Suspensão de Liminar que foi deferido suspendendo a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso interposto pela SAESA. O valor estimado consolidado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$19.922.

28.1.2.3 Fiscais

EDP - Energias do Brasil (Controladora e Consolidado)

A Companhia possui discussões administrativas relativas a não homologação de compensações diversas e ao não reconhecimento pela Receita Federal de saldo negativo de IRPJ, apurado nos anos calendários de 1999/2001, originado de empresa incorporada (Magistra Participações S.A.), que totalizam em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$18.297 (R\$65.795 em 31 de dezembro de 2013). A Companhia obteve êxito parcial em um dos processos reduzindo a contingência em R\$34.479 e o montante de R\$9.045 foi incluso no Programa de Recuperação Fiscal (REFIS). A Companhia também incluiu outro processo no REFIS cujo valor da contingência é de R\$5.411.

EDP Bandeirante

- Discussão na esfera administrativa sobre créditos de ICMS utilizados pela EDP Bandeirante no período de julho a dezembro de 2003, referente a valores de "Anulação/Devolução de Venda de Energia Elétrica" no montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R\$122.767 (R\$116.344 em 31 de dezembro de 2013). A EDP Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento. O valor de risco sofre acréscimo expressivo em razão dos critérios de atualização da Lei Estadual nº 13.918/09.
- Discussão administrativa relativa à utilização de crédito de ICMS, com origem no estorno de débito de notas fiscais canceladas, no valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R\$23.230 (R\$23.216 em 31 de dezembro de 2013). A EDP Bandeirante apresentou defesa e aguarda julgamento.
- Discussão judicial decorrente de execução fiscal que engloba débitos resultantes de reescrituração de ICMS, no montante atualizado em 31 de dezembro de 2014 de R\$26.071.
- Discussão administrativa no montante atualizado aproximado até 31 de dezembro de 2014 de R\$179.672 (R\$172.278 em 31 de dezembro de 2013), referentes à compensações não homologadas de créditos decorrentes de pagamento a maior efetuados em 2001 com relação ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/02 (impostos sobre RTE).
- Medida judicial relativa à COFINS do período de 1993 a 1995, em litisconsórcio com AES Eletropaulo. A questão versa sobre o direito ao aproveitamento da anistia trazida pelas Medidas Provisórias nºs 1858-6 e 1858-8, concedida aos contribuintes que deixaram de recolher tributos por entendê-los indevidos. No julgamento de 2ª Instância, foi confirmado parcialmente o direito à anistia, excluindo-se a parcela atinente aos encargos do Decreto-Lei nº 1.025/69. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$68.501 (R\$104.186 em 31 de dezembro de 2013). A redução da contingência é proveniente da revisão de valores de atualização de juros. Atualmente o processo aguarda julgamento de Recurso nos Tribunais Superiores.
- Autuações de Prefeitura que exige o pagamento de multa por suposto descumprimento de obrigações acessórias relacionadas à instalação de postes de energia elétrica. O valor da contingência em 31 de dezembro de 2014 é de R\$49.139 (R\$39.659 em 31 de dezembro de 2013).

EDP Escelsa

- A fiscalização do INSS lavrou notificações de cobrança da contribuição previdenciária versando sobre: (i) a desconsideração de autônomos e também de outras pessoas jurídicas, argumentando a existência de vínculo empregatício entre esses prestadores de serviços e a EDP Escelsa; (ii) a sua incidência sobre pagamentos realizados aos segurados empregados a título de PLR e bolsa de estudos. Essas notificações atualizadas até 31 de dezembro de 2014 importam em R\$7.391 (R\$7.148 em 31 de dezembro de 2013) e atualmente aguardam decisão administrativa.
- Diversas prefeituras: A EDP Escelsa discute judicialmente a cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre os serviços relacionados à atividade de fornecimento de energia elétrica. Inclui também a exigência do pagamento sobre o espaço ocupado pelo sistema de posteamento das redes de energia elétrica e iluminação pública. Esses processos atualizados até 31 de dezembro de 2014 totalizam o montante de R\$16.796 (R\$11.198 em 31 de dezembro de 2013) e aguardam decisão em primeira instância.
- Discussões administrativas e judiciais relativas às compensações não homologadas pela Receita Federal, com respaldo em créditos reconhecidos judicialmente, bem como de saldo negativo de IRPJ e CSLL, e decorrentes de pagamento a maior de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS efetuados em 2001 em consequência da aplicação do Parecer COSIT 26/2002 (impostos sobre RTE), que somam em 31 de dezembro de 2014 o valor de R\$110.415 (R\$105.851 em 31 de dezembro de 2013).

EDP Comercializadora

- Discussão judicial à exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito atualizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$16.688 (R\$16.380 em 31 de dezembro de 2013) e encontra-se garantido por fiança bancária. O processo aguarda julgamento.
- Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004/2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2014 é de R\$14.182 (R\$13.512 em 31 de dezembro de 2013).

Lajeado

Discute-se na esfera administrativa a autuação da Receita Federal do Brasil em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$78.409.

Enerpeixe

A Enerpeixe, por meio do processo de fiscalização nº 0816500.2014.00289-9 sobre a verificação da regularidade de recolhimentos de IRPJ, CSLL, PIS e da COFINS para o ano calendário de 2009, foi notificada a esclarecer as deduções realizadas a título de Juros sobre o Capital Próprio da base de apuração do IRPJ e da CSLL. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 é de R\$16.372.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.1.2.4 Outros

Na Companhia, os valores referem-se a contingência descrita na nota 28.1.1.4.

28.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como remota, e para estas ações os saldos de depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014 na Controladora é de R\$6.737 (R\$4.894 em 31 de dezembro de 2013) nas controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Energest, EDP GRID, EDP Comercializadora e Investco é de R\$43.153 (R\$28.337 em 31 de dezembro de 2013).

Considerando o disposto no item 86 do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, a Companhia não necessita efetuar o detalhe das suas contingências classificadas como remotas. Entretanto, a EDP Bandeirante possui ação cujo o fato gerador do principal está a decorrer, sem perspectiva de término no médio prazo. Dada a materialidade do saldo, procedemos à divulgação da ação fiscal abaixo.

28.1.3.1 Fiscais

A EDP Bandeirante, por meio do Sindicato da Indústria da Energia no Estado de São Paulo - SindiEnergia, ajuizou dois Mandados de Segurança Coletivos contra a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, visando à suspensão dos efeitos dos Decretos nº 55.421/10 e 55.867/10, que versam sobre a incidência de ICMS sobre perdas técnicas de energia (furto, desvio, fraude, entre outros). Ambos os processos possuem sentenças favoráveis, confirmadas até o momento em julgamento de recurso de apelação pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. A Fazenda Estadual interpôs recursos aos Tribunais Superiores, os quais aguardam julgamento. O valor estimado em 31 de Dezembro de 2014 é de R\$223.771 (R\$166.540 em 31 de dezembro de 2013).

28.2 Licenças Ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2014 de R\$9.460 (R\$11.540 em 31 de dezembro de 2013) refere-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação das UHEs e PCHs, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE da ANEEL, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

As controladas EDP Bandeirante, EDP Escelsa, Santa Fé, Pantanal, Energest, Investco e Enerpeixe, estão sujeitas a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra as mesmas por eventual inobservância da legislação.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares.

Os desembolsos de natureza ambiental durante o exercício de 2014 foram de R\$21.134 (R\$19.916 em 31 de dezembro de 2013). Deste montante, já haviam sido provisionados e capitalizados nas rubricas de Imobilizado e Intangível o valor de R\$15.089, relativos a proteção de biodiversidade e da paisagem e gestão e proteção do meio ambiente. Em contrapartida no resultado do exercício, na rubrica de Serviços de terceiros, foram registrados R\$6.045, relativos a Programa de Monitoramento de Solos e Águas Subterrâneas em todas as suas instalações, e gestão de resíduos.

29 Patrimônio Líquido

29.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$3.182.716, totalmente subscrito e integralizado, representado por 476.415.612 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com as principais características, a saber:

- O Capital social está representado exclusivamente por ações ordinárias, cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia;
- As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio;
- Fica vedada a emissão de partes beneficiárias pela Companhia;
- A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 200.000.000 novas ações ordinárias independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá, também, estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização;
- A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ordinárias e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado;
- A critério do Conselho de Administração, poderá ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Ações recompradas classificadas como ações em tesouraria são reconhecidas como uma dedução do patrimônio líquido, incluindo os custos de aquisição. Quando estas ações são novamente disponibilizadas para o mercado, o custo associado é retirado do patrimônio líquido e o excedente ou déficit são transferidos para os lucros acumulados.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está demonstrada a seguir:

Acionista	31/12/2014		31/12/2013		Acionista controlador
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação	
Energias de Portugal Investments and Services, Sociedad Limitada (1)	168.185.223	35,31	168.185.223	35,31	Sim
Balwerk - Consult. Econômica e Particip., Soc.Unipessoal Ltda. (1)	74.786.742	15,70	74.786.742	15,70	Sim
Conselheiros e Diretores	48	0,00	48	0,00	
Ações em tesouraria (2)	840.675	0,18	840.675	0,18	
Outros (3)	232.602.924	48,81	232.602.924	48,81	
Total	476.415.612	100,00	476.415.612	100,00	

(1) Empresa de controle estrangeiro.

(2) As ações em tesouraria não têm direitos patrimoniais.

(3) Há 232.602.924 ações em circulação do total de 476.415.612, ou seja, cerca de 48,81% do total de ações.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Cálculo da quantidade de ações em circulação:

	31/12/2014		31/12/2013	
	Quantidade de ações	% participação	Quantidade de ações	% participação
Quantidade de ações controladores	242.971.965	51,01	242.971.965	51,01
Quantidade de ações tesouraria	840.675	0,18	840.675	0,18
Quantidade de ações de conselheiros e diretores	48		48	
Total de ações que não estão em circulação	243.812.688		243.812.688	
Total de ações	476.415.612		476.415.612	
Total de ações em circulação	232.602.924	48,81	232.602.924	48,81

29.2 Destinação do lucro

Os dividendos e juros sobre capital próprio são reconhecidos como um ativo ou passivo nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício estabelecido no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

A política de dividendos da Companhia, conforme deliberado pela 120ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 5 de março de 2008, propõe o pagamento de um valor mínimo equivalente a 50% do lucro líquido ajustado, calculado em conformidade com os artigos 189 e seguintes da Lei das Sociedades por Ações, podendo ser reduzido quando assim exigido por disposição legal ou regulamentar ou, ainda, quando recomendável em vista da situação financeira e/ou perspectivas futuras da Companhia.

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2014, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 com distribuição de dividendos no valor de R\$311.014, sendo R\$250.775 a título de dividendos adicionais, e JSCP no valor de R\$29.190 aos acionistas detentores de ações ordinárias, sem ajuste pagos durante o exercício de 2014.

Adicionalmente à destinação do lucro líquido do exercício de 2013, também foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de R\$30.046 a débito da reserva de retenção de lucros, que foram pagos durante o exercício de 2014.

Em 29 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2014 no montante bruto de R\$133.300, sendo R\$113.305 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	31/12/2014
Lucro líquido apurado no exercício	743.502
Constituição da reserva legal - 5%	(37.175)
	706.327
Destinação do lucro:	706.327
Dividendos intermediários - JSCP	133.300
Dividendos complementares	63.277
Lucros retidos à deliberar	509.750

29.3 Reservas

	Nota	31/12/2014	31/12/2013
Reservas de capital			
Ágio na incorporação de sociedade controladora		35.351	35.351
Resultado na alienação de ações em tesouraria		60.247	60.247
Outras reservas de capital		45.729	47.334
		141.327	142.932
Reservas de lucros			
Legal		231.020	193.845
Retenção de lucros	29.3.1	1.025.401	1.055.446
Lucros retidos à deliberar	29.3.2	509.750	250.775
		1.766.171	1.500.066
Outros resultados abrangentes			
(Perda) / Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	29.3.3	(155.726)	(204.539)
Ativos financeiros disponíveis para venda			4.093
Hedge de fluxos de caixa		(36.861)	(44.045)
Imposto de renda e contribuição social diferidos			(1.392)
		(192.587)	(245.883)
Total		1.714.911	1.397.115

29.3.1 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos às Assembleias Gerais Ordinárias.

29.3.2 Lucros retidos à deliberar

Esta reserva refere-se à parcela do lucro líquido do exercício excedente ao dividendo mínimo obrigatório a ser deliberada em assembleia geral ou por outro órgão competente. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

29.3.3 Outros resultados abrangentes

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2013	Ganhos	Perdas	Equivalência patrimonial	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 31/12/2014
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.701		(4.093)		1.392	-
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias	(248.584)			55.997		(192.587)
	(245.883)	-	(4.093)	55.997	1.392	(192.587)

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

29.4 Participações de não controladores

Os não controladores correspondem à participação que outros acionistas detêm sobre as nossas controladas. O saldo inclui partes beneficiárias emitidas pela Lajeado e de titularidade da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás no valor de R\$451.376.

29.4.1 Partes beneficiárias

A Lajeado, em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Lajeado, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Lajeado, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, nesta data, pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Lajeado (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Lajeado até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

30 Dividendos – Ativos e Passivos

	Controladora				Consolidado	
	Ativo		Passivo		Passivo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
EDP Bandeirante	58.199	45.311				
EDP Escelsa	42.053	34.764				
Energest	26.151	24.841				
EDP Comercializadora	82.719	48.988				
Enerpeixe	33.225	33.099				
Acionistas - Investco					12.338	12.223
Lajeado	78.162	26.379				
Acionistas - Energias do Brasil			180.668	88.247	180.668	88.247
Eletrobrás					84.706	36.262
Governo de Tocantins					6.060	1.920
Furnas Centrais Elétricas S.A.					22.150	22.066
Total	320.509	213.382	180.668	88.247	305.922	160.718

Os dividendos serão recebidos e pagos até 31 de dezembro de 2015.

31 Receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) As receitas de operações com energia elétrica e de serviços prestados são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores e concessionárias é efetuado mensalmente, de acordo com o calendário de leitura e contratos de fornecimento, respectivamente;

(ii) A energia fornecida e não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do balanço, é estimada e reconhecida como receita não faturada;

(iii) O faturamento de suprimento de energia para todas as concessionárias é efetuado mensalmente;

(iv) O reconhecimento da receita de construção está diretamente associado às adições ao ativo intangível em formação (Direito de concessão - Infraestrutura), não sendo incorporada margem nesta atividade de construção assim classificada conforme a aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. A formação da receita de construção resulta da alocação das horas trabalhadas pelas equipes técnicas, dos materiais utilizados, da medição da prestação de serviços terceirizados e outros custos diretamente alocados. O registro contábil dessa receita é efetuado em contrapartida à Custo com construção da infraestrutura em igual montante;

(v) A receita de ativos financeiros setoriais é reconhecida mensalmente pela diferença entre os custos pertencentes a Parcela "A" efetivamente incorridos no resultado, daqueles reconhecidos na receita de operações com energia elétrica orçados na tarifa vigente pela ANEEL. Inclui os valores a cobrar dos consumidores referente a incidência de PIS e COFINS, sobre esta receita.

(vi) A receita de Subvenção é reconhecida quando da efetiva aplicação de descontos nas tarifas de unidades consumidoras beneficiadas por subsídios governamentais (Nota 16.3) pela diferença entre a tarifa de referência da respectiva classe de consumo daquela efetivamente aplicada a consumidores beneficiários desses subsídios.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Nota	Controladora		Nº de consumidores (*)		Consolidado		R\$	
	R\$				MWh (*)			
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Fornecimento								
Residencial			2.685.327	2.591.756	5.868.954	5.598.704	2.432.472	2.260.470
Industrial			24.441	23.723	3.828.943	3.916.829	1.286.983	1.240.458
Comercial			237.438	230.301	3.733.050	3.470.110	1.452.524	1.296.911
Rural			178.752	173.716	812.919	777.086	188.001	171.347
Poder público			19.181	18.988	605.080	586.750	228.579	214.832
Iluminação pública			3.250	3.449	565.271	561.048	131.014	122.737
Serviço público			2.489	2.547	488.068	476.089	127.923	118.666
Consumo próprio			374	359	14.837	15.457		
(-) Transferência para TUSD - clientes cativos							(2.284.783)	(2.342.727)
Fornecimento não faturado							69.622	(76.023)
	-	-	3.151.252	3.044.839	15.917.122	15.402.073	3.632.335	3.006.671
Suprimento de Energia elétrica			4	4	8.882.819	8.797.582	786.718	681.392
Energia de curto prazo					297.412	223.262	159.678	43.361
Comercialização							2.705.922	1.927.724
	-	-	4	4	9.180.231	9.020.844	3.652.318	2.652.477
Receitas com operações de energia elétrica			3.151.256	3.044.843	25.097.353	24.422.917	7.284.653	5.659.148
Disponibilização do Sistema de Distribuição e Transmissão								
TUSD - outros			248	239	9.903.421	9.896.795	765.592	770.437
TUSD - clientes cativos							2.284.783	2.342.727
TUSD - não faturado							1.941	(15.256)
Receitas sobre ativos financeiros setoriais	8							
CVA							218.281	
Itens financeiros							298.305	
PIS/COFINS							82.838	
Receita de construção	32						294.055	325.725
Subvenções	16.3						231.388	176.215
Ressarcimento por insuficiência de geração								87.098
Arrendamentos e aluguéis							110.761	103.835
Outras receitas operacionais			7.840	1.167			248.647	208.048
Receita operacional bruta			7.840	1.167	3.151.504	3.045.082	11.821.244	9.657.977
(-) Deduções à receita operacional			-	(175)			(2.922.516)	(2.561.485)
Tributos sobre a receita			-	(175)			(2.695.617)	(2.373.761)
ICMS							(1.652.626)	(1.520.069)
PIS/COFINS				(108)			(1.042.098)	(852.649)
ISS				(67)			(893)	(1.043)
Encargos do consumidor			-	-			(226.899)	(187.724)
P&D e PEE							(60.196)	(56.353)
CCC								(14.033)
CDE							(107.020)	(64.653)
RGR							(11.637)	(8.885)
PROINFA - Consumidores Livres							(48.046)	(43.800)
Receita			7.840	992	3.151.504	3.045.082	8.898.728	7.096.492

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

31.1 Receitas - Controladora

Do montante de R\$7.840 (R\$992 em 31 de dezembro de 2013), R\$6.946 refere-se a contrato de serviços de consultoria prestados para a EDP Energias de Portugal.

31.2 Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente

A ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 463/11, determinou que os valores provenientes do faturamento de multas por Ultrapassagem de Demanda e consumo de Energia Reativa Excedente, a partir da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisões tarifárias, no caso da Companhia, a partir de 23 de outubro de 2011, seriam contabilizados como Obrigações especiais, anteriormente registrado como Receita operacional em curso dos valores provenientes. Por ocasião do 4º ciclo de revisões tarifárias, 2015 no caso da EDP Bandeirante e 2016 para EDP Escelsa, o valor acumulado nessa subconta, até a data do laudo de avaliação os ativos, deverá ser transferido para a situação de em serviço em Obrigações Especiais, quando então, receberá o tratamento usual da contrapartida da depreciação dos respectivos ativos alocados como investimentos originários dessas Obrigações Especiais.

Não obstante a essa determinação, as controladas, por meio da ABRADDEE, contestou judicialmente o tratamento dessas receitas.

No dia 8 de fevereiro de 2012, a antecipação de tutela requerida pela ABRADDEE na Ação Ordinária nº 003357.85.2012.4.01.3400, em curso junto à 6ª Vara da JFDF, foi integralmente concedida. A decisão judicial foi no sentido de: a) suspender o tratamento das receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos constantes dos §§ 9 a 11 do item 3.1.1 ("Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo") do item 3.1 ("Receitas Inerentes ao Serviço de Distribuição") do Submódulo 2.7 ("Outras Receitas") anexo à Resolução Normativa ANEEL nº 463/11; b) suspender a determinação de contabilização em separado dessas receitas como se obrigações especiais fossem; e c) deferir tutela de caráter inibitório para determinar que a ANEEL abstenha-se de praticar qualquer ato tendente a exigir cumprimento das referidas disposições (o que impede a adoção de medidas outras destinadas a produzir o mesmo efeito).

Em 19 de junho de 2012, o TRF-1 concedeu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento interposto pela ANEEL, pelo que foi suspensa a antecipação de tutela originalmente concedida em primeiro grau e, com isso, restabeleceu-se a eficácia da Resolução Normativa ANEEL nº 463/11. Aguarda-se ainda o julgamento do mérito do recurso de Agravo de Instrumento.

Em primeira instância, aguarda-se a realização de perícia requerida pela ABRADDEE.

Na opinião dos assessores jurídicos, a probabilidade de perda dessa ação é possível, no entanto, a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa efetuaram no exercício o registro contábil no montante de R\$55.428 (R\$46.188 em 31 de dezembro de 2013), a débito da rubrica de Receita de fornecimento em contrapartida à Obrigações Especiais, obrigação esta apresentada no âmbito do ICPC 01 como retificadora do Intangível. O saldo dessa obrigação em ambas as distribuidoras em 31 de dezembro de 2014 é de R\$151.748 (R\$96.320 em 31 de dezembro de 2013).

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração dos gastos operacionais estão discriminados a seguir:

(i) a energia elétrica comprada para revenda é reconhecida em função de sua utilização e registro dos contratos na CCEE;

(ii) os gastos gerenciáveis são reconhecidos com base na associação direta da receita e quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia e suas controladas apresentam os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26.

Gerenciáveis

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudos; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R\$40,446 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidades de previdência privada, R\$1.131 (R\$960 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a treinamentos.

O montante de R\$65.133 inclui R\$25.436 referente a contrato de serviços de consultoria prestados pela EDP Energias de Portugal.

Do montante do exercício de R\$25.519 (R\$18.179 em 2013), R\$10.685 (R\$10.545 em 2013) referem-se aos valores a pagar relativos à diversas despesas ligadas às ações judiciais, dentre outros, de competência anterior à data da permuta das ações detidas pela Companhia na Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - Enersul com as ações de controle da Investco anteriormente pertencentes ao Grupo Rede Energia S.A.

Não gerenciáveis

Energia elétrica comprada para revenda

Moeda estrangeira - Itaipu

Moeda nacional

Ressarcimento CDE / CCEE / CONER

Encargos de uso da rede elétrica

Taxa de fiscalização

Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CEURH)

(CFURH)

Outras

Cerebellum

Gerenciáveis
Pessoal, Administradores e Entidade de

previdência privada (i)

Material

Serviços de terceiros

Depreciação

Amortização

PCLD / perdas líquidas

Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

Aluguéis e arrendamentos
Cenários e perdas no despo

Ganhos e perdas na desat
de bens

Valor justo do ativo financeiro indenizável

Custo com construção da infraestrutura

Outras

Total

(i) Em atendimento às melhores práticas de mercado, conforme o Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da BM&FBovespa, apresentamos o investimento em treinamento da Companhia e suas controladas que é dividido em: desenvolvimento de lideranças; desenvolvimento de projetos corporativos; treinamentos e seminários técnicos e comportamentais; bolsas de estudos; e desenvolvimento de idiomas. Do valor total de R\$377.516 da rubrica de Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada, R\$4.223 (R\$4.977 em 31 de dezembro de 2013) referem-se a treinamentos.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

32.3 Energia elétrica comprada para revenda - Moeda Nacional

O acréscimo nos gastos não gerenciáveis referem-se, substancialmente: (i) nas geradoras resultante do GSF (fator que mede o volume de energia gerado pelas hidrelétricas) médio no ano de 90,6% atrelado a um PLD médio de R\$690,00; e (ii) da exposição involuntária da EDP Bandeirante e EDP Escelsa e pelo elevado despacho térmico ao longo do exercício.

33 Resultado financeiro

Nota	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras e cauções	20.240	8.101	98.046	50.338
Variação monetária e acréscimo moratório da energia vendida			85.269	82.049
Operações de swap e hedge				9.240
Atualização monetária depósitos judiciais	596	464	6.428	4.887
Atualizações monetárias sobre provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros			51	364
Atualização monetária contratos de mútuo	24.046	15.481	20.478	13.322
Atualização sobre os ativos/ passivos financeiros setoriais	8		2.118	
Variações monetárias moeda nacional			1.736	2.623
Variações monetárias moeda estrangeira	5	3	3.013	3
Juros e multa sobre impostos	11.552	5.247	32.007	8.682
Ajustes a valor presente	1.822	2.657	5.157	1.343
Remuneração das ações preferenciais	4.509	4.574		
(-) Juros capitalizados			(21.945)	(8.436)
Outras receitas financeiras	5.364	1.014	26.411	17.720
	68.134	37.541	258.769	182.135
Despesas financeiras				
Variação monetária e acréscimo moratório da energia comprada			(13.651)	(8.299)
Juros e multa sobre impostos	(7.629)	(4.633)	(10.859)	(15.991)
Encargos de dívidas	(95.848)	(73.658)	(438.371)	(323.622)
Variações monetárias moeda nacional	(3.315)	(4.529)	(4.071)	(6.332)
Variações monetárias moeda estrangeira		(2)		(11.890)
Operações de swap e hedge			(5.972)	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais, trabalhistas e outros	(1.736)	(418)	(28.786)	(20.072)
SELIC - Energia Livre	22.2		(7.538)	(5.231)
Provisão para desvalorização de títulos e valores mobiliários	15	(6.932)	(6.932)	(7.263)
Ajustes a valor presente			(19.980)	(11.702)
Atualização monetária contratos de mútuo			1	171
Atualização monetária uso do bem público			(17.262)	(28.395)
Benefícios pós-emprego			(52.723)	(49.629)
(-) Juros capitalizados			67.591	54.458
Outras despesas financeiras	(6.740)	(19.195)	(36.205)	(47.397)
	(122.200)	(109.698)	(574.758)	(481.194)
Total	(54.066)	(72.157)	(315.989)	(299.059)

34 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados, nas controladas Costa Rica, Santa Fé, Pantanal e EDP GRID conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Para a Companhia e demais controladas, o imposto de renda corrente é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente de 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais e a contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis, por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável. As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aqueles que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

A Companhia e suas controladas, para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, consideraram a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

Nota	Controladora		Consolidado	
	IRPJ/CSLL		IRPJ/CSLL	
	2014	2013	2014	2013
Lucro antes do IRPJ e CSLL	816.687	375.757	1.186.880	813.609
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(277.674)	(127.757)	(403.539)	(276.627)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações	(1.064)	(1.054)	(2.244)	(2.295)
Perdas indedutíveis			985	(1.910)
Resultados de equivalência patrimonial	205.182	189.541	(23.718)	(47.746)
Juros sobre o capital próprio	10.485	(52.572)	60.749	33.585
Outras	1.814	1.244	305	848
Outros				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	(3.999)		(11.359)	1.484
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(1.957)	(9.391)	(11.736)	(19.891)
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	(5.994)		9.342	4.798
Ajuste lucro presumido			6.512	3.354
Incentivos fiscais				
SUDAM / SUDENE	34.1		25.421	42.298
Outras	22		763	2.583
Despesa de IRPJ e CSLL	(73.185)	11	(348.519)	(259.519)
Alíquota efetiva	8,96%	0,00%	29,36%	31,90%

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

34.1 SUDAM / SUDENE

Em 23 de março de 2010, a controlada EDP Escelsa obteve, junto a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 26/2010, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração relativo aos municípios da região norte do estado, integrantes da área de atuação da SUDENE, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2010, protocolado na Unidade da Receita Federal do Brasil - RFB, com jurisdição sobre o município de sua sede.

Em 22 de dezembro de 2009, a controlada Energest obteve junto à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, Laudo Constitutivo nº 176/2009, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos para o reconhecimento do direito à redução de 75% da alíquota do Imposto sobre a Renda e Adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração, sobre 33,08% da receita gerada pela Usina Mascarenhas localizada no Município de Baixo Guandu no Estado do Espírito Santo correspondentes a 28,16% do total da receita da Energest, por um período de 10 anos a partir do exercício social de 2005.

A controlada Enerpeixe obteve junto a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, em 2006, a concessão do direito à redução de 75% (setenta e cinco por cento) do Imposto de Renda e Adicionais não Restituíveis, calculados com base no lucro da exploração. Tal incentivo foi concedido para os exercícios de 2007 a 2016. O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e Adicionais foi registrado no resultado do período como redução do imposto de renda apurado. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais, é destinada à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76.

Essas subvenções governamentais são reconhecidas no resultado do exercício. Em atendimento ao que determina a Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007 do Ministério da Integração Nacional, órgão que regulamenta os benefícios, o valor do imposto de renda que deixou de ser pago não poderá ser distribuído aos sócios ou acionistas, tendo sido transferido para a rubrica de incentivos fiscais na reserva de lucro, o qual somente poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.

Os incentivos fiscais mencionados acima estão registrados nas demonstrações financeiras das controladas conforme requerido pelo CPC 07 (R1) Subvenção e Assistência Governamentais.

35 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/10. Não existe diferença entre o Resultado básico por ação e Resultado por ação diluído.

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

No exercício de 2014, a Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	743.502	375.768	743.502	375.768
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil) *	475.575	475.575	475.575	475.575
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	1,56338	0,79013	1,56338	0,79013

* O número de ações ordinárias não está contemplando as ações em tesouraria.

36 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e suas controladas.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

36.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento ou entrega de caixa ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia e/ou suas controladas têm a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerenciam esses investimentos e tomam as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e suas controladas. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

• Instrumentos disponíveis para venda

São designados nesta categoria os ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. O Ativo financeiro indenizável das controladas é classificado como disponível para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, estes ativos são mensurados de forma a refletir a melhor estimativa do Valor Novo de Reposição - VNR, conforme descrito na nota 19, que equivale ao valor justo, calculado conforme critérios estabelecidos em regulamento do Poder Concedente. Os efeitos desta mensuração são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, pelo método da taxa efetiva de juros.

• Outros ao custo amortizado

São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

Controladora							
			31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Nota	Categoria	Níveis	Valor Justo		Valor Contábil		
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	11.862	53.099	11.862	53.099
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	15.220	191.012	15.220	191.012
Títulos a receber	9	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	2.970	2.939	2.970	2.939
Partes relacionadas	12	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	7.777	24.051	7.777	24.051
Cauções e depósitos vinculados	13	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	3.436	222	3.436	222
Ativos financeiros disponíveis para venda	15	Disponível para venda	Nível 1		11.026		11.026
Não circulante							
Títulos a receber		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	22.040	21.537	22.040	21.537
Partes relacionadas	12	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	277.632	172.375	277.632	172.375
				340.937	476.261	340.937	476.261
Passivos financeiros							
Circulante							
Fornecedores	22	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	14.010	13.237	14.010	13.237
Partes relacionadas	22	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	25.436		25.436	
Debêntures	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	592.698	510.893	592.698	510.893
Não circulante							
Debêntures	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	249.839	499.645	249.839	499.645
Partes relacionadas	12	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	2	14	2	14
				881.985	1.023.789	881.985	1.023.789
Consolidado							
Nota	Categoria	Níveis	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
			Valor Justo		Valor Contábil		
Ativos financeiros							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6						
Bancos conta movimento		Valor justo por meio do resultado	Nível 1	478.941	301.932	478.941	301.932
Aplicações financeiras		Valor justo por meio do resultado	Nível 2	348.030	622.214	348.030	622.214
Títulos a receber	9	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	5.606	4.965	5.606	4.965
Consumidores e concessionárias	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	1.352.161	1.126.547	1.352.161	1.126.547
Partes relacionadas	12	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	7.705	12.359	7.705	12.359
Cauções e depósitos vinculados	13	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	12.277	4.642	12.277	4.642
Rendas a receber		Empréstimos e recebíveis	Nível 2	4.974	4.758	4.974	4.758
Ativos financeiros disponíveis para venda	15	Disponível para venda	Nível 1		11.026		11.026
Ativos financeiros setoriais	8	Disponível para venda	Nível 2	383.378		383.378	
Não circulante							
Títulos a receber	9	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	5.037	17.049	5.037	17.049
Ativo financeiro indenizável	19	Disponível para venda	Nível 3	940.160	779.354	940.160	779.354
Consumidores e concessionárias	7	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	284.759	54.908	284.759	54.908
Partes relacionadas	12	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	203.667	171.074	203.667	171.074
Cauções e depósitos vinculados	13	Ativos mantidos até o vencimento	Nível 1	36.924	44.013	36.924	44.013
Ativos financeiros setoriais	8	Disponível para venda	Nível 2	218.164		218.164	
Outros créditos - Derivativos	16	Valor justo por meio do resultado	Nível 2		24.504		24.504
				4.281.783	3.179.345	4.281.783	3.179.345

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Passivos financeiros

Circulante

Fornecedores	22	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	1.098.703	802.129	1.098.703	802.129
Partes relacionadas	22	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	25.436		25.436	
Debêntures	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	790.154	699.122	790.154	699.122
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	24						
BEI		Valor justo por meio do resultado	Nível 2		847		847
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		Outros ao custo amortizado	Nível 2	676.116	429.581	675.539	430.562
Derivativos	36.2.4	Valor justo por meio do resultado	Nível 2		1.534		1.534
Uso do bem público		Outros ao custo amortizado	Nível 2	25.835	23.723	25.835	23.723
Não circulante							
Fornecedores	22	Empréstimos e recebíveis	Nível 2	3.065		3.065	
Debêntures	23	Outros ao custo amortizado	Nível 2	1.447.364	1.377.907	1.447.364	1.377.907
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	24						
BEI		Valor justo por meio do resultado	Nível 2		92.571		92.571
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		Outros ao custo amortizado	Nível 2	436.056	657.604	445.408	656.903
Uso do bem público	27	Outros ao custo amortizado	Nível 2	258.344	253.945	258.344	253.945
				4.761.073	4.338.963	4.769.848	4.339.243

36.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

Para apuração do valor justo, a Companhia e suas controladas projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço da Companhia e de suas controladas pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo, exceto para determinados Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas e Debêntures que, nestes casos, o valor contábil pode diferir ao seu valor justo.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Caixa e equivalentes de caixa: são aplicadas políticas de risco da Administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata que equivalem a valor justo. Conforme políticas da Administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira;

(ii) Títulos a receber: são constituídos por Contratos de Cessão de Crédito celebrados entre a controlada Lajeado e as empresas Tangará Energia S.A. e Rede Energia S.A.. Na controladora encontram-se registrados nesta rubrica as Ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" de emissão da Investco. As características de ambos instrumentos financeiros estão destacadas na nota 9;

(iii) Consumidores e concessionárias: o cálculo do valor presente é efetuado para parcelamentos de débitos de consumidores, com base nas taxas de remuneração de capital regulamentada pela ANEEL, aplicada às tarifas das distribuidoras de serviço público de energia elétrica (Taxa média de remuneração do investimento). A contrapartida dos ajustes a valor presente das contas a receber é evidenciado no resultado financeiro;

(iv) Partes relacionadas: é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contemplando apenas os valores devidos sem margem de lucro e contratos de mútuos, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado;

(v) Cauções e depósitos vinculados: são apresentados pelo seu valor justo em cumprimento aos contratos de financiamento com o BNDES e consórcio de bancos, constituída como parte das garantias desses contratos conforme especificado na nota 24;

(vi) Ativos financeiros disponíveis para venda: as ações do grupo Rede Energia são registradas como disponível para venda e marcadas a mercado por meio de cotação na BMF&Bovespa (Nota 15);

(vii) Ativo financeiro indenizável: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor justo do direito na data da demonstração financeira e são calculados com base no valor dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, homologados pela ANEEL a cada 3 ou 4 anos em laudo de avaliação da BRR. As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente e de seus respectivos preços de reposição ao término da concessão. Do montante total de R\$940.160, R\$558.864 referem-se aos valores homologados pela ANEEL no 3º ciclo de Revisão Tarifária Periódica e R\$381.296 refere-se aos investimentos incorridos e que serão base para 4º ciclo de Revisão Tarifária atualizados pelo IGP-M até a data do balanço;

(viii) Ativos financeiros setoriais: estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados utilizando premissas observáveis para as distribuidoras do setor de energia elétrica nos períodos de reajustes e revisões tarifárias. Sua mensuração leva em consideração a diferença temporal entre os custos orçados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa conforme apresentado na nota 8. Devido a assinatura do aditivo ao Contrato de concessão, as controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa passam a ter o direito assegurado pelo Poder Concedente do recebimento dos valores homologados e em constituição. As principais incertezas sobre este instrumento financeiro devem-se ao risco do não reconhecimento de parte desses ativos pelo Poder Concedente.

(ix) Outros créditos - Derivativos: são calculados internamente por meio da metodologia de fluxo de caixa descontado com base em fontes de mercado divulgadas pela BM&FBovespa. Estão mensurados pelo seu valor justo por meio de políticas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas para mitigar riscos de exposição de taxas e câmbios. São compostos por *hedge accounting* de valor justo da EDP Escelsa e EDP Bandeirante e sua evidenciação está descrita na nota 36.2.4 - Instrumentos financeiros derivativos;

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

(x) Fornecedores: tem giro constante e é composto, principalmente, de contratos de suprimentos de energia elétrica e encargos de uso da rede com preços definidos no mercado regulado. Desta forma, o valor justo se equivale ao preço da transação;

(xi) Debêntures, Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas: são valorizados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto; e

(xii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M ou IPCA incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente. Para as controladas Enerpeixe e Investco a taxa de desconto é de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão. Para a controlada indireta Pantanal, a taxa de desconto é de 7,6% que representa a taxa de remuneração de capital (WACC regulatório). Para a controlada Energest, a taxa de desconto é de 6,92% que representa a taxa de financiamento do empreendimento.

36.1.3 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e suas controladas. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia e de suas controladas:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas classificados como valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento ou disponíveis para venda, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

36.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia e de suas controladas, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

36.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures captados pela Companhia e suas controladas apresentados nas notas 23 e 24, possuem como contraparte os bancos BNDES, a Eletrobrás, o Banco do Brasil, o Banco Santander, o Banco Itaú, o Banco Citibank, o Banco Bradesco, e os agentes fiduciários a Pentágono Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, a SLW Corretora de Valores e a Oliveira Trust. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia e suas controladas criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem risco de mercado associado à TJLP e ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e suas controladas estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

Ainda com uma moeda forte e um risco país controlado, a captação e manutenção de empréstimos atrelados a outras moedas, especificamente, para a Companhia e suas controladas, Dólar e Euro, são considerados favoráveis. Adicionalmente a esse cenário pondera-se o risco cambial à operações com moedas estrangeiras, onde em uma economia na qual a oscilação das taxas de câmbio é muito agressiva, essa exposição pode ser fator relevante para a inviabilidade de uma operação. As controladas EDP Bandeirante e EDP Escelsa possuíam derivativos de swaps com o objetivo de hedge econômico, para controlar todas as exposições à variação cambial e juros para essas obrigações (Nota 36.2.4).

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

36.2.1.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e suas controladas, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia e suas controladas, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/09, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/11 e Instrução CVM nº 475/08, quando aplicável, a Companhia e suas controladas efetuam avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia e suas controladas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e suas controladas em função da variação de cada risco destacado.

		Controladora							
Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	992			992	248	496	(248)	(496)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	992			992	248	496	(248)	(496)
Debêntures	CDI	(60.501)	(7.969)		(68.470)	(15.267)	(30.185)	15.634	31.654
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(60.501)	(7.969)		(68.470)	(15.267)	(30.185)	15.634	31.654
		(59.509)	(7.969)		(67.478)	(15.019)	(29.689)	15.386	31.158

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

		Consolidado							
Operação	Risco	Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	2 a 5 anos	Acima de 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	45.240	209		45.449	11.362	22.725	(11.362)	(22.725)
Aplicação financeira - Debêntures	CDI	11.256			11.256	4.450	7.230	(1.138)	(3.947)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	4.724	862		5.586	5.647	6.955	2.962	1.579
Instrumentos financeiros ativos	CDI	61.220	1.071		62.291	21.459	36.910	(9.538)	(25.093)
Debêntures	CDI	(224.551)	(321.579)	(2.591)	(548.721)	(115.693)	(228.923)	118.277	239.263
Empréstimos e financiamentos - CCB	CDI	(43.887)	(36.191)		(80.078)	(17.803)	(35.212)	18.219	36.875
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(268.438)	(357.770)	(2.591)	(628.799)	(133.496)	(264.135)	136.496	276.138
		(207.218)	(356.699)	(2.591)	(566.508)	(112.037)	(227.225)	126.958	251.045
Operação									
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	(11.023)	(16.585)	(3.318)	(30.926)	(5.509)	(11.018)	5.509	11.018
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(11.023)	(16.585)	(3.318)	(30.926)	(5.509)	(11.018)	5.509	11.018
Empréstimos e financiamentos - BNDES e CALC	TJLP	3.517	19		3.536	4.396	5.247	2.667	1.788
Instrumentos financeiros derivativos	TJLP	3.517	19		3.536	4.396	5.247	2.667	1.788
		(7.506)	(16.566)	(3.318)	(27.390)	(1.113)	(5.771)	8.176	12.806

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e TJLP estão em acordo com o projetado pelo mercado e estão alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia e de suas controladas (no caso do consolidado).

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 12,00% e 9,25%; e TJLP em 5,50%.

36.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 23 e 24.

A Administração da Companhia e de suas controladas somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observam-se as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e de suas controladas são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6), Consumidores e concessionárias (Nota 7) e Ativo financeiro indenizável (Nota 19). A Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2014 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Para Ativo financeiro indenizável, o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ao final da concessão e está mensurado pelo valor novo de reposição.

Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures referem-se a Juros vincendos não contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 37.1.

A matriz energética brasileira é predominantemente hídrica e um período prolongado de escassez de chuva reduziria o volume de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas, podendo ocasionar aumento no custo de aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação nos valores de encargos de sistema elétrico em decorrência do aumento do despacho das usinas termoeletricas, gerando maior necessidade de caixa para as distribuidoras e consequentemente de aumentos tarifários futuros para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

A energia vendida pela geradoras dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia - MRE aplicado a todas as usinas despachadas no sistema elétrico nacional. Ocorrendo um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar um aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas de conservação de energia elétrica.

Em relação ao risco de racionamento, para o seu monitoramento, as geradoras utilizam como ferramentas o Subcomitê de Risco Energético que tem como práticas: (i) a avaliação do cenário de oferta e demanda de energia nas diferentes regiões de atuação, das variáveis macro e microeconômicas, e as especificidades de cada mercado, em um horizonte de cinco anos; (ii) antecipação de potenciais impactos sobre a geração de energia elétrica, de forma a prepará-las para assegurar o suprimento de energia; (iii) minimizar impactos na receita; e (iv) evitar o desabastecimento das Concessionárias.

A Companhia e suas controladas também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2014, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia e suas controladas esperam liquidar as respectivas obrigações.

		Controladora				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	2.528	11.325	157			14.010
Partes relacionadas			25.438			25.438
Debêntures		262.284	330.414	249.839		842.537
	2.528	273.609	356.009	249.839	-	881.985
		Consolidado				
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Passivos Financeiros						
Fornecedores	523.010	276.210	299.483	3.065		1.101.768
Partes relacionadas	(9)		25.438	7		25.436
Debêntures	252	263.032	526.870	1.447.364		2.237.518
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	17.520	128.504	529.515	388.829	56.579	1.120.947
Uso do bem público	2.111	4.753	18.971	99.286	159.058	284.179
	542.884	672.499	1.400.277	1.938.551	215.637	4.769.848

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia e suas controladas possuem contratos de financiamento com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia e de suas controladas exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures podem acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 23 e 24. Até 31 de dezembro de 2014 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, com exceção de um *covenant* da Lajeado, para o qual obteve-se *waiver* para descumprimento em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD do dia 10 de dezembro de 2014 (Nota 23).

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 37.2) para as rubricas de Empréstimos, financiamentos e Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia e suas controladas podem ser exigidas a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia e de suas controladas, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

36.2.2.2 Capital circulante líquido - CCL

Controladora

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R\$293.172 (R\$385.458 positivo em 31 de dezembro de 2013). Esta posição é decorrente, principalmente, pela menor posição de caixa da Companhia no final de 2014 como resultado da elevação dos custos com compras de energia nas controladas por conta dos menores índices de pluviosidade históricos durante o ano de 2014, o que limitou o pagamento de dividendos das controladas para a Companhia. Nesse sentido, a Administração vem interagindo junto à administração pública federal e ao órgão regulador com o intuito de sensibilizá-los para a questão do descompasso de fluxo de caixa provocado pela subavaliação dos custos da energia elétrica considerado nas tarifas. Como resultado a administração pública federal e o órgão regulador tem tomado decisões e colocando em audiência pública propostas para reduzir o déficit tarifário nas distribuidoras, tais como o reajuste tarifário extraordinário, a elevação do WACC regulatório para o novo ciclo de revisão de 7,50% para 8,09%, a revisão de preço e cobertura das Bandeiras Tarifárias. Outra medida importante para o setor foi a aprovação da ANEEL do novo preço-teto para o PLD de R\$822,83 para R\$388,48 a partir de janeiro de 2015.

Em conjunto com as medidas citadas anteriormente, a Administração da Companhia também está analisando alternativas com objetivo de alongar o prazo médio da dívida da Companhia, mantendo a liquidez necessária para continuar a fazer os investimentos necessários nos projetos em construção.

Consolidado

O capital circulante líquido Consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2014 foi negativo em R\$432.739 (R\$108.907 positivo em 31 de dezembro de 2013). Esta posição é decorrente, principalmente, dos CCLs negativos apresentados pela Companhia e pelas controladas Enerpeixe e EDP Comercializadora.

Além das medidas adotadas pela Companhia já descritas anteriormente, a Administração da Enerpeixe e da EDP Comercializadora, acreditam que ambas possuem liquidez satisfatória, representando condições adequadas para cumprir com as obrigações operacionais de curto prazo, dado que ambas recebem recursos suficientes dos contratos de venda de energia para pagar os compromissos previstos no curto prazo.

36.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e suas controladas não realizarem seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Consumidores e concessionárias, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros e esse mecanismo agrega confiabilidade e controle a inadimplência entre participantes setoriais. Os contratos de concessão de distribuição priorizam o atendimento abrangente do mercado, sem que haja qualquer exclusão das populações de baixa renda e das áreas de menor densidade populacional.

O atendimento e aceite ao novo consumidor cativo dentro da área de atuação da concessionária que presta o serviço na região é regra integrante do contrato de concessão.

Para a distribuição de energia elétrica o instrumento financeiro capaz de expor as controladas ao risco de crédito é o Contas a receber de consumidores. As regras para composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa atendem à fundamentação disposta pelo regulador e premissas aprovadas pela Administração das controladas.

A pulverização da venda de energia elétrica a essa base consumidora atribui menor volatilidade aos recebimentos das controladas, pode-se levar em face a composição de 8,88% de estimativas de não realização dos créditos conforme nota 7.

A principal ferramenta na mitigação do risco de não realização dos ativos financeiros é a suspensão do fornecimento de energia elétrica aos consumidores inadimplentes. Anterior a essa etapa as controladas realizam métodos tradicionais de cobrança por meio de cobranças administrativas, notificações na fatura, entre outras. As controladas oferecem diversos canais de atendimento para facilitar o contato com o consumidor, dentre elas, *call centers*, lojas de atendimento presencial e internet.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia e suas controladas, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia e suas controladas, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e suas controladas a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

36.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

Instrumento financeiro derivativo pode ser identificado desde que seu valor seja influenciado em função da flutuação da taxa ou do preço de um instrumento financeiro, não necessita de um investimento inicial ou é bem menor do que seria em contratos similares e sempre será liquidado em data futura. Somente atendendo todas essas características podemos classificar um instrumento financeiro como derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*) pelo seu valor justo. Subsequentemente, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos e perdas resultantes dessa reavaliação registrados no resultado do exercício.

Todas as operações com derivativos no consolidado referiam-se à EDP Bandeirante e EDP Escelsa. As controladas tinham contratado um instrumento financeiro derivativo classificado como *swap*, registrado por meio de um *hedge accounting* de valor justo com a finalidade de proteger o passivo reconhecido junto ao Banco de Investimento Europeu - BEI.

Em 15 de agosto de 2014, com o pagamento antecipado do empréstimo junto ao BEI das controladas, também foi liquidado antecipadamente o *swap* relativo à proteção do respectivo empréstimo.

O ganho bruto da liquidação do *swap* foi de R\$18.850, que representa R\$16.022 líquido de Imposto de Renda.

Em atendimento a Instrução CVM nº 475/08, a informação sobre instrumentos financeiros derivativos deve compreender a razão do objeto protegido, o valor justo do instrumento, impacto nos resultados das controladas durante o exercício assim como características principais do objeto contratado. Esse detalhamento é demonstrado no quadro abaixo:

Consolidado												
Descrição Swap	Controlada	Contraparte	Início	Posição	Nacional US\$/EUR		Nacional R\$/US\$		Valor Justo		Exercícios findos em 31 de dezembro	
			Vencimento		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo	EDP Escelsa	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	Libor 6M + 1,275 % a.a.		19.740		34.071		46.610	(922)	6.034
Passivo			20/02/2018	93,40% do CDI						35.125	2.064	1.414
									-	11.485	(2.986)	4.620
Ativo	EDP Bandeirante	Banco Goldman Sachs	09/02/2012	Libor 6M + 1,275 % a.a.		19.740		34.071		46.610	(922)	6.034
Passivo			20/02/2018	93,40% do CDI						35.125	2.064	1.414
									-	11.485	(2.986)	4.620
									-	22.970	(5.972)	9.240

36.2.5 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo EDP - Energias do Brasil ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Nota	Consolidado	
		2014	2013
Total dos empréstimos e debêntures	23 e 24	3.358.465	3.259.446
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(826.971)	(924.146)
Dívida líquida		2.531.494	2.335.300
Total do Patrimônio Líquido		6.566.803	6.253.173
Total do capital		9.098.297	8.588.473
Índice de alavancagem financeira - %		27,82	27,19

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

37 Compromissos contratuais e Garantias

37.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2014, os compromissos das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	Controladora					
	31/12/2014				31/12/2013	
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Acima de 2020	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	37				37	-
Materiais e serviços	82.979	77.149	9.171		169.299	165.271
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	61.809	7.417			69.226	95.498
	144.825	84.566	9.171	-	238.562	260.769

	Consolidado					
	31/12/2014				31/12/2013	
	2015	2016 a 2017	2018 a 2019	Acima de 2020	Total	Total
Responsabilidades com locações operacionais	4.953	1.293	45		6.291	54.180
Obrigações de compra						
Compra de Energia	3.194.399	4.780.217	4.004.052	18.096.255	30.074.923	30.399.463
Comercialização de energia	1.332.139	1.681.425	1.064.376	739.744	4.817.684	3.665.606
Encargos de conexão e Transporte de Energia	314.817	610.874	521.601	1.796.796	3.244.088	3.901.417
Materiais e serviços	830.710	726.935	21.239	13.909	1.592.793	1.452.215
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	272.586	256.521	85.881	4.705	619.693	1.060.761
	5.949.604	8.057.265	5.697.194	20.651.409	40.355.472	40.533.642

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia e suas controladas e estão ajustadas ao valor presente pela taxa de 8,90% que representa o custo médio de capital (WACC) do Grupo EDP.

As obrigações de compra incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional das companhias do Grupo.

37.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Aval de acionista	Seguro de vida	42.708	42.435	302.990	287.008
	Ações judiciais	222	222	271	271
Depósito Cauconado	Empréstimos e financiamentos	3.214		44.880	43.422
	Compra de energia			3.689	4.601
	Outros			358	357
Fiança Bancária	Ações judiciais	7.879	7.879	306.479	206.041
	Compra de energia			36.960	78.216
	Empréstimos e financiamentos				77.550
	Outros	9.232	8.464	14.527	13.759
Fiança Corporativa	Compra de energia			191.071	216.895
	Empréstimos e financiamentos			340.706	295.989
	Debêntures			455.401	454.697
	Outros			281.626	121.687
Recebíveis	Compra de energia			60.454	76.290
	Empréstimos e financiamentos			38.499	30.354
	Outros			266.811	82.330
Notas Promissórias	Empréstimos e financiamentos			10.643	22.014
	Outros			615.948	615.948
Penhor de Ações	Empréstimos e financiamentos			204.590	295.989
Penhor de Direitos	Ações judiciais			3.987	182
	Compra de energia			12.592	5.883
	Outros	503	15.286	2.003	15.286
		63.758	74.286	3.194.485	2.944.769

38 Informações por segmento

Um segmento de negócio é um componente identificável do Grupo, que se destina a fornecer um produto ou um serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis dos restantes segmentos de negócio.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria, responsável inclusive pela tomada de decisões estratégicas do Grupo EDP - Energias do Brasil.

O Grupo EDP - Energias do Brasil desenvolve um conjunto de atividades no setor energético, com especial ênfase na geração, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Com base no relatório interno, a Diretoria é responsável por avaliar o desempenho dos vários segmentos e decidir sobre as alocações de recursos a efetuar a cada um dos segmentos de negócio identificados.

38.1 Caracterização dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam da agregação das controladas e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, bem como a anulação das transações intra-segmentos.

A coluna "Holding" refere-se a Controladora, sendo a origem desse lucro substancialmente relacionado com a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

38.1.1 Demonstração do Resultado

2014							
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminação	Total
Receitas	5.627.495	1.433.346	2.862.162	7.840	7.827	(1.039.942)	8.898.728
Custo da produção e do serviço de energia elétrica							
Custo do serviço de energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(3.339.275)	(559.361)	(2.720.887)			1.020.684	(5.598.839)
Encargos de uso da rede elétrica	(329.789)	(77.705)	(13.146)			18.912	(401.728)
Outros custos do serviço de energia elétrica			(13.240)				(13.240)
	(3.669.064)	(637.066)	(2.747.273)	-	-	1.039.596	(6.013.807)
Custo de operação							
Pessoal	(195.761)	(25.937)	(5.162)		(982)		(227.842)
Materiais e serviços de terceiros	(197.044)	(31.908)	(2.951)		(271)	346	(231.828)
Depreciações e amortizações	(170.556)	(104.100)	(49)				(274.705)
Outros custos de operação	(30.417)	(2.268)	(2.209)		(25)		(34.919)
	(593.778)	(164.213)	(10.371)	-	(1.278)	346	(769.294)
	(4.262.842)	(801.279)	(2.757.644)	-	(1.278)	1.039.942	(6.783.101)
Custo do serviço prestado a terceiros	(299.691)	(298)	(280)				(300.269)
Lucro bruto	1.064.962	631.769	104.238	7.840	6.549	-	1.815.358
Despesas e Receitas operacionais							
Despesas com vendas	(31.189)	2.357	1.583		(189)		(27.438)
Despesas gerais e administrativas	(206.900)	(58.656)	(8.223)	(138.190)	(562)		(412.531)
Depreciações e amortizações	(8.649)	(33.062)	(471)	(7.460)		(15.911)	(65.553)
Ganho na alienação de investimento				408.416			408.416
Outras Despesas e Receitas operacionais	(98.848)	(43.481)	32	(1.639)	2		(143.934)
	(345.586)	(132.842)	(7.079)	261.127	(749)	(15.911)	(241.040)
Resultado das participações societárias							
Equivalência patrimonial		68.779		601.786		(742.014)	(71.449)
	-	68.779	-	601.786	-	(742.014)	(71.449)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	719.376	567.706	97.159	870.753	5.800	(757.925)	1.502.869
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	164.977	38.246	2.302	68.134	58	(14.948)	258.769
Despesas financeiras	(284.294)	(172.436)	(10.773)	(122.200)	(3)	14.948	(574.758)
	(119.317)	(134.190)	(8.471)	(54.066)	55	-	(315.989)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	600.059	433.516	88.688	816.687	5.855	(757.925)	1.186.880
Imposto de renda e contribuição social correntes	618	(73.177)	(29.223)	(5.948)	(913)		(108.643)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(178.846)	1.335	(538)	(67.237)		5.410	(239.876)
	(178.228)	(71.842)	(29.761)	(73.185)	(913)	5.410	(348.519)
Resultado líquido do exercício	421.831	361.674	58.927	743.502	4.942	(752.515)	838.361
Atribuível aos acionistas controladores	421.831	266.815	58.927	743.502	4.942	(752.515)	743.502
Atribuível aos acionistas não controladores		94.859					94.859
2013							
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações	Total
Receitas	4.633.360	1.323.696	1.885.795	992		(747.351)	7.096.492
Custo da produção e do serviço de energia elétrica							
Custo do serviço de energia elétrica							
Energia elétrica comprada para revenda	(2.552.509)	(188.458)	(1.785.691)			726.732	(3.799.926)
Encargos de uso da rede elétrica	(232.885)	(83.294)	(13.833)			20.429	(309.583)
	(2.785.394)	(271.752)	(1.799.524)	-	-	747.161	(4.109.509)
Custo de operação							
Pessoal	(182.834)	(27.566)	(5.181)			(1.436)	(217.017)
Materiais e serviços de terceiros	(187.269)	(29.685)	(3.325)			(292)	(220.571)
Depreciações e amortizações	(234.324)	(103.532)	(63)				(337.919)
Outros custos de operação	(27.017)	(2.678)	(324)			(479)	(30.498)
	(631.444)	(163.461)	(8.893)	-	-	(2.207)	(806.005)
	(3.416.838)	(435.213)	(1.808.417)	-	-	744.954	(4.915.514)
Custo do serviço prestado a terceiros	(330.922)	(1.064)	(235)				(332.221)
Lucro bruto	885.600	887.419	77.143	992	-	(2.397)	1.848.757
Despesas e Receitas operacionais							
Despesas com vendas	(55.012)	1.247	1.327				(52.438)
Despesas gerais e administrativas	(266.828)	(68.004)	(9.703)	(102.102)	(312)	2.397	(444.552)
Depreciações e amortizações	(8.449)	(33.474)	(261)	(6.563)		(15.936)	(64.683)
Outras Despesas e Receitas operacionais	(12.526)	(19.597)	(4)	(1.887)	25		(33.989)
	(342.815)	(119.828)	(8.641)	(110.552)	(287)	(13.539)	(595.662)
Resultado das participações societárias							
Equivalência patrimonial		(124.799)		557.474		(573.102)	(140.427)
	-	(124.799)	-	557.474	-	(573.102)	(140.427)
Resultado antes do Resultado financeiro e tributos	542.785	642.792	68.502	447.914	(287)	(589.038)	1.112.668
Resultado financeiro							
Receitas financeiras	119.672	33.271	2.097	37.541	942	(11.388)	182.135
Despesas financeiras	(220.597)	(156.076)	(5.821)	(109.698)	(390)	11.388	(481.194)
	(100.925)	(122.805)	(3.724)	(72.157)	552	-	(299.059)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	441.860	519.987	64.778	375.757	265	(589.038)	813.609
Imposto de renda e contribuição social correntes	(102.755)	(128.159)	(21.084)	(1.995)			(253.993)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(14.315)	1.281	(451)	2.006	535	5.418	(5.526)
	(117.070)	(126.878)	(21.535)	11	535	5.418	(259.519)
Resultado líquido do exercício	324.790	393.109	43.243	375.768	800	(583.620)	554.090
Atribuível aos acionistas controladores	324.790	214.787	43.243	375.768	800	(583.620)	375.768
Atribuível aos acionistas não controladores		178.322					178.322

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

38.1.2 Balanço Patrimonial

	31/12/2014						
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	2.131.219	530.308	362.445	586.837	6.872	(494.062)	3.123.619
Ativo não circulante	3.477.708	4.353.891	231.363	5.581.746	24.343	(3.620.871)	10.048.180
Passivo circulante	2.113.047	624.880	431.798	880.009	686	(494.062)	3.556.358
Passivo não circulante	1.520.118	1.001.408	73.110	397.561	3.474	52.967	3.048.638
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.975.762	3.257.911	88.900	4.891.013	27.055	(3.673.838)	6.566.803

	31/12/2013						
	Distribuição	Geração	Comercia- lização	Holding	Outros	Eliminações	Total
Ativo circulante	1.402.694	908.308	318.013	1.048.372	1.223	1.028.334	4.706.944
Ativo não circulante	3.426.815	6.292.977	11.101	4.766.229	16.827	(5.079.399)	9.434.550
Passivo circulante	1.595.120	1.286.886	265.066	662.914	36	788.015	4.598.037
Passivo não circulante	1.442.942	2.638.724	62	578.470	4.914	(1.374.828)	3.290.284
Patrimônio Líquido e Não controladores	1.791.447	3.275.675	63.986	4.573.217	13.100	(3.464.252)	6.253.173

39 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício a Companhia realizou as seguintes transações: (i) constituição de dividendos a pagar no valor de R\$176.582; (ii) constituição de dividendos a receber no valor de R\$241.245 e (iii) reversão de dividendos a receber para investimentos no valor de R\$30.922. No consolidado, foram constituídos: (i) capitalização de juros de empréstimos e financiamentos ao imobilizado no valor de R\$11.311. Todas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

40 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014		31/12/2014	
	Valor em risco	Límite máximo de indenização	Valor em risco	Límite máximo de indenização
Subestações			913.338	91.383
Usinas			2.271.963	619.117
Almoxarifados			33.275	
Prédios e conteúdos (próprios)	2.611	62.311	41.509	62.311
Prédios e conteúdos (terceiros)	68.717		102.815	
Responsabilidade civil	76.836	76.836	86.836	86.836
Transportes (materiais)			2.500	2.500
Transportes (veículos)	1.600	1.600	1.600	1.600
Acidentes pessoais	42.708	(*)	305.437	(*)

(*)Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$51 e o limite máximo de R\$517.

O saldo apresentado como Responsabilidade civil na Controladora, possui detalhamento conforme descrito abaixo:

(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$6.000;

(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$15.086; e

(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$55.750.

Os referidos seguros são estendidos às suas controladas, com exceção para cobertura de responsabilidade civil geral da Enerpeixe, que possui apólice própria, com limite de R\$10.000.

41 Eventos Subsequentes

41.1 Ação ordinária - Eletrobrás - EDP Bandeirante e EDP Escelsa

As Distribuidoras promoveram ação ordinária contra a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, com pedido de antecipação de tutela em trâmite perante à 3ª Vara Cível de Brasília, visando o recebimento dos valores devidos pela Eletrobrás, por meio do mecanismo da subvenção econômica (Nota 16.1) e, subsidiariamente, a suspensão/compensação entre os créditos a receber da Eletrobrás com as obrigações mensais a recolher da Companhia referente a CDE (Nota 26). Os valores pendentes de pagamento pela Eletrobrás, até a data do protocolo da ação, eram de R\$94.760.

A ação foi proposta em 18 de dezembro de 2014 e, em 09 de janeiro de 2015, o pedido de liminar foi parcialmente deferido, autorizando somente a compensação entre créditos e débitos a partir da data do ajuizamento da ação.

A Eletrobrás interpôs Agravo de Instrumento contra a referida decisão solicitando a suspensão da liminar que foi negada pelo Desembargador Relator do Tribunal de Justiça de Brasília.

41.2 3ª Emissão de Debêntures Simples da Cachoeira Caldeirão no valor de R\$156.500

Em 02 de fevereiro de 2015, a Cachoeira Caldeirão concluiu o processo de emissão das Debêntures de Infraestrutura por meio da 3ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia Fidejussória a ser Convolada para a Espécie com Garantia Real e Adicional Fidejussória, no valor total de R\$156.500 ao custo de IPCA + 7,2743% a.a.. Os pagamentos de juros e as amortizações serão realizados em 26 parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 15 de dezembro de 2017, até a data de vencimento em 15 de junho de 2030. Os juros incorridos entre a data de emissão e a data do primeiro pagamento serão capitalizados semestralmente.

Os recursos da emissão foram utilizados para pagamento do valor residual da 1ª Emissão de Notas Promissórias da Cachoeira Caldeirão, e para financiamento de parte dos investimentos da construção.

Entre a data da contratação, em 15 de dezembro de 2014, até a liberação efetiva dos recursos, em 02 de fevereiro de 2015, o montante foi corrigido pela mesma taxa da captação, sendo recebido pela Cachoeira Caldeirão o valor de R\$160.251. O valor de R\$3.751 foi registrado em contrapartida ao Resultado financeiro.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

41.3 ANEEL aprova pleito da UTE Pecém I para cálculo do ressarcimento de energia

Em 10 de fevereiro de 2015, a ANEEL proferiu decisão favorável ao pedido de reconsideração do cálculo de ressarcimento por indisponibilidade decorrente da energia não gerada pela UTE Porto do Pecém I. O cálculo considerava o Fator de Indisponibilidade - FID com base na capacidade instalada de 720 MW. Com a decisão, o FID será recalculado a partir da potência de 700 MW, consignada nos CCEARs. O recálculo será retroativo desde a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora (UG01) em dezembro de 2012 e da segunda unidade geradora (UG02) em maio de 2013.

O valor do FID com potência de 700MW será calculado pelo ONS. Na sequência, o cálculo será utilizado pela CCEE para encontrar o ressarcimento pago a maior e, posteriormente, passará por validação da ANEEL.

41.4 Liberação de conta reserva junto ao BNDES - controlada em conjunto Porto do Pecém

Em 13 de fevereiro de 2015, foi autorizado pelo BNDES, relativo ao contrato de financiamento da Porto do Pecém: (i) a utilização de recursos atualmente disponíveis na "Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", exclusivamente para pagamento das parcelas do referido contrato de financiamento, com vencimento em 15 de fevereiro, março e abril de 2015; e (ii) a prorrogação, para 15 de fevereiro de 2016, do prazo para a constituição da "Conta Reserva do Serviço da Dívida do BNDES", com recursos suficientes para pagamento de 6 meses de serviço da dívida do BNDES, nos termos do referido contrato de financiamento, condicionada à apresentação de carta de fiança bancária, apresentada nesta data, no valor de R\$120.369 com validade mínima até 30 de abril de 2016.

41.5 Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE aprova compra de 50% da Porto do Pecém

Em 20 de fevereiro de 2015 o CADE aprovou, sem restrições, a aquisição de 50% da Porto do Pecém pertencente à Eneva S.A. pela Companhia (Nota 5.14). A transação está sujeita ainda a outras medidas de natureza societária e contratual para a eficácia da transferência do capital referido acima.

41.6 ANEEL aprovou as Revisões Tarifárias Extraordinárias da EDP Bandeirante e EDP Escelsa

Em 27 de fevereiro de 2015 a EDP Bandeirante e a EDP Escelsa comunicaram ao mercado que a ANEEL, em reunião pública extraordinária de diretoria ocorrida nesta data, aprovou as revisões tarifárias extraordinárias a serem aplicadas a partir de 2 de março de 2015.

Para a EDP Escelsa, o índice aprovado é de 33,27%. Em relação à tarifa praticada atualmente, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 26,83%, sendo 31,43% para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 23,62% para os consumidores atendidos em baixa tensão.

Para a EDP Bandeirante, o índice aprovado é de 32,18%. Em relação à tarifa praticada atualmente, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores será de 25,12%, sendo 34,99% para os consumidores atendidos em alta e média tensão e 17,83% para os consumidores atendidos em baixa tensão.